

INTRODUÇÃO

O comportamento político do empresariado brasileiro tem sido um tema de grande interesse na área acadêmica, devido ao papel como ator estratégico dos empresários no desenvolvimento político, econômico e social do Brasil.

Diversos autores centralizam seus trabalhos neste assunto, dentre os quais podemos destacar os clássicos como Fernando Henrique Cardoso (1972); Luciano Martins (1968); e os contemporâneos, Renato Boschi e Eli Diniz (1978, 1999, 2000, 2001, 2004); Ana Maria Kirschner (1999); Maria Leopoldi (2000); Eduardo Gomes e Fabricia Guimarães (1999); Paulo Neves Costa (2005); Álvaro Bianchi (2001); Wagner Mancuso (2004); Leonardo Andrada (2005) e Inácio Godinho (1997); entre outros.

A análise da literatura e sua relação com o tema estudado, representada pelos autores anteriormente citados, será apresentada no capítulo um desta dissertação.

Um dos assuntos pouco estudados na literatura anterior tem sido a ação política das entidades empresariais industriais chamadas de extra-oficiais (Diniz & Boschi, 1999, 2000; Leopoldi, 2000) que formam as associações empresariais setoriais.

Desta forma, o objeto de estudo da pesquisa foi a seleção de uma entidade empresarial de abrangência nacional que defendesse os interesses de um setor estratégico, inovador e importante na economia nacional. O setor industrial que acredita-se preencher estes requisitos e foi do nosso interesse, é a indústria eletroeletrônica brasileira. Conseqüentemente, o objeto de estudo dessa pesquisa é a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica - Abinee, a qual foi fundada em setembro de 1963, em São Paulo-SP.

Como entidade empresarial, a Abinee é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que congrega empresas das áreas das telecomunicações, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, informática, componentes eletrônicos, utilidades domésticas, automação industrial, equipamentos industriais e material elétrico de instalação. A entidade define, como sua missão, “assegurar o desenvolvimento competitivo no setor elétrico e eletrônico do Brasil, a defesa de seus legítimos interesses e sua integração à comunidade” (Abinee, 2007).

Atualmente, estão associadas na Abinee 557 empresas, de origem nacional e internacional, de todos os portes, sediadas em quase todos os estados brasileiros e empregam um contingente de 146,4 mil trabalhadores (Abinee, 2007).

O período que foi considerado pela pesquisa está compreendido entre os anos de 1989 a 2002. Existem dois motivos pelos quais foi definido este período.

Primeiramente, corresponde a um período relativamente recente, no qual o Brasil passou por mudanças políticas e econômicas importantes que tiveram impacto na ação política dos empresários industriais; principalmente nos governos dos presidentes Fernando Collor (1990-92) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994 - 1998 e 1998 - 2002).

Em segundo lugar, por considerar importante analisar a gestão de quatro presidentes da Abinee: Paulo Vellinho (1989-92), Nelson Freire (1992-95 e 1995-98), Benjamin Funari (1998-2001) e Carlos Paiva (2001 a 2003), o qual permite comparar a ação política de cada presidente.

O problema que será estudado nesse trabalho, diz respeito aos Padrões de Ação Política (PAP) que a Abinee desenvolveu para promover sua agenda de interesses junto aos Poderes Executivo e Legislativo, entre 1989 e 2002. Pode-se conceitualizar como Padrões de Ação Política (PAP) o conjunto de ações políticas, que podem ser de natureza tática (ações de curto alcance) e estratégicas (ações de grande cobertura), desenvolvidas pela Abinee para defender seus interesses, principalmente junto aos Poderes Executivo e Legislativo. Conseqüentemente, o objetivo que norteará esse estudo será estudar os Padrões de Ação Política (PAP) e a forma de implementação pela Abinee, visando um conjunto de resultados que atendessem os interesses da entidade.

A partir desta questão, pode-se definir a tese, que a Abinee desenvolveu uma ação política integrada e efetiva, através da implementação de um conjunto de Padrões de Ação Política (PAP), permitindo alcançar uma articulação com os Poderes Executivo e Legislativo, o qual resultou em um conjunto de resultados e medidas que afetaram diretamente o setor eletroeletrônico.

A metodologia do trabalho foi realizada através de análises de conteúdo, utilizando informação primária (entrevistas com diretores, executivos, ex-presidentes da Abinee e empresários do setor) e informação secundária (revistas, jornais, boletins, pesquisas internas, documentos da diretoria, anais dos eventos, relatórios, etc.). Na análise de conteúdo foram aplicadas técnicas/instrumental qualitativas e quantitativas. A partir da análise de conteúdo e com as técnicas/instrumental foram construídos um conjunto de indicadores/índices visando uma avaliação da ação política da Abinee, apresentados no capítulo seis.

A estrutura do trabalho está dividida em sete capítulos. No primeiro é realizada uma revisão da literatura com o objetivo de justificar e reforçar a necessidade de realizar a pesquisa em relação ao objeto de estudo; a questão principal; o corte cronológico e a metodologia. No segundo capítulo apresenta-se, mais detalhadamente, o objeto de estudo, ou seja, a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica. No terceiro capítulo é apresentada a análise de conteúdo da estrutura dos interesses da Abinee, para todo o período estudado (1989 a 2002). No quarto capítulo é apresentada a análise de conteúdo dos Padrões de Ação Política - PAP, tanto em termos de conceitos, como da identificação dos diversos tipos de PAP implementados, assim como um cruzamento destes com os interesses promovidos. No quinto capítulo mostra-se a análise de conteúdo, dos resultados obtidos para o setor eletroeletrônico, seja proveniente de medidas geradas pelo Poder Executivo e/ou Legislativo com apoio da Abinee. No sexto capítulo é retratada a avaliação da ação da Abinee, através da construção de alguns indicadores/índices estatísticos que permitam realizar uma avaliação da efetividade da ação política da entidade, com base nos interesses promovidos; os PAP implementados e os resultados alcançados.

Acredita-se ser interessante também desenvolver uma análise mais apurada dos dados, como forma de poder identificar as semelhanças e diferenças existentes na gestão individual dos presidentes da Abinee, a qual pode enriquecer o estudo, já que as conclusões gerais para o setor podem ser resultados da ação particular de cada uma das gestões da entidade.

Esta opção resultou no capítulo sete, o qual apresenta uma análise dos interesses, os PAP implementados e os resultados alcançados na gestão dos

presidentes: Paulo Vellinho (1989-1992), Nelson Freire (1992-1995, 1995-1998), Benjamin Funari (1998-2001) e Carlos Paiva (2001-2003). Finalmente, são apresentadas as conclusões que incluem a verificação da tese do trabalho.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Como foi apresentado na introdução, o papel estratégico que assumem os empresários industriais, no desenvolvimento econômico, político, cultural e social do Brasil, tem sido objeto de múltiplos trabalhos, dentre os quais podemos destacar Renato Boschi e Eli Diniz (1978, 1999, 2000, 2001, 2004), Ana Maria Kirschner (1999), Maria Teresa Leopoldi (2000), Eduardo Gomes e Fabricia Guimarães (1999), Paulo Roberto Neves Costa (2005), Eduardo Bianchi (2001), Wagner Mancuso (2004), Leonardo Andrada (2005) e Inácio Godinho (1997), entre outros.

No entanto, não se pode esquecer o clássico Joseph Schumpeter (1911), que foi um referencial para autores clássicos brasileiros como Luciano Martins (1968) e Fernando Henrique Cardoso (1972). Este modelo considerava que a força geradora era promovida pelo empresário, o processo é a inovação e o móvel é o estabelecimento de uma posição de poder e/ou riqueza para o empreendedor empresarial. A empresa também era vista como local de realização de novas combinações (novo bem, novo método de produção, novo mercado, novas matérias primas e nova forma de organização) e os empresários eram aqueles que implementavam essa realização (SCHUMPETER, 1985).

No Brasil, um dos primeiros trabalhos clássicos sobre o empresariado industrial foi do professor Fernando Henrique Cardoso (1972), que estudou as elites empresariais na América Latina e, posteriormente, a participação dos empresários industriais no desenvolvimento econômico do Brasil.

Com relação às elites latino-americanas, o autor conclui que a forma como se dá o processo de industrialização na América Latina dificulta o empresariado industrial para assumir um papel importante, como aconteceu nas “economias centrais”. Esta situação acontece porque os valores, a mentalidade e a ideologia como empresários e classe social dependem das condições que regem o mercado, assim como também das pressões da sociedade (CARDOSO, 1972).

No que diz respeito ao empresariado industrial brasileiro, o mesmo autor acima citado, comenta que a burguesia industrial foi resultado de uma superposição e diferenciação de grupos e segmentos sociais com tradição industrial, o que a faz

heterogênea. Esta heterogeneidade impede que os empresários, através das associações de classe, possam definir clara e coerentemente seus interesses. “O que faz restrito o grau de controle político que os industriais exercem sobre o aparelho estatal”, pois define-se como um grupo político alheio às decisões de governo. Desta forma sua participação se caracteriza por ser individual e oportunista para seus interesses “falta-lhes a sociabilização necessária para participar no jogo político e ter algum grau de controle político, reduzindo sua participação mais como cidadãos que como camada social” (CARDOSO, 1972, p. 174-175).

Outro importante clássico no Brasil foi Luciano Martins (1968), que estuda a formação histórica do comportamento social do empresário industrial brasileiro, o qual conclui que a burguesia/empresários industrial foi, historicamente, incapaz de formular um projeto nacional, devido à dependência do capitalismo central ou de grupos nacionais detentores do poder, por causa do divórcio entre a racionalidade na empresa com a racionalidade na sociedade, não tendo condições de legitimar seu poder, resultando num obstáculo para o desenvolvimento do País (MARTINS, 1968, p. 160).

Com relação ao objeto desse estudo, a Abinee, pretende-se apresentar o debate que tem sido realizado pelos autores anteriormente citados, no sentido de justificar a preferência de ter-se escolhido a Abinee como objeto de pesquisa.

Os diversos estudos relativos a este assunto têm sido orientados a estudar a ação política do empresariado industrial, principalmente no que diz relação às entidades oficiais/corporativas nacionais (federações, sindicatos, CNI, Fiesp, etc.), mais tem sido pouco estudado a ação política das entidades empresariais chamadas de extra-oficiais setoriais (associações). Desta forma, esse trabalho tem importância, pois estuda a ação política, através dos Padrões de Ação Política como forma de articulação da sua agenda de interesses junto aos Poderes Executivo e Legislativo, de uma entidade empresarial extra-oficial, a Abinee, que congrega as empresas do setor eletroeletrônico, um dos segmentos mais importantes e inovadores da economia brasileira.

Convém observar que a análise da literatura e sua relação com a realidade apresentada pela Abinee será apresentada no tópico “considerações finais” de cada capítulo, o que facilitará a interpretação dos dados apresentados.

1.1 ESTRUTURA DE REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES DOS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS

Um dos fatores importantes que faz com que os empresários industriais tenham uma maior ou menor presença está relacionado com o nível de representação que as entidades têm dos interesses destes empresários.

A estrutura de representação de interesses dos empresários brasileiros é dual, através de um formato corporativo instaurado e supervisionado pelo Estado e por uma rede de associações paralelas que funciona à margem do sistema do Estado. A infraestrutura corporativa está formada por sindicatos dos segmentos industriais, federações regionais e uma organização máxima a nível nacional. Esta estrutura tem o monopólio da representação, a unicidade sindical e contribuição financeira obrigatória (DINIZ & BOSCHI, 2000, p. 5).

A rede de associações também se organiza a nível nacional de forma autônoma, reunindo sócios de empresas de um determinado setor industrial com a filiação e contribuição financeira de caráter voluntário (DINIZ & BOSCHI, 2000, p. 5).

Os mesmos autores mostram que existe também dualidade na estrutura de representação de interesses, a qual se manifesta em forma diversificada e complexa, pois integra diversas formas de participação em forma fragmentada e setorial, o que não permite, facilmente, articular interesses supra-setoriais ou nacionais (DINIZ & BOSCHI, 2000, p. 6).

A estrutura dual dos interesses empresariais se caracteriza por apresentar uma simetria expressada numa dupla afiliação das empresas na associação e no sindicato e, também, pela existência de lideranças comuns que atuam em ambas as áreas (sindicatos e associações).

Nesta mesma direção, LEOPOLDI confirma que a representação dos interesses também representa uma estrutura caracterizada como dual, corporativista e híbrida, formada por federações, por um lado, e associações e centros industriais, por outro. As associações se caracterizam por representar grandes empresas e atuar junto às

agências governamentais formando “anéis burocráticos” com grande autonomia de ação ante o Estado (LEOPOLDI, 2000, p. 31 e 299).

Da mesma forma, KISCHNER explica que os empresários industriais continuam usando o modelo tradicional de representação de interesses dual, através de federações e associações, além de participar em novas organizações, como forma de reforçar estas representações e torná-las mais efetiva (KISCHNER, 1999).

No entanto, as diversas formas apresentadas da estrutura da representação de interesses podem ser explicadas desde uma perspectiva histórica, como é realizada por DINIZ e BOSCHI (1999) e LEOPOLDI (2000), os quais apresentam o desenvolvimento das formas da organização da representação dos interesses dos empresários industriais e sua relação com o Estado, com recortes históricos diferentes.

Para LEOPOLDI, a representação dos interesses pode ser analisada historicamente através de quatro períodos (1881-1931; 1934-1951; 1951-1988; 1988-2000), enquanto DINIZ e BOSCHI dividem em cinco períodos (1930-1945; 1946-1964; 1964-1984; 1984-1990 e 1990-2000).

Segundo LEOPOLDI, no primeiro período (1881-1931), os empresários se organizavam num sistema de associativismo privado, principalmente no setor têxtil e, no Rio de Janeiro e São Paulo, o discurso era o de promover o protecionismo através de políticas segmentadas (tarifas), cuja principal entidade era o CIB (Centro Industrial do Brasil).

O segundo período (1934-1950), corresponde quase à Era Vargas. Os empresários implementaram um sistema corporativista formado por uma estrutura piramidal e hierarquizado (CNI, federações por Estado e sindicatos locais), etc., entidades privadas e extracorporativas (centros industriais. Ex: Ciesp) com forte concentração no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Desta forma, neste segundo período, a estrutura de representação é de caráter dual (federações/ sindicatos e associações/centros industriais). O discurso das entidades industriais é protecionista, apoiando o Estado como impulsor do desenvolvimento industrial, e apoiando o modelo de substituição de importações proposto pela Cepal.

Segundo DINIZ e BOSCHI, no primeiro período estudado (1930-1945), a economia brasileira desenvolveu um forte processo de industrialização através da substituição das importações, no qual, o papel econômico do empresariado fica bem definido no espaço político de atuação. A articulação do empresariado com o Estado foi bem definido com a participação de lideranças empresariais no interior das agências governamentais (ex.: Conselho Federal de Comércio Exterior e Conselho de Política Industrial), na Era Vargas. No entanto, a negociação era 'assimétrica', pois o Estado detinha o maior poder e as elites empresariais tinham uma participação subordinada (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 86). Outro fato característico foi que o interlocutor privilegiado para os empresários foi o Estado e o mesmo não permitiu formar uma estrutura de representação de interesses autônomos e fora da sua proteção (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 87).

Na visão de LEOPOLDI, existe um amplo terceiro período (1951-1988), onde a representação de interesse apresentava um modelo 'híbrido' onde coexistiam dois sistemas paralelamente: o sistema corporativo e as associações de caráter privado. Com relação às associações paralelas, estas se caracterizam por dispor de autonomia organizacional, representar grandes empresas e atuar junto às agências governamentais. Conseqüentemente, são parte de 'anéis burocráticos' do Estado mais do que organismos pluralistas, com grande autonomia de ação ante o Estado (LEOPOLDI, 2000, p. 299).

Para DINIZ E BOSCHI, o segundo período (1945-1964), mostrava a posição mais destacada da Fiesp que da CNI, dentro do sistema dual de representação dos interesses, no qual coexistia a estrutura oficial (Fiesp, CNI) e a um sistema paralelo de representação com associações setoriais de nível nacional (Abinee, Abimaq, etc.), além da estrutura dos sindicatos que também representavam os interesses dos segmentos industriais, muito mais conflitantes e contraditórios (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 89).

Durante este período aconteceu uma proliferação de agências governamentais que faziam um processo de industrialização complexo; uma crescente setorização na representação dos interesses do empresário industrial, promovidas pelas associações e federações setoriais; montagem de uma complexa rede articulando o setor público e

privado e a ausência de uma organização de cúpula, capaz de representar o conjunto da classe empresarial (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 89).

No terceiro período (1964-1984), por causa da concentração política gerada pelo Regime Militar, se inicia um processo de modernização industrial nos setores de bens de capital, transporte, petroquímico, eletroeletrônico e militar, mais a estrutura de representação de interesses a nível corporativo (CNI) e dos sindicatos sofreram uma debilitação na autonomia por causa da subordinação ao Estado, enquanto aumentava o poder e a presença das associações setoriais (como o foi o caso da criação da Abinee), mantendo-se, desta forma, o modelo dual de representação. As formas de articulação do empresariado industrial com o Estado ficaram mais diferenciadas surgindo vias mais informais do tipo: contatos pessoais, *lobby*, etc., que gerou uma maior segmentação tanto de natureza dos interesses defendidos como os setores governamentais alcançados (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 91).

Esta situação caracterizada no terceiro período conduziu para uma 'departamentalização' das negociações o que provocou: o fortalecimento da capacidade de organização dos interesses gerando uma eficácia no desenvolvimento das demandas setoriais, mas, impossibilitando encaminhar propostas/interesses globais; a marginalização dos empresários nas decisões estratégicas do governo, em relação a definir uma linha de política econômica e industrial e, a interpenetração das agências setoriais governamentais pelos interesses empresariais, levando a uma 'privatização do aparelho do Estado' (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 94).

No terceiro momento (1985-1990), a participação dos empresários teve uma mudança importante pela sua participação na Constituinte, tanto através da disputa de cargos para o Congresso, como através dos debates e propostas apresentadas. Os interesses dos empresários estavam fortemente ligados a uma postura neoliberal, que defendia a diminuição e desregulação do Estado, a privatização da economia e redefinição do modelo econômico (DINIZ & BOSCHI, 1999, p. 97).

As décadas dos 90 e final dos 80 são muito ricas em análise sobre a organização da representação dos interesses dos empresários industriais, pois além de contar com as análises já apresentadas de LEOPOLDI (2000) e DINIZ e BOSCHI (1999), também

KISCHNER (1999), BIANCHI (2001), ANDRADA (2005), GOMES e GUIMARÃES (1999) oferecem seu diagnóstico.

Para Leopoldi, após 1988 até 2000, o sistema corporativo apresentou uma reestruturação completa por causa das crises econômicas e as reformas políticas implementadas na Constituinte de 1988. Produziu-se uma divisão na estrutura de interesses, pois existiam posições divergentes referentes à democratização, abertura comercial, etc., não conseguindo a CNI falar em nome de toda a indústria. Devido a esta fragmentação de interesses, o governo desenvolveu políticas industriais setoriais para atender interesses corporativistas específicos. A partir da Constituinte de 1988, surge um novo formato corporativista de representação de interesses, que está formado por:

1. Sistema semicorporativo (CNI, federações, sindicatos);
2. Sistema semi-oficial (associações);
3. Organizações para a mobilização (União Brasileira dos Empresários formada por CNI, Fiesp, CNA, Febraban) sobre determinados interesses;
4. *Think Tanks*: entidades que visam elaborar propostas de PI e PE (Iedi, Instituto Liberal) para o setor industrial.

Finalmente, LEOPOLDI sugere que o sistema corporativista ainda tem condições de continuar funcionando, mas existem sinais que o associativismo setorial (semi-oficial) poderá aumentar sua participação como interlocutor privilegiado do governo, através da participação nos fóruns de debates (câmaras setoriais, fórum da competitividade, etc.) que visam à formulação e implementação de políticas industriais setoriais governamentais. Neste caso, as entidades semicorporativas (federações), competem com as entidades semi-oficiais (associações) como interlocutoras do Estado (LEOPOLDI, 2000, p. 305-307).

Numa outra visão histórica, DINIZ & BOSCHI, mostram que nos anos 90 as mudanças na estrutura de interesses dos empresários e sua relação com o Estado pode ser estudada através de três momentos:

1. O governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), que definiu uma agenda baseada na estabilização econômica e nas reformas estruturais (abertura comercial, privatizações), gerando um 'insulamento burocrático' que provocou a definição de políticas públicas industriais em forma autônoma, mas criando novos espaços de negociação com o setor privado (câmaras setoriais) visando definir um conjunto de políticas setoriais industriais.
2. O primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que defende uma agenda que privilegia a estabilização econômica (Plano Real) e as reformas liberais que visa o desmonte do modelo desenvolvimentista e a substituição por um modelo aberto ao exterior, privaticista e com a função reguladora do Estado. Da mesma forma, a tecnocracia estatal atua em forma "insular" com relação aos setores produtivos, eliminando-se os canais institucionais de negociação e deslocando-se para o parlamento a negociação dos interesses de grupos (DINIZ & BOSCHI, 2000, p. 23).
3. O segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso rompe o consenso entre governo e os empresários obtidos no seu primeiro governo. Esta falta de consenso se manifesta numa crítica ao modelo econômico neoliberal proveniente da Fiesp e do ledi, além de criticar a falta de participação dos empresários no processo decisório ("eles não ouvem e quando ouvem não acreditam" – empresário Rogério Straub). As entidades propõem a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, CDI, o Fórum da Produção Industrial, e os Grupos Estratégicos Setoriais (DINIZ & BOSCHI, 2000, p. 97). Da mesma forma, no governo surge a divisão entre lideranças que apoiavam um modelo econômico desenvolvimentista e outra orientada à estabilização econômica e responsabilidade fiscal. Nas lideranças empresariais também se deu esta divisão, onde a Fiesp e o ledi procuram uma linha desenvolvimentista enquanto a Firjan apóia a autoridade fiscal (DINIZ & BOSCHI, 2000, p. 100).

Dentro desta conjuntura político-econômica dos anos 90, as lideranças empresariais sofreram uma desestruturação na estratégia da representação de seus interesses, expressada através de uma 'fragmentação de interesses', no qual coexistem

diversos segmentos industriais com interesses contraditórios aos interesses nacionais defendidos pelas organizações empresariais supranacionais (DINIZ & BOSCHI, 2001, p. 24). Esta fragmentação de interesses é também provocada pela falta de uma liderança nacional expressiva, assim como pela substituição das lideranças empresariais ligadas ao modelo desenvolvimentista (anos 70 e 80) por lideranças ligadas ao modelo interacionista.

Outro fato novo é que as lideranças empresariais bancárias começam a ganhar destaque em maior grau que as do setor industrial, por causa do modelo econômico que privilegiava o capital financeiro nacional e internacional.

Desta forma, quanto aos órgãos de representação dos interesses empresariais se observa que, na década de 90, uma estrutura dual (associações e sindicatos) que apresentavam um 'sistema híbrido e múltiplo' de representação dos interesses aconteciam através da coexistência de antigas e novas organizações empresariais e desenvolviam uma diversidade de formas de atuação (DINIZ, 2001, p. 25).

Para BIANCHI, a década de 90 também mostra uma crise de representação empresarial criada por uma combinação de uma crise econômica permanente e uma crise política (BIANCHI, 2001, p. 125). Esta crise no setor empresarial fez com que novas entidades surgissem em forma paralela às estruturas de interesses localizadas nos sindicatos e associações. Dentre estas entidades surgem: o Instituto Liberal (1983), visando difundir os valores de um mundo liberal; o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (1989), visando apoiar a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento industrial; e, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE (1987), que visava dispor de um fórum de discussão de propostas de abrangência nacional (reforma política, reforma da educação). Segundo Bianchi, “o PNBE foi mais uma profissão de fé do que um programa” (BIANCHI, 2001, p. 135 e 140).

O PNBE foi uma reação à oligarquização das organizações corporativas (Fiesp, CNI) e atuava como uma força crítica às mesmas, além de ser uma nova voz dos empresários na área política que acabou fortalecido como um movimento social dos empresários no exercício da cidadania (GOMES & GUIMARÃES, 1999, p. 81).

Para KISCHNER, a mentalidade dos empresários apresentava diversas formas nas décadas de 80 e 90. Na década de 80, os empresários desenvolviam seus negócios à tutela do Estado, onde o governo é forte e centralizado, com um frágil Legislativo, produto da herança dos governos militares pós 64. Na década de 90, os empresários não esperavam o apoio do governo (por causa das políticas governamentais de liberação comercial e privatizações), mas continuavam usando o modelo tradicional de representação dos interesses, através da participação em federações e associações, além de participar na criação de novas organizações, como foi o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE, em 1989, e do Instituto Empresarial de Desenvolvimento Institucional – IEDI, em 1989. Desta forma, o empresário não espera subsídios e apoio do governo, participa diretamente do modelo econômico internacionalista, implementado no governo de FHC, abrindo seu capital para o investidor externo e enfrentando a concorrência internacional, no sentido de adaptar sua empresa às mudanças externas e a flexibilidade em negociações, tanto com o governo quanto com os sindicatos (KISCHNER, 1999, p. 22 e 25).

Como destaca KISCHNER e ANDRADA, nos anos 90, a criação do IEDI em 1989, permitiu um importante centro de debate dos interesses empresariais industriais, resultando em propostas de política industrial muitas vezes contrária à política governamental. No caso dos governos da década de 90, o IEDI teve uma posição crítica à abertura comercial da economia, iniciada com Collor de Mello e continuada com FHC, propondo que a mesma fosse realizada através de um cronograma mais bem planejado. No entanto, era considerada como um passo importante para a integração da economia brasileira no mercado global. Nesta direção o IEDI também propunha a imperiosa necessidade de realizar as reformas tributárias, trabalhista, previdenciária, como forma de diminuir os custos dos empresários industriais e aumentar a competitividade internacional (ANDRADA, 2005, p.5; KISCHNER, 1999; IEDI, 1998).

No segundo governo de FHC (1999-2002), a posição do IEDI foi a de criticar a política ortodoxa econômica - restrição à produção, alta taxa de juros, crescimento quase zero - o qual foi contra os interesses dos empresários industriais, que deixaram de apoiar politicamente o governo, propondo o IEDI um novo modelo desenvolvimentista, no qual o Estado tivesse sua forte atenção na promoção do

desenvolvimento através de parcerias público-privado. No entanto, esta postura do IEDI é divergente com a postura da CNI, que tem uma postura mais liberal, onde o Estado deve “trilhar o caminho” para que as forças do mercado atuem livremente, mas o IEDI ainda não tinha uma alta abertura entre os empresários industriais, nem as condições de elaborar propostas com uma visão global tanto para o setor industrial como para o País.

Finalmente, observa-se que os diversos autores citados mostram a importância que assume a forma da estrutura da representação de interesses como um dos determinantes da ação política do empresariado industrial, mostrando a relevância das entidades extra-oficiais (associações como a Abinee) na dinâmica da articulação com o Estado visando a promoção da sua agenda de interesses.

1.2 A AGENDA DE INTERESSES DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL

Para analisar a agenda de interesses dos empresários nos anos 90, pode-se referenciar a pesquisa realizada por DINIZ e BOSCHI (2004) que objetiva identificar a estrutura de interesses na agenda dos empresários nos anos 90. Esta pesquisa foi realizada através de entrevistas com lideranças empresariais das federações e associações do setor industrial. A pesquisa mostra os seguintes resultados:

1ª) Foi identificada uma convergência entre o empresariado industrial, onde o logro da estabilização econômica era a base para o desenvolvimento sustentável.

2ª) Os empresários apresentavam divergência com relação à abertura comercial da economia e a presença do Estado na economia (privatizações) promovida pelo governo de FHC. A Fiesp, com o apoio do IEDI, era contra a forma como foi realizadas ambas as reformas, enquanto que a CNI e a Firjan apoiavam estas reformas.

3ª) Existia convergência entre os empresários com relação a buscar uma maior abertura do governo de FHC, principalmente, para discutir a implementação de uma política industrial.

4ª) Com relação à atuação das entidades empresariais, os empresários têm uma atitude crítica das entidades corporativistas (federações e sindicatos), pois apresentavam uma baixa representatividade, fragmentação, dispersão de interesses, falta de coesão e plataforma unitária. Enquanto que as associações setoriais (como o caso da Abinee) são mais bem avaliadas pelos empresários porque apresenta um maior grau de autonomia, flexibilidade, criatividade nas estratégias de ação política. No entanto, também destacam o esforço de modernização empreendido pelas entidades como Fiesp, Fiemg e CNI para aperfeiçoar o poder de demanda dos empresários

5ª) Os empresários destacam que tem acontecido um deslocamento da ação empresarial desde o Executivo para o Legislativo e o uso intenso das atividades de *lobby* nos parlamentares.

6ª) Os empresários reconhecem que não existia uma bancada empresarial, ainda que um número significativo de empresários fossem eleitos, mas que atuassem de forma coesa e com uma plataforma unitária.

7ª) Se observa um “isolamento da tecnocracia estatal”, o que fazia com que as atividades de relacionamentos dos empresários com a burocracia estatal assumiam formas individuais e particulares. No entanto, existia o esforço em algumas áreas industriais de criar espaços institucionais de negociação com as agências governamentais na busca de soluções comuns para os problemas setoriais (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 159 e 258).

A importância desta pesquisa está na confirmação que a agenda de interesses do empresariado industrial nos anos 90, está influenciada pela conjuntura econômica/política e seus efeitos nos setores industriais, assim como as mudanças na relação com o Poder Executivo e Legislativo.

A forma como os resultados desta pesquisa da agenda de interesses se reproduzem na agenda da Abinee, será apresentada nas “considerações finais” do capítulo três, na qual é analisada a agenda de interesses da Abinee.

1.3 A ARTICULAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS COM O ESTADO ATRAVÉS DAS ENTIDADES

Segundo E. Diniz e R. Boschi, a articulação dos empresários com o Estado foi desenvolvido através dos padrões de atuação das entidades empresariais industriais, os quais apresentam uma dualidade, que pode assumir um caráter complementar ou conflitivo, dependendo do problema em pauta. A forma de articulação das entidades resulta ser altamente complexa e diversificada, pois considera múltiplos canais de participação, os quais podem ser fragmentados e setorizados, como forma de adaptação dos empresários frente à conjuntura política e econômica que enfrentam (DINIZ e BOSCHI, 2000, p. 10).

No caso da Abinee, podemos observar que desenvolveu múltiplas formas de ação junto aos Poderes Executivo e Legislativo, através de diversos formatos, os quais serão apresentados no capítulo quatro (Padrões de Ação Política – PAP).

Da mesma forma, estas ações de relacionamento também foram desenvolvidas para o Poder Legislativo, principalmente durante a Constituinte (1988) e a Revisão Constitucional (1993) através de uma ação de *lobby* que assume duas estratégias: promover a eleição de uma representação direta de deputados e senadores empresários, e o uso do *lobby* sobre os representantes do Legislativo (DINIZ e BOSCHI, 2004, p. 96).

DINIZ e BOSCHI desenvolvem uma pesquisa fundamentada na análise de currículos, no período de 1946 a 1999, - dividido em: 1947-67 (fase democrática); 1967-1987 (fase militar) e 1987-99 (Nova República) - que tem como objetivo identificar a representação dos empresários no Legislativo. A pesquisa entrega os seguintes resultados.

Em primeiro lugar, se apresenta uma queda dos empresários do setor industrial e financeiro (15,3%) em 1946-67 para 5,7% em 1987-99, na representação dos empresários no Legislativo.

Em segundo lugar, o aumento dos representantes parlamentários do setor de serviços (4,8% para 15,6%) e a estabilização do setor rural (8% para 7,5%) no período de 1987-99.

Em terceiro lugar, a inversão da proporção de empresários no total de deputados, no qual os empresários industriais representam 76% do total no período de 1946-67, e para 26% no período de 1987-99, enquanto que os empresários de serviços passam de 23% para 73% nos mesmos períodos.

Em quarto lugar, um declínio da representação dos empresários industriais do Sul e Sudeste e em menor proporção no Norte e Nordeste. Esta tendência é inversa nos empresários de serviços de todas as regiões aumentam a representação no Legislativo. Da mesma forma se mostra uma tendência de aumento dos representantes de origem urbana (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 105).

Como resultado da queda na representação parlamentar dos empresários industriais, do “enclausuramento” do processo decisório governamental, da extinção dos órgãos colegiados (CDI e Concex) e do esvaziamento das câmaras setoriais a partir de 1987, o que se viu foi o uso do *lobby* empresarial como forma de defesa dos interesses do empresariado industrial. A ação do *lobby* empresarial assume diferentes modalidades desde o uso de entidades nacionais (CNI, CNA, CNC, Abinee, Anfavea, Firjan, Fiesp, Abimaq) até empresas individuais (empreiteiras, mídia), além de organizações não empresariais de natureza religiosa, sindicatos, acadêmico, ambientalista, etc. A atuação do *lobby* se faz mais intensa durante a Constituinte (1988) e a Revisão Constitucional (1993 e 1995/96), no qual as entidades empresariais utilizam as estruturas internas para atuarem, tanto na análise e seguimento dos projetos, como na discussão e debate apresentando propostas e emendas ao projeto em discussão (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 111).

Esta situação fica demonstrada no caso da Abinee, onde a estrutura interna através das Diretorias de Ação Parlamentar (1989-1998) e de Ação Governamental (1998-2002) são responsáveis por desenvolverem um intenso *lobby* sobre duas leis de grande importância para o setor eletroeletrônico: a Lei da Informática e a Lei das Telecomunicações, cujos resultados foram à aprovação das mesmas pelo Legislativo.

Outros interesses da Abinee, como a flexibilização das leis trabalhistas, não tiveram o resultado esperado.

A estratégia de *lobby* assume um caráter assimétrico, pois as estruturas corporativas (sindicatos e federações) e informais (associações) representam os interesses, enquanto que a representatividade política das entidades assume uma forma de paridade, pois atua tanto no Executivo quanto no Legislativo. Esta afirmação é válida para o caso do setor eletroeletrônico, onde representação de interesses também é simétrica (SINAEES-SP e Abinee) e a representação política se rege pela paridade, com ações sobre o Executivo e Legislativo, principalmente no final dos anos 80 e durante os 90 (DINIZ & BOSCHI, 2004, p.123).

Um dos assuntos que permanentemente tem estado na agenda das organizações corporativas empresariais, tem sido a redução do Custo Brasil, a partir do final dos anos 80 e a década de 90. Segundo Wagner Mancuso, o Custo Brasil entrou na agenda da CNI através das agendas legislativas, preparada e divulgada pela CNI, porque as ações que o Legislativo possa realizar têm mais efeito na redução do Custo Brasil (MANCUSO, 2004, p. 6).

Uma pesquisa realizada pelo professor Wagner Mancuso mostrou que os empresários têm realizado um trabalho para fixar posição com relação aos projetos que têm maior impacto para reduzir o Custo Brasil, através da coordenação da CNI; um alto índice de sucesso obtido pela aprovação de projetos de lei que geram ações orientadas a minimizar o Custo Brasil, sendo a causa a posição favorável que o Executivo tem de aprovar projetos que beneficiam a indústria (afinidade entre os interesses da indústria e o governo), e também na tendência do Legislativo de aprovar projetos que são favoráveis à indústria, mas que os sucessos obtidos não podem ter ocorrido totalmente por causa do *lobby* realizado. Finalmente, os resultados apresentados também refutam a tese da debilidade política da indústria (incapacidade do empresariado industrial de obter consenso nos objetivos comuns e mobilizar apoio para obter estes objetivos), pois no caso do Custo Brasil, o empresariado logrou mostrar a capacidade de obter medidas orientadas a diminuir estes custos através da mobilização das principais entidades empresariais industriais (MANCUSO, 2004).

A questão da articulação dos empresários, através das entidades representativas, com o poder político, é tratada no estudo realizado pelo professor Paulo Roberto Neves Costa (2005), no qual são estudados os Padrões de Ação Política (PAP) realizados por duas entidades do empresariado paulista: a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCSP), no período entre 1984 a 1994. Neste estudo, os Padrões de Ação Política são divididos em dois níveis: padrões específicos ou estratégias (ações cotidianas e específicas de defesa dos interesses) e padrões gerais ou táticos (os valores e avaliações objetivas de ação política) (COSTA, 2005, p. 112).

O estudo de COSTA (2005) mostra que os empresários da ACSP e FCSP apresentam o seguinte comportamento:

Em primeiro lugar, o comportamento destas entidades frente ao poder político é fragmentado e pouco institucionalizado na elaboração e implementação de políticas estatais;

Em segundo lugar, a participação tímida das entidades na definição de políticas públicas, principalmente econômicas e na construção da democracia;

Em terceiro lugar, a representação política do empresariado toma a forma corporativista, tanto nas associações como nos sindicatos.

Em quarto lugar, a representação corporativista não consegue mostrar uma posição “apolítica” ou “apartidária”;

Em quinto lugar, as duas entidades estavam mais atentas à modernização e profissionalização (estratégias) de suas estruturas internas e menos dirigidas para a ação política (táticos);

E, em sexto lugar, a concentração maior da ação política das entidades em questões econômicas-financeiras e menos em ações que visavam a alteração do sistema político-institucional (COSTA, 2005, p. 119).

A confrontação das conclusões desta pesquisa com o que acontece no setor eletroeletrônico será apresentada nas “considerações finais” do capítulo quatro, no qual será tratado em detalhes os Padrões de Ação Política (PAP) observados na Abinee.

Finalmente, na análise apresentada da literatura pertinente ao tema de estudo, é possível mostrar que diversos autores, como Diniz e Boschi, Kischner, Andrada, Anderson, Bianchi, Costa, Gomes & Guimarães, Mancuso, focalizam a trajetória do empresariado como ator político no Brasil e sua articulação com os poderes públicos, através de uma agenda de interesses que é promovida por uma série de ações políticas visando uma maior presença nas decisões sobre a políticas públicas (política econômica, industrial, etc).

Conseqüentemente, estes autores mostram a relevância deste assunto e, desta forma, justificam a pertinência do objeto de estudo desta pesquisa, a Abinee, e do problema estudado, os Padrões de Ação Política (PAP). Também foi possível observar que existe um esforço para desenvolver pesquisas relativas a questões importantes sobre o objeto de estudo destes autores. É nessa direção que este trabalho pretende preencher uma parte desta lacuna, no sentido de realizar uma pesquisa empírica sobre os padrões de ação política desenvolvidas pela Abinee, tanto em relação à sua conceitualização, como na implementação operacional e resultados alcançados.

2 A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA – ABINEE

2.1 O SETOR ELETROELETRÔNICO

A indústria eletroeletrônica brasileira tem se destacado como um dos mais dinâmicos e importantes setores da indústria brasileira. Sua participação está em praticamente todos os níveis da atividade econômica, desde a geração de energia e telecomunicações, passando pelos processos de produção, automação bancária, indo até a fabricação de bens, seja para investimento, seja para o consumidor final.

A abrangência da indústria eletroeletrônica pode ser verificada pelas áreas setoriais que integram atualmente a indústria elétrica e que formam a Abinee: energia elétrica (geração, transmissão e distribuição); informática; telecomunicações; utilidades domésticas eletroeletrônicas; componentes eletrônicos; equipamentos industriais; material elétrico de instalação e automação industrial.

Em 2002, com um faturamento de R\$ 56,0 bilhões, a indústria elétrica e eletrônica representou, aproximadamente, 4,1% do PIB e absorveu 123 mil trabalhadores, enquanto que, em 2006, apresentou um faturamento de R\$ 156 bilhões e empregou 143.000 trabalhadores.

No comércio internacional, as exportações alcançaram US\$ 4,3 bilhões em 2002, contra US\$ 1,7 bilhão em 1990, com crescimento médio anual de 8% no período. Em 2006 as exportações chegaram a US\$ 9,2 bilhões.

Apesar do crescimento do setor e do desempenho das suas exportações, as importações de produtos elétricos e eletrônicos atingiram US\$ 10,3 bilhões em 2002, ou seja, 3,7 vezes maior do que as realizadas em 1990 (US\$ 2,8 bilhões), com crescimento médio anual de 11,5%. Em 2006, as importações chegaram a US\$ 18,7 bilhões.

Como se pode observar, o setor eletroeletrônico tem apresentado um crescimento importante, no entanto, sofre de um grave problema, ou seja, a balança comercial (exportações menos importações) é negativa em US\$ 9,5 bilhões. Esta situação é principalmente causada pelo segmento dos componentes eletrônicos, o qual apresenta uma balança comercial também negativa em US\$ 9,2 bilhões. Esta situação será comentada nas páginas seguintes.

2.2 A ABINEE DOS ANOS 60 AOS 80

Em 1963, a crise política gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, gerou uma grande incerteza política, o que permitiu a posse do presidente João Goulart. No entanto, a atividade industrial experimentava um crescimento de 7,2% do PIB em 1961, como resultado das políticas industriais realizadas pelo presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960) que priorizava os setores automobilístico e eletroeletrônico.

Os anos 60 foram importantes pela criação de significativos órgãos governamentais como, o Banco Central do Brasil, o Banco Nacional de Habitação, a Embratel, o Conselho de Comércio Exterior (Concex) e o Ministério das Telecomunicações, entre 1964 e 1967, assim como a Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 28 de fevereiro de 1967.

O segmento eletroeletrônico foi um dos que mais cresceu neste período, o que levou os empresários do setor a criar o Sindicato da Indústria de Aparelhos Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo – Sinaees, em abril de 1962. O primeiro presidente foi Manoel da Costa Santos, cuja gestão foi de 1963 até 1980.

A força do Sinaees não foi tão expressiva como se esperava. O presidente Manoel da Costa Santos começou a desenvolver contatos com empresas de outros Estados, buscando uma projeção nacional e uma maior presença política para o setor, com vistas a criar uma entidade que tivesse mais poder para defender os interesses do setor.

O presidente Costa Santos conta como foi a criação da Abinee:

“Conseguimos congregar grupos setoriais que tinham interesses conflitivos entre si. Reunimos 67, das principais indústrias eletroeletrônicas, e fundamos a Abinee, em 26 de setembro de 1963, no Palácio Mauá, no centro antigo de São Paulo”. Dentre as empresas fundadoras podem-se destacar: Telefunken, Arno, Asea, Brasmotor, Brastemp, Brown Boveri, Cònsul, Dedini, Ericsson, General Electric, Philco, Philips, Siemens, Springer, Walita, Westinghouse, White Martins, entre outras (ABINEE, 1998).

As duas entidades setoriais já existentes na época – Associação de Fabricantes

de Rádio e Televisão (Afrate), em São Paulo, e Associação dos Fabricantes de Aparelhos Telefônicos (Abrafete), no Rio de Janeiro – decidiram se unir à Abinee para conseguir mais visibilidade política e projeção nacional.

Com sua ação integradora, a Abinee conquistou o respeito das autoridades civis e militares. O ex-ministro da Fazenda, Delfin Neto, comenta sobre a relação com a Abinee: “Fui testemunha do extraordinário empenho da Abinee na defesa dos legítimos interesses do setor. Isso foi numa época em que a indústria e os governos tinham o objetivo comum de promover o crescimento da economia e os níveis de emprego. Houve divergências e atritos entre os empresários e governo, mas sem que o diálogo fosse interrompido” (ABINEE, 1998).

Nos anos 70, a economia brasileira teve grandes transformações econômicas e políticas. O setor eletroeletrônico apresentou, na década de 70, um crescimento importante, destacando-se em 1970 com 12%; 1973 com 31% e 1976 com 20% (ABINEE, 1998).

Em 1975-1976, o choque do petróleo gerou uma forte recessão econômica provocando a desaceleração do setor eletroeletrônico, pois a prioridade do governo da época foi a indústria pesada, através da criação dos pólos petroquímicos e o desenvolvimento do Programa Proálcool.

A Abinee reagiu a esta nova conjuntura adversa, organizando o I e II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica, em 1975 e 1976, respectivamente, em São Paulo, apresentando sugestões para participar mais ativamente na formulação da política industrial e medidas a níveis macroeconômicos orientadas a combaterem a inflação.

A Abinee, como forma de participar na solução dos problemas nacionais de maior importância, cria, no dia 17 de abril de 1978, em São Paulo, o “Fórum Abinee”, como um centro permanente de debates e pesquisas de problemas sociais, econômicos, financeiros e técnicos, que conta com a participação de personalidades de destacada atuação nos vários campos do conhecimento, que contribuíram para esclarecer e buscar novos horizontes na solução dos problemas (ABINEE, 1978).

Convém destacar que as atividades realizadas pelo Fórum Abinee foram as gestoras do que seria no futuro chamado Fórum Abinee Tec, cujo início foi em 1991,

tomando a dimensão de um grande evento com convidados nacionais e internacionais, cujo objetivo seria a discussão das bases para o desenvolvimento econômico do País e do setor eletroeletrônico nos anos 90.

Na década de 80, na área política acontecem diversos fatos que mostram grandes mudanças e também geraram importantes câmbios na atuação da Abinee.

Em 1985 é eleito o presidente Tancredo Neves, mas assumindo José Sarney como presidente. Em 1998 é realizada a Assembléia Nacional Constituinte e, finalmente, em 1999, é realizada a eleição direta do presidente da República, sendo eleito Fernando Collor de Mello. A economia brasileira continuava apresentando problemas relacionados com a crise cambial, forte endividamento externo, alto nível de desemprego e inflação e queda da atividade industrial, o qual impacta na indústria eletroeletrônica.

Em 1983 a Abinee promoveu a eleição para presidente da entidade, após a gestão de Manoel da Costa Santos (1963-1980) e é eleito o empresário Firmino Rocha de Freitas para o período 1980-1983, sendo reeleito, em 1983, para um novo mandato 1983-1986.

A Abinee reage a esta instabilidade econômica e é realizado, em 1981, o III Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica propondo como tema principal: “Rumos para a continuidade do desenvolvimento econômico”.

Durante o evento, a Abinee se declarou contrária às medidas anti-recessivas e procurou promover o crescimento econômico com mudança, para o qual, a entidade achou importante a manutenção de um sistema político democrático, além de defender “a solução dos problemas sociais como uma das prioridades do exercício da democracia” (ABINEE, 1998).

Durante os anos 70 e 80, a relação da Abinee com o poder político, foi muito influente nos governos militares, o que permitiu criar as condições para o desenvolvimento do setor, sendo um exemplo o caso da TV em cores que entrou no Brasil dez anos antes que na Argentina.

Para o presidente Rocha de Freitas, “nos anos 80 o poder político já não se concentrava exclusivamente no Executivo, como foi nos anos 60 e 70, quando a entidade funcionou como canal de negociações entre os empresários do setor e o

governo, senão que agora o Poder Legislativo era um fator político relevante para a entidade” (ABINEE, 1998, p.11).

Apesar dos esforços, a Abinee enfrentou sérias dificuldades, como explica Rocha Freitas: “Não foi fácil manter uma das principais metas do meu mandato: o desenvolvimento da indústria de componentes, pois acreditávamos que sem o seu fortalecimento, o País não teria uma indústria eletrônica forte. Seríamos meros montadores na área de entretenimento” (ABINEE, 1998, p.11).

Outras dificuldades enfrentadas foram as pressões exercidas pelos políticos da região Norte que, aliados aos fornecedores de componentes externos, desejavam liberdade total de importação para as montadoras usufruírem dos benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM). Finalmente, a Abinee acabou perdendo, pois foram liberadas as importações de componentes eletrônicos para a ZFM (ABINEE, 1998, p. 11).

Em dezembro de 1984 acontece um dos fatos mais importantes para o setor da informática. O Congresso Nacional aprova a proposta do governo de Figueiredo, a Lei de Informática (Lei 7.232/84) que visava promover o desenvolvimento nacional da indústria de informática, utilizando, como principal medida, a criação da “reserva de mercado”, através da proibição da importação de computadores e o financiamento de fábricas nacionais de produtos de informática (ABINEE, 1998).

A posição da Abinee foi contra a forma como foi implantada a reserva de mercado, pois alegava que “se inverteram as prioridades, pois se abandonou a indústria de componentes, que era viável e que precisava de apoio, e protegeu excessivamente a informática que era inviável na forma proposta. Esta inversão de prioridade implicou num sério atraso tecnológico e atrapalhou o relacionamento com parceiros do resto do mundo, pois foi um erro estratégico do governo e o tempo provou que estávamos certos” (ABINEE 1998, p. 13).

No ano de 1986 acontecem importantes sucessos relacionados com a implantação do “Plano Cruzado”, que visava o controle da inflação através do tabelamento dos preços dos produtos finais. Esta situação provocou um aumento do consumo interno que gerou um aumento do faturamento do segmento eletroeletrônico em 27% em 1986, especialmente nos produtos eletrônicos de consumo (som e vídeo) e, por consequência, aumento do consumo dos componentes eletrônicos no processo

de fabricação.

Em 1996 é realizada a eleição para a presidência da Abinee e é eleito o empresário Aldo Lorenzetti para a gestão 1986-1988.

O presidente Lorenzetti faz uma crítica avaliação da atuação da Abinee até esse momento, no sentido que os dirigentes e empresários não souberam acompanhar as mudanças políticas nas instâncias decisórias do País: “O Poder Legislativo ganhou espaço e nós não tínhamos representantes no Parlamento. Outros setores da economia, como os ruralistas, fizeram suas bancadas. E a indústria não se articulou nesse sentido”, conclui ele (ABINEE, 1998. p. 18).

Em 1988 é realizada a Assembléia Nacional Constituinte, no qual o Congresso Nacional assume um papel importante nas decisões políticas e econômicas. No entanto, a Abinee cria uma delegacia em Brasília com uma equipe de assessoria, a qual visa acompanhar e promover as propostas da Abinee entre os deputados da Constituinte assim, como apoiar as negociações políticas. Esta experiência foi bem sucedida, pois permitiu acompanhar o processo legislativo e as decisões políticas e econômicas, sendo também utilizada pela Fiesp, mas não permitiu lograr o sucesso esperado pois não elege um representante político na Constituinte para lutar pelas propostas da Abinee e não teve o sucesso esperado na inclusão das suas propostas no documento final da Constituinte.

Convém destacar um fato que ajudou muito as atividades técnicas e políticas da Abinee. Em 1989 foi criado o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi), por iniciativa de doze empresários, dos quais estavam Paulo Cunha (Grupo Ultra), José Ermírio de Moraes (Votorantim), Paulo Villares (Villares), Eugenio Staub (Gradiente). O objetivo do Iedi era realizar estudos para definir as “concepções estratégicas da indústria, de forma a influir no governo e políticos para dar melhores formas de funcionamento da indústria” (EXAME, 1993. p.36).

Nos anos posteriores o Iedi se destaca pela promoção de propostas com conteúdo desenvolvimentista, em oposição às políticas econômicas que priorizaram a contração industrial. Estas propostas reforçavam a posição defendida pela Abinee, no sentido de propor políticas industriais que visavam o desenvolvimento tecnológico.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é importante realizar uma comparação do que a revisão da literatura apresentou e o desenvolvimento da Abinee. Segundo alguns autores (Diniz & Boschi, Leopoldi e Kirschner), a estrutura da representação dos interesses do empresariado industrial apresenta as seguintes características: dual/híbrida (formada por federações/sindicatos e associações); corporativista (representa os interesses de grandes empresas/grupos); complexa (dificulta a articulação dos interesses setoriais com os nacionais) e simétrica (as empresas se afiliam, simultaneamente, aos sindicatos e às associações, com lideranças comuns).

Estas características também se manifestam no setor eletroeletrônico. A estrutura da representação dos interesses do setor é dual/híbrida, pois existe o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo, Sinaees-SP (fundado em 1941, uma entidade sindical patronal, que congrega as empresas dos setores elétrico e eletrônico do Estado de São Paulo) e a Abinee (fundada em setembro de 1963). Da mesma forma, é corporativista – pois em alguns momentos de sua história, muitos de seus interesses estão ligados às grandes empresas - é complexa, pois tem dificuldade de articular seus interesses setoriais com os nacionais e, finalmente, é simétrica, pois as empresas se afiliam tanto ao Sinaees-SP, como da Abinee, sendo o presidente da Abinee também o do SINAEEES-SP.

Em segundo lugar, a Abinee mostrou uma ação permanente na defesa de seus interesses, desde o início da sua criação, nos quais os três presidentes da entidade, desde 1963 até 1989, apresentaram uma forte articulação com os poderes públicos, levantando importantes teses de defesa, como a participação na elaboração da política industrial, a estabilização econômica do País, as quais também foram mantidas pelos próximos presidentes da Abinee, que serão estudados neste trabalho.

3 ESTRUTURA DE INTERESSES DA ABINEE

Primeiramente, como foi apresentado na introdução, para realizar um estudo dos Padrões de Ação Política, PAP, da Abinee, é necessário conhecer previamente a estrutura dos interesses promovidos pela entidade através dos PAP. Este será o assunto a ser desenvolvido neste capítulo.

Na análise da estrutura dos interesses que representam a Abinee, foi possível identificar que estes estão relacionados aos seguintes temas: política conjuntural, política econômica, política de comércio exterior, política internacional, política industrial e política para os segmentos de energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos. O levantamento dos interesses foi realizado através da consulta dos documentos oficiais da Abinee, especialmente os relativos ao Fórum Abinee-Tec. Este fórum representava o principal evento de debate no qual eram apresentados os principais interesses para as autoridades governamentais que atuavam sobre o setor eletroeletrônico.

Fazendo uma análise dos interesses levantados, acredita-se que seja mais fácil visualizar a estrutura geral dos interesses através da formação de uma agenda dos interesses, a qual pode ser dividida em dois eixos principais: uma agenda nacional e outra agenda industrial.

A agenda nacional está formada por interesses que dizem relação com uma agenda política, formada pelos assuntos ligados a temas políticos e jurídicos; uma agenda econômica, com demandas ligadas à política econômica (PE) e política de comércio exterior (PCE) e outra agenda Internacional que inclui interesses relacionados com as relações internacionais.

Diretamente relacionado ao setor eletroeletrônico, a Abinee também estruturou uma agenda industrial, a qual está formada por uma agenda de política industrial, que inclui demandas relativas a propostas sobre política industrial (PI) e ciência e tecnologia, e uma agenda setorial, diretamente relacionada às necessidades dos segmentos mais relevantes como energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos.

Analisando especificamente os interesses promovidos, no caso da agenda política, a entidade promoveu interesses relacionados aos Poderes Executivo e Legislativo, destacando-se os seguintes:

1. Fortalecer a representatividade política da Abinee com a finalidade de melhorar a comunicação com os Poderes Executivo e Legislativo;
2. Apoio no Congresso para a aprovação das leis de interesse do setor, como a Lei de Informática, Lei das Concessões do Serviço Público e Lei das Telecomunicações;
3. Participação com propostas na Constituinte de 1988 e na Reforma Constitucional de 1993;
4. Apoio político ao diversos planos econômicos, como foi no caso do Plano Real de FHC;
5. Apoio no Legislativo na aprovação das reformas fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária, assim como na reforma do estado e política;
6. Promover uma maior participação dos empresários na formulação de políticas públicas, como a política industrial, política econômica e monetária, etc. (FÓRUM ABINEE TEC 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002).

Na agenda econômica, a Abinee procurou estar permanentemente propondo melhorias na política econômica, dentre as quais pode-se destacar:

1. Reforma do estado que objetivasse uma participação mínima do Poder Executivo na economia;
2. Aprimorar o funcionamento da economia através da realização de reformas estruturais nas áreas fiscais, trabalhistas, tributárias e previdenciária, visando diminuir o Custo Brasil;
3. Posicionamento contrário à política econômica no Governo Collor com relação à abertura comercial, recessão e inflação;
4. Apoio ao plano de privatização das estatais do setor de energia elétrica e das telecomunicações durante o Governo de FHC;
5. Coordenação integrada e única da política de comércio exterior e política industrial;

6. Realização de campanhas institucionais contra a recessão (FÓRUM ABINEE TEC 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002).

Com relação à agenda de comércio exterior, os principais interesses visavam promover a elaboração de uma política de comércio exterior com melhor sistema tarifário, diminuição dos impostos à exportação, mais acordos internacionais, simplificação e promoção das exportações e a criação de incentivos para aumentar as exportações do setor, além de aumentar o controle do contrabando e subfaturamento (FÓRUM ABINEE TEC 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002).

Na agenda internacional os principais interesses demandavam o apoio na participação no Mercosul e na formação da Alca, além de destacar as medidas que protegessem o setor eletroeletrônico nas negociações da Alca.

A agenda de política industrial foi uma das mais importantes bandeiras da Abinee, destacando-se:

1. Aumento do investimento em infra-estrutura nas telecomunicações e energia;
2. Elaborar uma política industrial centralizada através da coordenação de um único órgão;
3. Promover o aumento da qualidade, produtividade e inovação tecnológica através do poder de compra do Estado no setor, assim como na cooperação tecnológica entre a universidade e o setor eletroeletrônico.
4. Melhorar o padrão de qualidade dos produtos nacionais através do apoio à criação da União Certificadora da Indústria Eletroeletrônica (UCIEE);
5. Definição de uma política industrial que promova a isonomia industrial (igualdade de condições com relação às empresas estrangeiras), aumente o emprego, a competitividade industrial, as exportações e o investimento no setor; principalmente nos produtos nacionais de telecomunicações e energia;
6. Maiores linhas de financiamento para a o setor, privilegiando a indústria de equipamentos industriais e de energia (FÓRUM ABINEE TEC 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002)

Na agenda setorial pode-se identificar os segmentos de energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos, como os mais destacados nas demandas da Abinee.

No caso da energia elétrica, as demandas promoviam a modernização e aumento no investimento energético na produção energética visando superar a crise da energia de 1991 e a isonomia para fornecedores nacionais;

No segmento das telecomunicações, a modernização do sistema, definição das tarifas rentáveis, isonomia para fornecedores nacionais e a privatização das empresas estatais, podem ser destacadas.

No caso dos componentes eletrônicos podem ser destacados: a definição de uma política industrial que visava a reativação econômica para o segmento, a captação de investimento externo, o controle do contrabando e subfaturamento e o financiamento para o fabricante e consumidor nacional de componentes.

Finalmente, para a indústria de informática, a renovação dos incentivos na Lei de Informática, até o ano 2013, e a redefinição dos incentivos para a Zona Franca de Manaus, se destacaram nas demandas da Abinee (FÓRUM ABINEE TEC 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002).

3.1 ANÁLISE COM TÉCNICAS/INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS

A razão de realizar uma análise, com enfoque quantitativo, surge da oportunidade de aproveitar a grande quantidade de dados obtidos nas fontes consultadas, pois, além de analisar a estrutura da agenda de interesses, se quis realizar o intento de identificar a quantidade de interesses apresentados, e que os mesmos sejam classificados por temas e assuntos, assim como a ocorrência deles pelos períodos correspondendo às gestões dos presidentes da Abinee¹. Desta esta

¹ No período estudado, 1989-2002, pode-se identificar a gestão de cinco presidentes da Abinee: Paulo Vellinho (1989-1992), Nelson Freire (1992-1998), Benjamin Funari (1998-2001) e Nelson Paiva (2001-2003).

forma, pode-se relacionar a análise qualitativa realizada anteriormente com os resultados quantitativos, que poderiam confirmar ou contradizer as primeiras.

Através da consulta dos documentos da Abinee, do tipo: revistas, boletins, informativos Abinee, Fórum Abinee Tec, posicionamentos institucionais, relatórios, anais de congressos, etc., foi possível realizar um levantamento estatístico da quantidade dos interesses mais relevantes, para o período 1989-2002 (ver Tabela 1), classificada pelos principais assuntos ao nível de cada uma das gestões da Abinee.

Análise das informações, segundo a Tabela 1, permitiu identificar 171 mais relevantes, para o período 1989 a 2002, distribuído entre nove áreas/temas: política, política econômica, política de comércio exterior, política internacional, política industrial e política para os segmentos de energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos.

Caso a análise fosse realizada, tomando como referência as agendas definidas anteriormente, poder-se-ia observar que na agenda nacional (formada por política, política econômica, política de comércio exterior e política internacional) foram identificados 80 interesses que representam 46,8% do total.

Para o caso da agenda industrial (formada por política industrial e política de energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos), esta apresenta 91 interesses correspondendo a 53,2% do total. Conseqüentemente, pode-se concluir que a Abinee estruturou sua agenda quase que equilibradamente entre ambas agendas, mas, priorizando um pouco mais os interesses do setor, sem esquecer que a agenda do setor depende da agenda nacional.

Na agenda industrial, é possível notar que os interesses ligados à política industrial é majoritária, 28% do total, seguido da energia elétrica, 9,9%, telecomunicações e componentes eletrônicos, 5,8% cada um e, finalmente, informática, 3,6%.

Na agenda nacional, observa-se que os interesses promovidos pela Abinee se concentram em assuntos de política econômica, 25,3%, seguidos da política de comércio exterior, 8,2%, assuntos políticos, 7,6% e relações internacionais, 5,8%.

Desta forma, pode-se concluir que a agenda de interesses foi construída a partir da conjuntura política e econômica do País, no sentido que as políticas desenvolvidas

pelos governos de Collor (1990-92) e FHC (1994-1998; 1998-2002) influíram diretamente na estruturação da agenda de interesses da Abinee.

Esta conclusão é coerente com os resultados apresentados anteriormente na análise qualitativa, na qual também se observa uma presença importante da agenda política e econômica que determina os interesses da agenda industrial e setorial.

Realizando uma análise da Tabela 1, ao nível das diversas gestões da Abinee, observa-se que o Governo Collor (1990-92) coincide com a gestão do presidente Paulo Vellinho (1989-1992). Convém destacar que a implantação da política econômica de Collor afetou negativamente o desempenho econômico do setor, principalmente o segmento das telecomunicações e da energia elétrica. Desta forma, a entidade concentrou, principalmente, sua agenda de interesses em propostas ligadas a criticar e reformular a política econômica, assim como promover medidas de política industrial, especialmente para revitalizar, ao invés de aumentar os investimentos em infraestrutura na área das telecomunicações e da energia elétrica.

Durante o primeiro governo de FHC (1994-1998), que coincide com as duas gestões do presidente da Abinee, Nelson Freire (1992-98), a implantação do Plano Real e a aplicação de fortes medidas restritivas ao crescimento econômico e industrial, dentro de um modelo de internacionalização da economia, conduzem a Abinee a definir uma agenda de interesses que priorize a agenda nacional (52%) sobre a agenda setorial (48%). A agenda nacional é principalmente conduzida pela política econômica e a conjuntura política, enquanto a agenda industrial prioriza medidas dirigidas a aprimorar a política industrial, complementada com medidas dirigidas a beneficiar os segmentos das telecomunicações, energia, informática e componentes eletrônicos. Desta forma, a agenda de interesses do presidente Freire é ampla e abrangente, já que começa a defender os interesses para todos os segmentos.

O segundo governo de FHC (1998-2002) corresponde à gestão do presidente Benjamin Funari (1998-2001) e uma parte do mandato do presidente Nelson Paiva. (2001-2003).

O governo de FHC se caracterizou pela implantação de medidas econômicas, que limitavam o crescimento econômico e industrial, além de uma maior abertura

internacional através da realização da privatização da área de energia elétrica e das telecomunicações.

Neste sentido, a gestão Funari estrutura sua agenda de interesses de forma equilibrada entre a agenda nacional (49%) e agenda industrial (51%). Na primeira, são priorizados os assuntos relacionados à política, política econômica e de comércio exterior, enquanto a agenda industrial promove medidas dirigidas a definir realmente uma política industrial, além de priorizar ações e apoiar principalmente os segmentos de componentes eletrônicos e energia.

Na gestão Paiva, a prioridade é a agenda industrial (60%), principalmente as ações visando definir uma política industrial efetiva e real, complementados com medidas para reativar o segmento de componentes e energia elétrica.

3.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, acredita-se ser importante relacionar alguns conceitos apresentados na revisão da literatura com a realidade da Abinee. Convém comparar os resultados de uma pesquisa elaborada por Diniz & Boschi (2004), que visava identificar a estrutura da agenda de interesses do empresariado industrial nos anos 90, e compara-a com a agenda de interesses da Abinee.

Com relação aos principais interesses dos empresários - estabilização econômica, divergência com relação à abertura comercial da economia e maior abertura do governo para discutir a implementação de uma política industrial - a Abinee incluiu estes na sua agenda de interesses. Ou seja, a Abinee defendeu, permanentemente, a implementação de planos de estabilização econômica como meta para gerar desenvolvimento industrial, em contraposição aos planos de ajuste recessivos nos governos de Collor e FHC. A entidade também criticou abertamente a forma rápida da abertura comercial promovida pelo governo Collor, ainda que não se opunha, mas questionava a velocidade em que foi feita.

A Abinee permanentemente promoveu a necessidade de uma maior participação na elaboração de uma política industrial para o setor eletroeletrônico, além de procurar uma maior aproximação com os órgãos governamentais devido ao comportamento insular destes.

Com relação a ação política dos empresários industriais, a pesquisa de Diniz & Boschi (2004) mostra que as associações empresariais (Abimaq, Abdib, etc.) são mais efetivas/eficientes nas estratégias de ação política que as entidades corporativas (CNI, Fiesp, etc.). Isto é demonstrado pela ação da Abinee, a qual desenvolveu diversas estratégias de ação política, chamados de Padrões de Ação Política, PAP, para defender os interesses desse setor, apoiado por um processo contínuo de modernização da entidade, permitindo PAP mais eficazes.

Outro resultado da pesquisa mostra um deslocamento da ação política das entidades do Executivo para o Legislativo. No caso da Abinee também aconteceu, pois a Abinee desenvolveu esforços concentrados no Legislativo, a partir de 1988, através da Diretoria de Ação Parlamentar (1988-1992) e da Diretoria de Ação Governamental (1992-2002), o que resultou na aprovação da Lei de Informática e a extensão dos benefícios até 2013 (1999 e 2002) e a Lei das Telecomunicações (1999), entre outras. No entanto, não teve resultados positivos em outras iniciativas legislativas.

Com relação à falta de uma bancada empresarial industrial, segundo a pesquisa, a Abinee também sofreu desta situação, pois não teve condições de eleger deputados que fossem empresários do setor eletroeletrônico durante a Constituinte e depois dessa, pelo qual tentou atrair alguns legisladores de diferentes partidos políticos para lutar pelos seus interesses, logrando resultados positivos nesta empreitada.

Com relação ao isolamento da tecnocracia estatal apresentada pela pesquisa de Diniz & Boschi (2004), principalmente nos dois governos de FHC, a Abinee procurou superar esta situação através do esforço de participar nos diversos espaços criados pelo governo, como foram: Câmaras Setoriais, Fórum da Competitividade, Câmara de Gestão de Comércio Exterior, Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, Câmara Setorial do Complexo Eletroeletrônico, Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional de Energia (Anel), entre outros.

Com relação a integração da agenda das entidades corporativas e as

associações, pode-se observar que a agenda da Abinee esteve integrada, em muitos casos, com a agenda da Fiesp e, em outros casos, em desacordo com a agenda da CNI e Firjan. Com relação às políticas econômicas, tiveram maior integração com todas elas quando se referia a interesses propriamente industriais, como a definição de uma política industrial integrada.

Após ter relacionados os resultados obtidos na pesquisa de Diniz & Boschi (2004) com a experiência da Abinee, podemos caracterizar a agenda de interesses da Abinee durante o período estudado.

Na área econômica, a agenda da Abinee postulou que a abertura da economia podia ser lenta e gradual na época do Governo Collor, assim como procurou dar apoio a planos de governo que procuravam dar estabilidade e crescimento à economia, como foi o caso do Plano Real. Também foi apresentada ao Governo a necessidade de realizar as reformas estruturais (reforma política, tributária, fiscal e trabalhista) que permitissem baixar o Custo Brasil, assim como diminuir a participação do Estado na economia, por meio da realização de processos de privatizações das telecomunicações e da energia elétrica.

Na política industrial para o setor, a entidade procurou defender a gestão centralizada da política industrial, o aumento substancial dos investimentos em infraestrutura de energia, telecomunicações e transporte, a melhoria da competitividade e qualidade do setor eletroeletrônico, implementação da isonomia industrial internacional nas concorrências públicas e criação de linhas especiais de financiamentos para as empresas do setor de eletroeletrônico.

No comércio exterior, a Abinee procurou sensibilizar o Poder Executivo da necessidade de aprimorar o sistema tarifário e de implementar medidas que procurassem promover as exportações do setor eletroeletrônico através da diminuição dos impostos dos componentes eletrônicos, além de promover medidas efetivas para terminar com o contrabando e o subfaturamento.

Na área internacional, a Abinee promoveu como interesse permanente o apoio ao processo de consolidação do Mercosul, assim como o apoio às negociações entre o Mercosul com a Alca e União Européia.

Na articulação com o Poder Legislativo, a Abinee demandou a aprovação de leis que beneficiavam o setor, como foram a Lei da Informática, Lei das Concessões do Serviço Público, a Reforma Constitucional e a Lei das Telecomunicações.

Com o Poder Executivo, a entidade buscava, estrategicamente, aumentar a relação política com este Poder, através da participação ativa em políticas, projetos, programas promovidos pelo Poder Executivo, assim como no estabelecimento de parcerias com diversos órgãos governamentais visando obter apoio financeiro/técnico para implementar projetos específicos do setor eletroeletrônico.

Finalmente, pode-se concluir que, primeiramente, a agenda de interesses da Abinee se estruturou de forma a incluir propostas relacionadas com os problemas nacionais, no político e econômico, assim como formar uma agenda industrial ampla que integrasse tanto propostas de política industrial para beneficiar todo o setor, assim como priorizar alguns segmentos que conjunturalmente estavam com problemas. Ou seja, a entidade procurou participar da realidade atual do País, assim como propor medidas de longo prazo para o desenvolvimento do setor eletroeletrônico.

Em segundo lugar, a nível das gestões da Abinee, os resultados mostram que, ao longo do período, a agenda industrial assumiu cada vez mais importância que a agenda nacional, o qual mostra que a Abinee assume com maior decisão os interesses dos associados, pois começa a perceber que aumenta o grau de dificuldades para interpenetrar a forma insular de tomar decisões nas áreas econômica e industrial, principalmente no governo de FHC, o quê, conseqüentemente, dificulta o diálogo da entidade com os governos da época.

Tabela 1
Interesses da Abinee por Áreas e Gestão

ÁREAS	P. Vellinho 1989-92		N. Freire 1992-98		B. Funari 1998-01		N. Paiva 2001-03		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Política	-	-	8	15	5	8	-	-	13	7,6
Política Industrial	2	20	11	21	16	26	19	40	48	28,0
Política Econômica	4	4	14	26	16	26	9	20	43	25,3
Pol. Com. Exterior	-	-	4	8	5	8	5	10	14	8,2
Rel. Internacionais	-	-	1	2	4	7	5	10	10	5,8
Telecomunicações	2	2	5	10	2	3	1	2	10	5,8
Energia	2	2	4	8	7	10	4	8	17	9,9
Informática	-	-	3	6	2	3	1	2	6	3,6
Componentes	-	-	2	4	4	7	4	8	10	5,8
Sub Total	10	100	52	100	61	100	48	100	171	100
Subtotal/ Total		5,8		30,4		35,6		28,2	100	

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

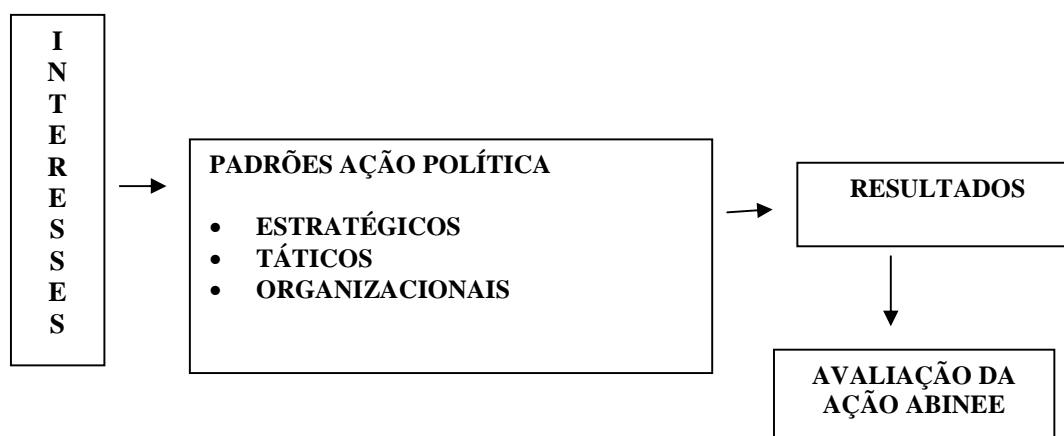
4 PADRÕES DE AÇÃO POLÍTICA (PAP) DA ABINEE

Como foi explicado na introdução deste trabalho, a pesquisa procura estudar os Padrões de Ação Política (PAP), entendidos como o conjunto de ações políticas, que podem ser de naturezas táticas (ações de curto alcance) e estratégicas (ações de grande cobertura), desenvolvidas pela Abinee para defender seus interesses, principalmente junto aos Poderes Executivo e Legislativo, identificando a formação/tipologia utilizada e as formas de implementação desenvolvida pela Abinee visando lograr um conjunto de resultados que atendessem os interesses da entidade, durante o período de 1989 a 2002.

Para entender melhor este trabalho, na Figura 1 é apresentado, de forma sistêmica, as relações existentes entre as variáveis que estão relacionadas com os PAP. Por um lado, para estudar os PAP é necessário analisar e identificar a estrutura de interesses da entidade, pois existe uma relação de dependência entre ambos, no sentido de que, para desenvolver os PAP é preciso previamente dispor de uma agenda de interesses. Por outro lado, a ação dos PAP vai gerar um conjunto de resultados/medidas que vai afetar, positivamente ou não, o setor.

Após a análise destas três variáveis (interesses, PAP e resultados), será realizada uma avaliação da ação da Abinee utilizando um conjunto de índices/indicadores baseados nas variáveis anteriores.

Figura 1
O sistema dos Padrões de Ação Política



Primeiramente, tomando como referência o trabalho desenvolvido por Paulo Roberto Neves Costa, no qual propõe que a análise dos PAP pode ser feita a partir de dois níveis totalmente inter-relacionados. De um lado, os padrões específicos de ação concreta, ou seja, as estratégias, e, por outro lado, os padrões gerais ou as táticas (COSTA, 2005, p. 113 e 116).

A partir desta proposta, acreditou-se que também se poderia trabalhar com estas categorias, pois permitem diferenciar a ação dos PAP segundo os níveis de cobertura em que atuam e, conseqüentemente, potencializam diferencialmente a estrutura dos interesses da Abinee. Desta forma, pode-se definir três níveis de PAP:

- 1) PAP Estratégicos: são aqueles que apresentam uma ação de grande porte, tanto em termos de investimento como de abrangência/cobertura do público objetivo. Como exemplo pode-se identificar: os eventos anuais, almoços de confraternização de fim de ano e as campanhas institucionais a nível nacional através da mídia;
- 2) PAP Táticos: são aqueles que atuam de forma localizada com cobertura limitada no público objetivo, e que implica uma organização e investimento de pequeno porte. Exemplos: debates; visitas recebidas na Abinee e visitas da entidade em órgãos governamentais como ministérios e o Legislativo.

- 3) PAP Organizacional: são conjuntos de ações realizados pela presidência da Abinee ao interior da entidade que visam aumentar a eficiência da gestão administrativa, aperfeiçoamento da prestação de serviços aos associados, melhorar a visibilidade e representação política junto aos poderes públicos e a sociedade e a realização de parcerias entre a Abinee e órgãos governamentais, entre outros.

Na Tabela 2 são apresentadas as diversas formas ou modalidades que assumem a ação da Abinee através dos PAP, classificadas a nível estratégico, tático e organizacional.

A nível estratégico, podem-se identificar os seguintes PAP:

- a) **Eventos**: são eventos anuais, entre os quais pode-se destacar o Fórum de Debates Abinee Tec e Feira Internacional de Eletroeletrônico, que permitem um encontro entre as empresas do setor e as principais lideranças políticas, econômicas e empresariais, a nível nacional como do setor eletroeletrônico. O Fórum Abinee Tec tem como objetivo debater os problemas do setor e ser o espaço para apresentar as demandas deste. Este Fórum é realizado anualmente e permite que a Abinee possa reforçar sua visibilidade política junto aos poderes públicos e seus associados.
- b) **Almoços de confraternização**: este evento é realizado no fim do ano e visa apresentar uma avaliação das ações realizadas pela Abinee durante o ano, assim como as demandas do setor. Para este evento eram convidadas autoridades políticas do Governo Federal (ministros) e diretores de órgãos governamentais diretamente ligados à implementação de política industrial do setor eletroeletrônico (Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério da Ciência e Tecnologia, etc.), assim como autoridades estaduais (governadores e secretários) e lideranças empresariais.
- c) **Campanhas institucionais**: realizadas pela entidade com o objetivo de dar visibilidade junto à população. Estas campanhas estavam dirigidas a colocar em destaque problemas que afetavam a população, como a campanha realizada através da mídia maciça: “contra a recessão”, durante o Governo Collor. Também foram realizadas campanhas de sensibilização da opinião pública com relação ao uso das baterias de carros; os cuidados do lixo; no caso das baterias; etc.

Como se pode observar, estes três formatos de PAP têm, em comum, uma grande cobertura na forma de promover os interesses em grandes públicos, muitas vezes formadores de opinião.

No nível tático, podem-se identificar cinco formatos alternativos de promover os interesses, muitas vezes abordando públicos seletivos e menores, porém com forte poder de decisão:

- a) Encontros: consiste na realização de reuniões entre a diretoria da entidade e autoridades governamentais (ministros, diretores, etc.) com o objetivo de debater temas específicos, logrando-se, em várias oportunidades, chegar a acordos importantes, como foi o caso da criação da Câmara Setorial do Complexo Eletroeletrônico, participação no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), Fórum da Competitividade e Programa Especial de Exportação (PEE).
- b) Visitas na Abinee: são aquelas em que a diretoria da Abinee recebe importantes autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como executivos de empresas governamentais, palestrantes, autoridades internacionais, etc., visando debater temas do setor assim como apresentar os interesses da entidade;
- c) Visitas externas: são aquelas realizadas pelo presidente, diretores e executivos da Abinee a gabinetes de ministros e autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, visando aumentar a visibilidade política. Para acompanhar as atividades do Poder Legislativo, a entidade criou a Diretoria de Ação Parlamentar (DAP) com o objetivo de apresentar as propostas da entidade aos deputados e senadores, visando legislar sobre assuntos de interesse do setor, além de acompanhar os processos legislativos das leis em debate que eram de muita importância para o setor eletroeletrônico. Os resultados alcançados no Legislativo podem ser ilustrados através da aprovação da nova Lei 2013/02 de Informática que estende os benefícios, a aprovação de medidas que reduz os impostos de IR e IPI na fabricação de circuitos interligados, a Lei de Licitação do Serviço Público e a Lei Geral das Telecomunicações.
- d) Documentos institucionais: têm como objetivo elaborar documentos que destacam importantes problemas do setor eletroeletrônico, assim como a apresentação de propostas de soluções para os mesmos. Alguns documentos apresentados foram:

“Alerta à Nação” (sobre a crise do setor de energia e telecomunicações em 1991); “Retrato sem retoques” (ineficiência do sistema estatal das telecomunicações, 1992); “A indústria eletroeletrônica rumo à internacionalização, 1993; “Diretrizes para uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o complexo eletroeletrônico”, 1995; “A indústria eletroeletrônica no século XXI”, 1997; “As mudanças de mercado e os investimentos de competitividade”, 1999; “A energia do século 21”, 2000; “A competitividade da indústria eletroeletrônica”, 2001; “Constituição do setor elétrico para o desenvolvimento do Brasil”, 2002; e “Política de desenvolvimento para o complexo eletroeletrônico”, 2002, entre outros. A elaboração destes documentos permitia manter canais de comunicação com as autoridades governamentais, especialmente os ministros da Indústria e Comércio, Telecomunicações, Ciência e Tecnologia, entre outros. Estes documentos eram entregues em encontros, eventos e visitas.

- e) Posicionamento institucional da entidade: através da palavra do presidente no editorial dos principais veículos de comunicação da entidade (revista, boletim, informativos), com periodicidade mensal ou trimestral. Nos editoriais, o presidente fixava uma posição sobre temas específicos: política econômica, política industrial e de comércio exterior; conjuntura política, relações internacionais, avaliação econômica e industrial dos setores eletroeletrônicos, etc. A participação do presidente da entidade nos principais meios de comunicação permitia uma importante visibilidade política da entidade no setor empresarial nacional, no Poder Executivo e no Poder Legislativo, assim como no âmbito internacional. Esta forma de apresentação dos interesses do setor, através dos editoriais, permitia que permanentemente estivessem sendo debatidos e negociados os interesses do setor com os responsáveis governamentais da política industrial através de encontros, debates, visitas e eventos de grande porte (Abinee Tec e almoços de fim de ano). Também as propostas apresentadas através dos editoriais estavam contidas e sumariadas nos documentos institucionais que a entidade apresentava ao País. Desta forma, os editoriais tiveram grande valor como ação tática que permitia reforçar as ações estratégicas da Abinee.

Pode-se observar que os PAP táticos nas modalidades anteriores (encontros, visitas, etc) realizavam uma ação seletiva, promovendo um “corpo a corpo” com autoridades governamentais e legislativas, o que permitia ser eficiente na apresentação dos interesses. No entanto, também a posição institucional da entidade através de documentos e de posicionamentos da presidência institucionais, logravam ser efetivos quando eram promovidos através das modalidades de PAP estratégicos, pois permitem chegar a grandes públicos. Isto demonstra que os PAP táticos e estratégicos eram interdependentes e permitiam reforçar a ação de cada um, logrando-se um efeito de sinergia na ação da Abinee.

Por outro lado, também a Abinee considerava que a efetividade da ação dos PAP dependia do bom funcionamento da estrutura organizacional da entidade, para o qual, a gestão dos diversos presidentes da Abinee mostrou a preocupação de aprimorar o funcionamento da organização, através de medidas de reformas internas, que chamaremos de “PAP organizacionais”, da qual podemos identificar os seguintes:

- a) Programas de desenvolvimento interno: a Abinee implementou uma série de programas visando o aprimoramento da estrutura da entidade, a eficiência dos serviços oferecidos aos associados, e o aumento da representatividade política na área governamental e legislativa a nível nacional. Desta forma, implementou diversos programas: Programa de Qualidade (para melhorar os serviços prestados); Programa “Repensando Abinee” (reestruturação interna e representatividade política); Programa “Alianças Globais” (acesso ao mercado internacional das PMES); criação do *ombudsman* (receptor de queixas dos clientes do setor); criação do escritório em Brasília (acompanhar processos nos ministérios e relacionamento político); criação da área do meio-ambiente (busca de soluções para resíduos sólidos eletroeletrônicos); lançamento do boletim informativo (1989); jornal Abinee (1992); criação de entidades como a União Certificadora da Indústria Eletroeletrônica (1990).
- b) Avaliação da atividade macroeconômica e do setor eletroeletrônico: através da elaboração de relatório periódico visando à elaboração de cenários futuros para o setor.

Tabela 2
Modalidades dos Padrões de Ação Política (PAP)

PAP TÁTICO	PAP ESTRATÉGICO	PAP ORGANIZACIONAL
Encontros	Eventos	Programas de desenvolvimento interno
Visitas externas Visitas na Abinee	Almoço de confraternização	Avaliação da atividade macroeconômica e do setor eletroeletrônico
Documentos institucionais	Campanhas institucionais	
Posicionamento institucional		

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

Desta forma, após ter definido as diversas modalidades dos PAP implementados pela Abinee para promover seus interesses, é importante conhecer como foram defendidos os interesses, através dos PAP, segundo as áreas incluídas na agenda nacional (formada por política, política econômica, política de comércio exterior e política internacional) e da agenda industrial (formada por política industrial e política de energia elétrica, telecomunicações, informática e componentes eletrônicos).

Na Tabela 3 é apresentado o detalhamento dos principais interesses providos pela Abinee, classificados pelas grandes áreas de interesse e pelas modalidades de PAP.

Analisando esta informação pode-se observar que os assuntos de interesses têm uma forte correlação com os assuntos que eram debatidos na conjuntura nacional. Temas como, a reforma da Constituinte (1993), os planos de estabilização econômica e as reformas estruturais, assim como a posição da Abinee em relação às eleições presidenciais (1990, 1994 e 1998), são assuntos recorrentes de debate tanto dentro da entidade como da entidade como interlocutores dos poderes públicos, com entidades empresariais (CNI, Fiesp, Firjan). O acompanhamento das ações do Legislativo através da Diretoria de Ação Parlamentar, DAP, para avaliar as posições dos parlamentares sobre a abertura do capital ao exterior, são de interesse da Abinee. Estas ações

descritas anteriormente mostram que a Abinee esteve preocupada em manter estreita uma articulação política frente aos poderes públicos.

Por outro lado, a Abinee também foi uma defensora permanente de assuntos relativos ao setor, como o aperfeiçoamento da política industrial, assim como de temas estratégicos que visavam aprimorar o funcionamento dos diversos segmentos eletroeletrônicos, como: reformas na ZFM, melhoria da infra-estrutura, privatizações, internacionalização, subfaturamento, concorrência desleal, etc.). Com estas ações, a Abinee procurou se manifestar explicitamente sobre interesses específicos dos segmentos mais relevantes, apresentando propostas para manter ou revitalizar segmentos, dentro de uma conjuntura econômica muito desfavorável para incentivar uma política industrial do setor eletroeletrônico.

Da mesma forma, pode-se observar que a entidade usou de todos os meios necessários para defender seus interesses variados, desde a organização de reuniões e ações de tamanho menor (encontros, visitas na Abinee, a instituições públicas e privadas, até a organização de eventos de grande porte (Fórum Abinee Tec, almoços de fim do ano), a elaboração de documentos institucionais a serem debatidos no evento organizado, o uso da mídia da entidade (posicionamento do presidente da Abinee, através de editoriais na revista institucional) como da mídia nacional (o lançamento de campanhas promovendo interesses da comunidade como foram as campanhas: “Não à recessão”, reciclagem de baterias, etc). Conseqüentemente, através destas ações, a Abinee também procurou reforçar sua visibilidade política, mas também a visibilidade empresarial, resultando em ações favoráveis para o setor, mas, em outras casos, não teve os resultados esperados.

Tabela 3

Tipos de Padrões de Ação Política (PAP) por áreas e assuntos de interesse

ÁREAS	PAP E: Estratégicos. T: Táticos. O: Organizacionais.	ASSUNTOS
POLÍTICA	Encontro (E)	Parlamentarismo; Debate de candidatos à presidência; Revisão institucional; Cenário eleitoral.
	Almoço (E)	Debate sobre o tamanho do Estado; Impunidade e apoio a FHC.
	Organizacionais (O)	Criação escritório em Brasília.
	Posicionamento Presidente (T)	Redefinição do tamanho do Estado; Reforma fiscal e tributária; Crítica à divisão da Abinee; Necessidade de fazer uma reengenharia política; Apoio político na eleição de FHC; Apoio à marcha do empresariado para Brasília; Apoio à reforma política; Posição da Abinee na campanha presidencial (1994, 1998, 2002).
	Documentos Institucionais (T)	Proposta FIPE/USP para revisão constitucional; Pesquisa no congresso para tendências de voto para abertura ao capital estrangeiro.
POLÍTICA ECONÔMICA	Encontro (T)	Políticas macroeconômicas; Avaliação de políticas antiinflacionárias; Cenários macroeconômicos; Políticas de estabilização; Avaliação da economia; Código de defesa ao consumidor; Reforma tributária.
	Visitas na Abinee (T)	Debate sobre organização sindical; Financiamento externo; Ação do governo através do BNDES; Avaliação Plano Real; Custo Brasil; Definição de políticas públicas.
	Visitas externas (T)	Cenários macroeconômicos; Descongelamento de preços.
	Almoço (E)	Crítica à política industrial, saúde e educação; Avaliação do Plano Real (guerra fiscal); Reforma tributária e fiscal.
	Campanhas Institucionais (E)	Campanha nacional “Não à recessão”
	Posicionamento Presidente (T)	Retomada do crescimento e crítica à política econômica; Apoio ao Plano Real; Medidas para diminuir o Custo Brasil.
POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR	Visitas na Abinee (T)	Fórum de promoção de exportações, <i>dumping</i> , salvaguardas.

POLÍTICA INDUSTRIAL	Encontro (E)	Debate sobre a política industrial para os setores de automação, telecomunicações e microeletrônica; Debate as PMES; Qualidade dos produtos.
	Visitas externas (T)	Debate sobre a ZFM ; Seminário de qualidade; Política de normalização.
	Almoço (E)	Reformas e modernização da política industrial; Debate sobre a ZFM.
	Eventos (E)	Fórum Abinee Tec 1991, 1993,1995,1997,1999,2000, 2001e 2002.
	Campanhas Institucionais (E)	Orientação para as baterias; Reciclagem de baterias.
	Posicionamento do Presidente Abinee (T)	Modernização da infra-estrutura; Apoio à privatização e desregulação; Incentivar a participar no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP); A indústria eletroeletrônica na internacionalização; Denúncia de subfaturamento nas importações de bens de capital; Proposta de uma política industrial moderna; Ação da Abinee contra a concorrência desleal; Término dos monopólios estatais; Crítica às desigualdades de oportunidades para a indústria nacional para competir com os produtos importados; crítica à extensão da ZFM; Proposta de internacionalização do setor; Nova proposta de desenvolvimento para o setor.

TELECOMUNICAÇÕES	Encontro (T)	Debate sobre implantação da TV a cabo; Privatização das empresas de telecomunicações; Situação atual do sistema.
	Visitas externas (T)	Tarifas e situação atual do sistema de telecomunicações.
	Almoço (E)	Plano Brasília de telecomunicações.
	Posicionamento do Presidente Abinee (T)	Sistema moderno de telecomunicações; Apresentação de documento para deputados sobre a indústria de telecomunicações.
	Documentos Institucionais (T)	“Alerta à Nação” (sobre a crise do setor de energia e telecomunicações, 1991). “Retrato sem retoques” (ineficiência do sistema estatal das telecomunicações, 1992).
ENERGIA ELÉTRICA	Encontro (T)	Fontes alternativas; Situação atual do setor.
	Visitas externas (T)	Seminário sobre infra-estrutura.
	Almoço (E)	Situação atual do setor de energia elétrica.
	Posicionamento de Presidente Abinee (T)	Segurança estratégica no fornecimento de energia elétrica; Apoio à Lei 8.631 que define as tarifas para as empresas de energia elétrica; Concorrência desigual no caso da Cemig; Apoio ao projeto do governo para a privatização das empresas de energia elétrica; Crise do segmento de energia elétrica.

	Documentos Institucionais (T)	“Alerta à Nação” (sobre a crise do setor de energia e telecomunicações (1991) “A energia do século 21” (2000) “Constituição do setor elétrico para o desenvolvimento do Brasil” (2002).
INFORMATICA	Encontro (T)	Inclusão digital.
	Visitas externas	Proposta da entidade para o setor.
	Posicionamento do Presidente Abinee (T)	Apoio à decisão do congresso na Lei do <i>software</i> ; Avaliação positiva da reserva de mercado; Participação do setor privado como provedor de acesso à informação; Apoio à extensão da Lei da Informática.
COMPONENTES ELETRÔNICOS	Encontro (T)	Proposta da entidade para o setor de componentes eletrônicos.
	Visitas na Abinee (T)	Situação atual do setor; Proposta da entidade para o setor de componentes eletrônicos.
	Visitas externas (T)	Proposta da entidade para o setor de componentes eletrônicos.
	Almoço	Apoio para o setor de componentes eletrônicos.
	Posicionamento do Presidente Abinee (T)	Apresentação de proposta para o segmento; Análise da crise que afeta aos componentes por causa das importações; Tratamento diferenciado para o segmento; Dificuldades no governo para tratar da crise dos componentes.
	Documentos Institucionais (T)	“Proposta para o segmento de componentes eletrônicos”, 2000.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum ABINEE TEC 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

4.1 ANÁLISE COM TÉCNICAS/INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS

Através da consulta dos documentos institucionais (notícias, informativo, jornal e revista Abinee, Fórum Abinee Tec, Congressos, etc.) foi possível levantar, estatisticamente, a quantidade de PAP implementados mais relevantes durante o período 1989-2002. A partir desta pesquisa, foi possível construir e realizar uma série de cruzamentos dos dados, nos quais se apresentam os PAP segundo as áreas de interesses (Tabela 4), os PAP por áreas de interesses ao nível de cada uma das gestões da Abinee (Tabela 5) e os PAP por gestão (Tabela 6).

Primeiramente, o objetivo de construir a Tabela 4, foi a de identificar a quantidade de assuntos de interesses por cada tipo de PAP implementados pela Abinee, entre 1989 a 2002. A análise dos dados levantados indica alguns resultados importantes.

Em primeiro lugar, o total de PAP identificados foi de 156, distribuídos entre as nove modalidades diferentes apresentadas na Tabela 2. Se considerar-se que cada modalidade de PAP pode ser desenvolvida para mais de uma área de interesse, então o total de PAP chegam a 205 para as dez áreas de interesse.

Em segundo lugar, os PAP mais utilizados pela Abinee foram o posicionamento do presidente (40%); encontros (13%); visitas na Abinee (11%); documentos institucionais (10%); enquanto que as áreas de interesse mais promovidas pelos PAP foram os assuntos de política econômica (23,7%); política industrial (22,2%); assuntos políticos (13%); energia (10,1%) e telecomunicações (8,2%).

Na promoção dos interesses relacionados à política econômica, foram utilizados o posicionamento do presidente, encontros, eventos, visitas na Abinee e almoços de fim de ano, enquanto para a política industrial utilizaram-se com maior freqüência o posicionamento do presidente, visitas na Abinee e eventos e, para promover interesses na área política, a entidade utilizou o posicionamento do presidente e os encontros, principalmente.

Para promover os interesses dos segmentos, existiu diferenciação com relação a cada segmento, assim, por exemplo, nas telecomunicações e a energia elétrica utilizou-se com maior freqüência o posicionamento do presidente, encontros, eventos, almoços

e documentos institucionais; enquanto para os componentes eletrônicos e para a informática foram importantes os posicionamentos do presidente, eventos, documentos institucionais e almoços.

Analisando-se o total de ações, é possível observar que os PAP que promoviam as demandas do setor, a agenda setorial, foi majoritária com 54% dos PAP, utilizando-se principalmente o posicionamento do presidente, eventos, almoços, visitas na Abinee e documentos institucionais; enquanto que os interesses da agenda nacional (política, PE, PCE) participou com 46%, sendo que os PAP mais utilizados foram o posicionamento do presidente, encontros, visitas na Abinee e externas, eventos, almoços e documentos institucionais, observando uma maior variedade de PAP que no caso da agenda setorial. Isto pode ser causado pelo fato que os interesses promovidos na agenda nacional apresentavam uma maior heterogeneidade de frentes enquanto que a agenda setorial era mais homogênea.

Outra variável pesquisada foram os dados anteriores mais desagregados ao nível de cada gestão da Abinee, o qual resultou na elaboração da Tabela 5, que mostra as áreas de interesses defendidas por cada gestão e, também, na Tabela 6, que indica os tipos ou modalidades de PAP implementados pela Abinee para defender seus interesses.

Desta forma, segundo as Tabelas 5 e 6, na gestão do presidente Paulo Vellinho (1989-92), os assuntos de interesse mais defendidos foram os relacionados à política econômica (33%), política industrial (18%), política (12%), energia (12%) e telecomunicações (10%), que foram promovidos através da implementação prioritariamente de visitas na Abinee, visitas externas e encontros, sem esquecer da realização de grandes eventos (Abinee Tec 91 e almoço de fim do ano) assim como a campanha institucional (Não à recessão); resultando numa agenda nacional prioritária (52%) com relação à agenda setorial (46%).

Na gestão do presidente Nelson Freires, as áreas de interesse prioritárias, mais defendidas, foram às relativas à política econômica e política industrial (33% cada um), política (18%), telecomunicações (8%), componentes (8%), informática (7%), energia (6%), através dos PAP do tipo: posicionamentos do presidente (49%), encontros e

visitas na Abinee (12%) e almoços de fim de ano (7%); mas acontecendo uma reversão onde a agenda setorial foi mais prioritária (52%) que a agenda nacional (46%).

O perfil da gestão do presidente Benjamim Funari é similar à gestão anterior, sendo prioritária os interesses na política industrial (18%), política econômica, (16%), política (14%), energia (16%) e componentes (14%), promovidos através do posicionamento do presidente (46%), encontros (15%), atividades de organização interna (15%) e documentos institucionais (12%).

Na gestão do presidente Carlos Paiva continua a tendência das duas gestões anteriores, no sentido de priorizar interesses da área eletroeletrônica por sobre os nacionais, como podemos ver: política industrial (22%), política econômica, (18%), energia (15%), componentes e política (11%), promovidos principalmente através do posicionamento do presidente (50%), documentos institucionais (22%), encontros e eventos (11%).

Comparando as quatro gestões da Abinee, com relação aos PAP, conclui-se que a gestão Freire liderou com 49% (correspondendo a dois períodos) dos PAP, seguida da gestão Funari (21%), Vellinho (18%) e Paiva (12%).

Finalmente, analisando-se as quatro gestões da Abinee com relação à agenda de interesses, pode-se concluir que: a agenda setorial teve uma prioridade maior na Abinee que a agenda nacional; as principais áreas de interesses promovidas foram, em ordem de prioridade: política econômica, política industrial, política, energia e telecomunicações; as modalidades de PAP que foram mais utilizadas, em ordem de prioridade: posicionamento do presidente, encontros, visitas na Abinee, documentos institucionais e eventos.

Estas conclusões obtidas através da análise quantitativa (Tabelas 4, 5 e 6) reforçam aquelas obtidas na análise qualitativa (Tabela 3). Neste sentido, a entidade priorizou demandas que promoviam a implementação de uma política industrial efetiva e integrada, conjuntamente com o desenvolvimento industrial dos principais segmentos que compõem o setor eletroeletrônico, como foi o caso das telecomunicações e da energia, além de não esquecer os sérios problemas que afetavam o segmento de componentes eletrônicos (reativação econômica e industrial) e a informática (regulamentação dos benefícios).

Da mesma forma, pode-se também comprovar, que a agenda nacional defendida pela Abinee sempre esteve formada por propostas que privilegiavam as políticas econômicas (estabilização e desenvolvimento, reformas econômicas), assim como participando nos principais fatos políticos (reforma do Estado, Constituinte 1988 e 1993).

A nível dos PAP, a entidade teve condições de criar e implementar um conjunto amplo de PAP, com conteúdo estratégico (eventos, almoço de confraternização e campanhas institucionais), tático (encontros, visitas externas, visitas na Abinee, documentos institucionais e posicionamento institucional) e organizacional (programas de desenvolvimento interno e avaliação econômica do setor).

4.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, acredita-se ser importante relacionar alguns conceitos apresentados na revisão da literatura com a realidade da Abinee.

Segundo Diniz & Boschi, o padrão de atuação das entidades empresariais industriais é de caráter dual, pois pode apresentar um caráter complementar ou conflitivo, dependendo do problema em pauta (DINIZ e BOSCHI, 2000, p. 5). No caso da Abinee, os PAP desenvolvidos assumem também esta dualidade, pois as ações buscam realizar parcerias com o governo (participando em diferentes programas governamentais), assim como se opondo a outras iniciativas (abertura de economia, falta de política industrial, etc.).

Outra afirmação destes autores, é que a forma de articulação das entidades é altamente complexa e diversificada, pois considera múltiplos canais de participação, os quais podem ser fragmentados e setorizados, como forma de adaptação dos empresários frente à conjuntura política e econômica que enfrentam. No caso da Abinee, a mesma desenvolveu múltiplas formas de ações fragmentadas (encontros, visitas, eventos, campanhas institucionais, posicionamentos do presidente, etc.) e setorizados (ações específicas sobre cada um dos segmentos eletroeletrônicos) junto ao Poder Executivo.

Com relação ao uso do *lobby* como padrão de ação política, segundo Diniz & Boschi, este adquire duas vertentes: a eleição de uma representação direta de deputados e senadores empresários e o uso do *lobby* sobre os representantes do Legislativo para o qual as entidades empresariais utilizavam as estruturas internas para atuarem, tanto na análise e seguimento dos projetos, como na discussão e debate, apresentando propostas e emendas ao projeto em discussão (DINIZ & BOSCHI, 2004, p. 96).

Da mesma forma, a Abinee usa a estrutura interna, através das Diretorias de Ação Parlamentar (1989-1998) e de Ação Governamental (1998-2002) para desenvolverem um intenso *lobby* sobre o Legislativo, principalmente para obter a aprovação de duas leis de grande importância para o setor eletroeletrônico: Lei da Informática e a Lei das Telecomunicações, nas quais teve sucesso. Outros temas onde o empresariado procura obter benefícios através do *lobby* foram na flexibilização das leis trabalhistas, mas que não tiveram o resultado esperado.

Uma outra posição destes autores é que a estratégia de *lobby* é de caráter assimétrico, pois as estruturas corporativas (sindicatos e federações) e informais (associações) representam os interesses, enquanto que a representatividade política das entidades é assumir uma forma de paridade, pois atua tanto no Executivo quanto no Legislativo (Diniz & Boschi, 2004, p. 123). Esta afirmação é válida para o caso do setor eletroeletrônico, onde representação de interesses também é simétrica (Sinaees e Abinee) e a representação política se rege pela paridade, com ações sobre o Executivo e Legislativo, principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90.

Por outra parte, Paulo Costa (COSTA, 2005, p. 119) afirma, em primeiro lugar, que o comportamento das entidades empresariais frente ao poder político é fragmentado e pouco institucionalizado na elaboração e implementação de políticas estatais. No caso da Abinee, esta atua de forma integrada com outras entidades congêneres (Abimaq, Abdib, etc.), o que reforça o poder junto ao Executivo, resultando na participação mais agressiva na solicitação de uma definição de políticas industriais e setoriais governamentais.

Em segundo lugar, que a participação das entidades é tímida na definição de políticas públicas, principalmente econômicas e na construção da democracia. No caso

da Abinee, a entidade participa com propostas elaboradas, muitas vezes fundamentada em pesquisas, principalmente com relação à política econômica e mais tímida na volta à democracia. Ou seja, a entidade concentra as ações na formação de demandas econômicas, tanto ao nível macroeconômico como de política industrial, relegando os assuntos políticos (reforma política, democratização, etc.) para um segundo nível de prioridades.

Em terceiro lugar, a representação política do empresariado toma a forma corporativista, tanto nas associações como nos sindicatos. No caso da Abinee, é possível observar que o corporativismo também aparece na entidade, pois muitas vezes defende os interesses de grandes segmentos, como foi o caso da informática, telecomunicações e energia elétrica, mas também assume posições de permanente defesa de segmentos menores, como foi o caso dos componentes eletrônicos.

Em quarto lugar, a representação corporativista da entidade não consegue mostrar uma posição "apolítica" ou "apartidária"; A Abinee, ainda que se define como uma entidade "apolítica" ou "apartidária"; também não consegue mostrar uma posição "apolítica" ou "apartidária", muitas vezes assume posições políticas claras de apoio a políticas, como foi o apoio ao Plano Real de FHC, ou candidatos, como o apoio a FHC para um segundo mandato.

Em quinto lugar, nas duas entidades estudadas, ACSP e FCSP, estavam mais atentas à modernização e profissionalização (estratégias) e menos dirigidas para a ação política (táticos). No caso da Abinee, todos os presidentes analisados mostraram uma direção de modernizar e profissionalizar a entidade (através de diversos planos como: "Repensando Abinee", Alianças globais, reestruturação, informatização, criação de jornais diversos, etc.), visando desenvolver ações políticas mais eficientes e eficazes. Também se mostra nesse trabalho, através da análise quantitativa, que as ações táticas superam as estratégicas.

Após de ter confrontado alguns autores citados na revisão da literatura com a realidade da Abinee, pode-se apresentar algumas conclusões interessantes:

Em primeiro lugar, ao nível das áreas de interesse, a entidade desenvolveu um amplo esforço para estruturar uma agenda de interesses ampla e irrestrita que

contivesse demandas que aborda-se os problemas nacionais conjunturais ligados à política, política econômica, política internacional e de comércio exterior. Assim como também a entidade concentrou sua ação para promover múltiplos interesses para o setor, em geral e para os segmentos, em particular, dentre os quais pode-se identificar os ligados à política industrial, telecomunicações, informática, energia e componentes eletrônicos, principalmente.

Em segundo lugar, a Abinee mostrou uma alta capacidade organizacional e estratégica para poder desenhar e implementar uma ampla diversidade de PAP, tanto a nível estratégico, como foram à organização de grandes eventos, almoços de fim de ano e campanhas institucionais nacionais. No nível tático, também foram implementadas diversas atividades por meio da organização de encontros e visitas externas na Abinee, nas quais foram debatidos múltiplos assuntos. Também a presidência teve uma posição permanente de promover suas demandas através da revista, boletins, informativos. Da mesma forma, a entidade teve condições de congregar os diversos setores e comitês técnicos a fim de preparar os documentos institucionais com as demandas e propostas referentes à política industrial, política econômica, etc.

Em terceiro lugar, as ações da Abinee permitiram chegar aos diversos níveis de decisão dos poderes públicos, especialmente no Poder Executivo, pois teve condições de criar canais de comunicação políticos expedidos ao nível da Presidência da República, ministérios, governadores, senadores e deputados, assim como os presidentes e diretores dos órgãos técnicos responsáveis pela política industrial. Desta forma, a Abinee mostrou que a implementação dos PAP permitiu ter uma boa visibilidade política.

Em quarto lugar, a Abinee esteve permanentemente preocupada em melhorar a eficiência da organização, através da criação e implementação de um conjunto de programas que tiveram o apoio da presidência. Esta melhoria permitiu que se tivesse desenvolvido e implementado diversas formas diferentes de Padrões de Ação Política, alcançando alguns resultados positivos em relação à grande quantidade de assuntos debatidos.

Finalmente, a Abinee pode estar presente nos temas nacionais e também naqueles relativos ao setor, com propostas técnicas elaboradas internamente na Abinee, com a participação dos diversos comitês técnicos de cada segmento, utilizando-se de variados formatos de Padrões de Ação Política, implementados através de uma organização que buscava constantemente o aperfeiçoamento estrutural.

Tabela 4

Padrões de Ação Política (PAP) por áreas de interesse

Áreas	Encontro	Visita Abinee	Visita Externa	Eventos	Almoços	Campanha institucional	Organizacional	Posição Presidente	Documento Institucional	Total
Política	6	1	1	1	2			12	4	27
Política Industrial	2	8	4	7	1			20	4	46
Política Econômica	9	5	3	6	5	2		14	3	47
Política Com. Ext.		1		2				4		7
Rel. Internacionais	2	4		1				5		12
Telecomunicações	2	1	1	2	3			5	3	17
Energia	2		1	4	1	2		8	3	21
Informática				3	1			5	1	10
Componentes		1	1	4	1			8	2	17
Organizacionais		1								1
Total áreas/PAP	23	22	11	31	14	4	0	81	20	205
Total PAP	21	17	7	8	6	4	14	63	16	156

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002.

Tabela 5
Padrões de Ação Política (PAP) por áreas de interesse e gestão

Áreas	Velhinho	Freire	Funari	Paiva	Total áreas
Política	4	14	6	3	27
Política Industrial	6	26	8	6	46
Política Econômica	11	26	7	5	47
Política Com. Ext.		5	2		7
Rel. Internacionais	2	6	2	2	12
Telecomunicações	3	9	3	2	17
Energia	4	6	7	4	21
Informática		7	2	2	11
Componentes		8	6	3	17
Organizacionais	3				1
Total	33	107	43	27	205

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 2001 e 2002.

Tabela 6
Modalidades de Padrões de Ação Política (PAP) por gestão

PAP	Vellinho	Freire	Funari	Paiva	Total	%
Encontros	5	9	5	2	21	13,5
Vis. Abinee	8	9			17	10,9
Vis. Externas	5	2			7	4,5
Eventos	1	3	2	2	8	5,1
Almoço fim do ano	1	5			6	3,8
Campanha Institituc.	2		2		4	2,6
Organização	3	5	5	1	14	9,0
Posic. Presidente	1	38	15	9	63	40,4
Doc. Institucionais	2	6	4	4	16	10,2
Total PAP	28	77	33	18	156	100,0

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02

5 RESULTADOS

No capítulo anterior foi apresentada uma análise dos PAP desenvolvidos pela Abinee visando à promoção dos interesses nacionais e setoriais. No entanto, segundo a estrutura metodológica apresentada na Figura 1, pode-se observar que a ação dos PAP objetiva a obtenção de resultados favoráveis para o setor eletroeletrônico, os quais poderiam ser, em alguns casos, a materialização dos interesses defendidos. Desta forma, se faz necessário analisar os resultados obtidos, seja pela ação da Abinee ou do próprio poder Executivo e Legislativo.

Previamente, pretende-se definir como 'resultados', todas aquelas ações (leis, atividades, programas, medidas, parcerias, etc.) que foram produto, em forma direta, indireta ou independente da ação da Abinee.

Em outras palavras, os resultados podiam ser gerados de diversas formas. A primeira poderia ser resultado da própria iniciativa dos Poderes Executivo e Legislativo independente da atuação da Abinee, que podia beneficiar ou não ao setor eletroeletrônico. A segunda são os resultados obtidos da ação direta da Abinee, como resultado da implementação eficaz dos PAP, mas que a regulamentação podia ser de decisão dos poderes envolvidos. A terceira pode ser a combinação das anteriores, resultando na parceria da Abinee com os órgãos governamentais e que resultaram em medidas positivas para o setor.

A pesquisa permitiu identificar os principais resultados que resultaram em benefícios para o setor eletroeletrônico, as quais foram classificadas em cinco grupos:

1. Programas do Governo nos quais a Abinee participou como integrante/parceiro:

- a) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), sendo que a Abinee coordenou o subprograma de componentes;
- b) Câmara Setorial do Complexo Eletroeletrônico;
- c) Câmara Setorial de Bens de Capital;
- d) Câmara Setorial Eletroeletrônica (indicação da Abinee);
- e) Fórum de Competitividade do Setor Eletroeletrônico do MDIC;
- f) Programa Especial de Exportação do MDIC;
- g) Câmara de Gestão para a Exportação;

- h) Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel) e Agência Nacional de Energia (Aneel), (participação no Conselho de Administração).

2. Leis aprovadas para o setor eletroeletrônico, nas quais a Abinee participou da elaboração e discussão, tanto nos órgãos governamentais, como no Legislativo:

- a) Lei 8.861/93 que deduz IR e IPI na fabricação de circuitos integrados;
- b) Lei de Licitações do Serviço Público;
- c) Lei Geral das Telecomunicações (criação da Agência Nacional das Telecomunicações, Anatel, e do processo de privatização das empresas estatais de telecomunicações) com o apoio da Abinee;
- d) Mini-reforma tributária do governo de FHC (extinção do IPI, ICMS para alguns casos de produtos eletrônicos), (proposta similar realizada entre Abinee/USP/FIPE).
- e) Nova Lei do Trabalho (apoio da Abinee);
- f) Lei de Informática (extensão dos benefícios até 2013).

3. Planos e medidas administrativas e operacionais implementadas pelo governo, com o apoio da Abinee:

- a) Liberação da monitorização dos componentes eletrônicos por parte do Ministério da Fazenda, durante o plano de estabilização no Governo Collor;
- b) Implantação do Processo Produtivo Básico, PPB, na Zona Franca de Manaus, com a participação da Abinee;
- c) Lançamento do Plano Real com o apoio da Abinee;
- d) Plano Plurianual do Governo FHC com o apoio da Abinee;
- e) Programa “Luz no Campo” do Governo FHC com o apoio da Abinee.

4. Parcerias da Abinee com órgãos governamentais e instituições nacionais e internacionais:

- a) Unicamp (projeto de cooperação técnica);
- b) Sebrae (posto avançado de atendimento na Abinee);
- c) BNDES/Finep (novas linhas de financiamento para o setor);

- d) Banco do Brasil (financiamento na compra de equipamentos para reduzir o consumo de energia);
- e) Ministério de Ciência e Tecnologia (atendimento dos associados);
- f) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, ONUDI, (terceirização).

5. Ação da Abinee no Congresso Nacional:

- a) Seminário sobre infra-estrutura, organizado pelo Legislativo;
- b) Debate sobre a revisão constitucional;
- c) Debate sobre proposta de reforma tributária apresentada pelo Governo FHC;
- d) Debate sobre a Lei de Informática com relação à extensão dos benefícios até 2013.

(Notícias Abinee, 1989 -1991; Informativo Abinee, 1991 – 1993; Jornal Abinee, 1993 – 1998; Revista Abinee, 1989 – 2002, MDIC 2002, MCT 2004, IEDI 1998).

Analisando os resultados anteriores, pode-se fazer alguns comentários sobre os resultados alcançados em relação aos interesses defendidos pela Abinee.

Na área de política econômica, os Governos Collor e FHC não foram sensibilizados a realizar a abertura comercial de forma gradual, como era de interesse da Abinee, pelo contrário, a abertura foi rápida e aprofundada, gerando um aumento das importações de produtos eletroeletrônicos (especialmente componentes eletrônicos), o qual gerou uma crise dramática nas importações do setor - que ainda não foi superada.

Outra solicitação foi sensibilizar o Governo a manter uma estabilidade macroeconômica da economia, a qual foi obtida após o Plano Real, que foi apoiado politicamente e abertamente pela entidade, e que resultou no crescimento de alguns segmentos do setor eletroeletrônico, como foi o setor de informática e telecomunicações (ver Anexo1), porém, outros como os componentes eletrônicos, tiveram uma séria crise, não solucionada até hoje.

Com relação à solicitação da Abinee quanto a urgente realização das reformas estruturais (tributária, fiscal, trabalhista e política), visando a melhoria da

competitividade da economia e a redução do Custo Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo não foram possíveis realizá-las completamente, no entanto, foram realizadas pequenas reformas na área tributária (Mini-reforma tributária do governo de FHC) e trabalhista (Nova Lei do Trabalho) que deram um “respiro” ao setor eletroeletrônico.

Com relação à reforma do Estado, defendida pela Abinee, no sentido de diminuir a presença desta na economia, apresentando a necessidade de privatizar os setores de energia e telecomunicações. O Governo FHC realizou um processo de reestruturação do Estado através do início do processo de privatização do setor de energia e telecomunicações, resultando na criação de agências reguladoras (Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel).

Na área do Poder Legislativo, foram aprovadas diversas leis que eram de interesse da Abinee: Nova Lei de Informática, devido à extensão dos benefícios (2000); Lei Geral das Telecomunicações (que regulamentou a privatização do sistema, 1997); Lei das Concessões do Serviço Público, que reduz o IR e o IPI na fabricação de circuitos integrados e a nova Lei do Trabalho. Convém destacar que a aprovação destas leis obedeceu a um trabalho permanente de sensibilização tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo, através da implementação dos PAP.

Na área da política industrial, a Abinee obteve resultados parciais, esperados, sendo um dos resultados não esperados a não implementação pelo Governo de uma coordenação única que centralizasse todas as ações de política industrial.

Outra demanda defendida foi solicitar aumento considerável no investimento do segmento de energia (por causa da crise do “apagão”), que também não foi atendida pelo Governo. No entanto, esta mesma demanda – para as telecomunicações – foi aprovada, resultando num aumento substancial nos investimentos para a modernização e maior quantidade de linhas telefônicas.

Com relação à solicitação de uma melhoria da competitividade do setor, o Governo procurou criar espaços para debater esta questão. Com isso, criaram, em forma autônoma, diversos programas: Programa de Qualidade e Competitividade (PBQP); Câmara Setorial Eletroeletrônica; Fórum de Competitividade; Programa Especial de Exportação e Câmara da Gestão para a Exportação. Em todos estes

programas a Abinee foi parte integrante, participando ativamente na gerencia de vários grupos de trabalho dos mesmos.

Com relação a implementações de medidas nas compras governamentais, a entidade defendia a isonomia (igualdade de oportunidades) para produtos brasileiros em relação à concorrência internacional, principalmente nos segmentos de energia e telecomunicações. No entanto, tais medidas não foram implementadas.

Outro tema que foi permanentemente de interesse foi a Zona Franca de Manaus (ZFM), na qual existia um conjunto de empresas do setor eletroeletrônico (eletrônicos, componentes, informática), o qual concorria de forma desigual com produtos importados, resultando em contínuas crises. O Governo fez importantes mudanças na ZFM com relação à implantação do Processo Produtivo Básico (PPB), visando avaliar os subsídios a serem oferecidos às empresas do setor. Todavia, estas medidas não geraram benefícios diretos para os produtos eletroeletrônicos produzidos na ZFM.

Com relação a defender o aumento das linhas de financiamento para projetos eletroeletrônicos, o Governo, através do BNDES e Banco do Brasil, ofereceu novas linhas de financiamento para as empresas associadas, PMES, beneficiando-as diretamente.

A Abinee também lutou por medidas que pudessem baixar o Custo Brasil para promover as exportações do setor eletroeletrônico, entretanto, o Governo não desenvolveu tais medidas, ao contrário, o Custo Brasil aumentou consideravelmente.

Na área de comércio exterior, o Governo realizou algumas medidas que beneficiaram o setor, como o aprimoramento do sistema tarifário, a promoção das exportações, através da criação do Programa Especial de Exportação e da Câmara de Gestão para a Exportação, em conjunto com a abertura de linhas especiais de financiamento para a importação e exportação de produtos eletroeletrônicos, através do BNDES.

A aprovação da extensão dos benefícios da Lei de Informática, também foi outro sucesso da entidade, pois foi uma bandeira defendida permanentemente em todas as gestões da Abinee, como vai ser mostrada no capítulo 7.

Na área internacional, o Governo e a Abinee tiveram coincidências nos interesses, pois a entidade apoiou todas as estratégias de negociação governamentais

com relação ao Mercosul, Alca e União Européia, assim como o Governo apoiou o interesse do setor de serem considerados “sensíveis” os produtos eletroeletrônicos na negociação da Alca,

O Governo desenvolveu uma série de iniciativas relacionadas ao melhoramento da produtividade do setor eletroeletrônico que contou com a participação ativa dos empresários da entidade, como foi o caso da sua participação no PBQP coordenando o subprograma de informática. Também a entidade foi convidada a ser membro do Conselho Executivo da Aneel e Anatel, no Fórum da Competitividade, na Câmara Setorial de Eletroeletrônicos, no Programa Especial de Exportação e na Câmara de Gestão da Exportação.

Por outro lado, a Abinee e o Governo realizaram uma série de projetos em parceria que apoiaram as empresas do setor eletroeletrônico. Pode-se identificar parcerias entre a Abinee e o Sebrae, Finep e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Onudi, (implantação do projeto de Bolsa de Subcontratação de Fornecedores); Abinee e Ministério de Ciência e Tecnologia, MCT, (atendimento aos associados); Abinee e Sebrae/BNDES (posto avançado de atendimento); Abinee e BNDES (novas linhas de financiamento); Abinee e Sebrae (apoio às pequenas e micro-empresas para implantação do ISO 9000); Abinee, MCT e BNDES (bolsas para pesquisa tecnológica nas áreas de energia, informática e microeletrônica); Abinee e Unicamp (estudos que identificassem o tipo de empresas que eram mais viáveis de serem instaladas na área de semicondutores).

A Abinee também estava interessada em manter um canal de comunicação permanente com o Governo e o Legislativo, para o qual foram criados diversos momentos de diálogos entre as partes, que permitiram a recepção, por parte destes poderes, de diversos documentos apresentados pela Abinee (Alerta a Nação, propostas nos do Fórum Abinee Tec, propostas setoriais, etc.), seja em reuniões fechadas (encontros, visitas, etc.) ou em eventos de grande porte (Fórum Abinee Tec, almoços do fim do ano, etc.); na realização de debates sobre temas específicos, de interesse da entidade como do próprio Governo, assim como nas visitas realizadas em Brasília. Neste sentido é possível resumir que o diálogo entre ambas as partes foi aberto e

amplo, permitindo que as demandas da entidade fossem recepcionadas e analisadas em forma positiva.

Pode-se observar que os resultados apresentados mostram uma participação do governo bastante ampla da criação de diversos fóruns de discussão (câmaras) com a participação do setor eletroeletrônico que resultaram em medidas jurídicas (leis) e operacionais, que afetaram, parcialmente ou totalmente, os interesses da Abinee. Não se deve esquecer que o período estudado caracterizou-se pelo ambiente permanente de crises econômica, o que levava o governo a priorizar a implementação de planos de estabilização econômica e deixar a política industrial para segunda ou terceira prioridade.

Dentro desta conjuntura, tem que ser analisados os resultados alcançados, ainda que o esforço da Abinee por preencher os espaços que permitissem abrir canais de comunicação com o Poder Executivo para apresentar suas demandas tivesse sido conquistado.

Uma estratégia de lograr isto foi a participação ativa da Abinee nos diversos programas, fórum e câmaras criados pelo Governo para debater assuntos do setor, reunindo empresários, trabalhadores e Governo, e que muitas vezes permitiam solucionar uma série de problemas administrativos e operacionais que afetavam o setor, em relação à linhas de financiamentos, liberação de processos, cooperação técnica, pirataria e subfaturamento, etc. Dentre destes fórum podemos apresentar: Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, Câmara Setorial do Complexo Eletroeletrônico; Câmara Setorial de Bens de Capital; Câmara Setorial Eletroeletrônica; Fórum de Competitividade Programa Especial de Exportação; Câmara de Gestão para a Exportação, entre outros, os quais deram como resultado importantes, a Lei Geral das Telecomunicações, a reforma da Lei da Informática e a Lei das Licitações Públicas.

5.1 ANÁLISE COM TÉCNICAS/INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS

Por meio da pesquisa dos documentos institucionais (notícias, informativo, jornal e revista Abinee, etc.) e também de documentos produzidos pelo Governo Federal, foi possível realizar um levantamento estatístico dos principais resultados apresentados na Tabela 7.

O levantamento das informações obtidas nos permitiu identificar que o número resultados mais importantes foi 79, no período 1989 a 2002, sendo que o nível de cada uma das gestões da Abinee, a gestão do presidente Freire (1992-1998) liderou com a maioria dos resultados acontecidos neste período (46,8%), seguido da gestão Vellinho (25,3%), Funari (20,3%) e Paiva (8,9%);

Os resultados apresentam uma maior concentração nos assuntos do setor eletroeletrônico (74%), distribuídos entre a política industrial (44,3%), energia (11,4%), telecomunicações (10,1%), informática (6,3%) e componentes eletrônicos (2,6%).

Os resultados são menores nos temas de abrangência nacionais (25%), onde se destacam a política (8,8%), política econômica (6,3%) e relações internacionais (5,0%). Esta situação obedece ao período estudado (1989-2002) que se caracterizou pelas contínuas crises econômicas, nacionais e internacionais, e também políticas, o qual não permitiu obter resultados efetivos. No entanto, teve alguns sucessos, como a implantação do Plano Real, que permitiu criar as condições para a estabilização da economia.

Ao analisar-se o nível de coincidência da agenda de interesses da Abinee (Tabela 5) com os resultados alcançados (Tabela 7), pode-se observar que a primeira priorizava, principalmente, os assuntos relacionados à política industrial, política econômica e energia, enquanto que os resultados alcançados mostraram uma concentração maior na política industrial, política econômica, telecomunicações e energia, o qual leva a concluir que a gestão da Abinee permitiu lograr um alto nível de coincidência entre a agenda de interesses e os resultados alcançados, o que é um bom sinal da eficiência da ação da entidade.

Realizando esta mesma análise, ao nível de cada uma das gestões da Abinee, pode-se obter alguns resultados interessantes.

Durante a gestão do presidente Paulo Vellinho, o nível de coincidência entre os interesses e resultados foi baixo, pelo fato que as prioridades definidas na agenda de interesses eram política econômica, política industrial, política, energia e telecomunicações, enquanto que os resultados se concentraram na política industrial, energia e telecomunicações.

Na gestão do presidente Nelson Freire se observa um alto grau de coincidência entre interesses e resultados. A agenda de interesses priorizava os temas de política econômica, política industrial, política, energia e telecomunicações, componentes eletrônicos e informática, enquanto que os resultados alcançaram quase todos estes assuntos além da energia, mas não obtendo resultados satisfatórios para o segmento de componentes eletrônicos.

A gestão do presidente Benjamin Funari teve um perfil parecido a Freire, pois apresentou um alto grau de coincidência entre interesses e resultados. A agenda de interesses priorizava a política industrial, política econômica, energia e componentes eletrônicos, enquanto os resultados obtidos se realizaram na política industrial, política econômica, energia e informática, mantendo-se a exceção de falta de resultados para os componentes eletrônicos.

A gestão do presidente Carlos Paiva apresentou um nível médio de coincidência entre interesses e resultados. A agenda de interesses priorizava assuntos de política econômica, política industrial, política, energia e componentes eletrônicos, enquanto os resultados foram também nas mesmas áreas, mas com baixo nível de frequência, mantendo-se a exceção de falta de resultados para os componentes eletrônicos.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da Abinee apresentados, tanto na análise qualitativa como quantitativa, indicam as seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, a Abinee não logrou os resultados esperados no sentido de sensibilizar os governos na época de implementar políticas econômicas que visavam o desenvolvimento econômico e industrial, assim como a não aprovação, no Legislativo,

das reformas estruturais visando aumentar a competitividade da economia, mas sim obteve a aprovação de importantes leis para o setor.

Em segundo lugar, com relação à reforma do Estado, a Abinee participou ativamente para sensibilizar ao Executivo de realizar a privatização das áreas das telecomunicações e da energia elétrica, o qual finalmente foi realizado pelo segundo governo de FHC.

Com relação a assuntos do setor, a Abinee não obteve totalmente os resultados esperados, pois se por uma parte, logrou abrir o debate para a competitividade através de diversos programas e fóruns nos quais participou, mas por outra parte, não logrou sensibilizar ao governo de desenvolver uma política industrial integrada, assim como reverter a crise do segmento dos componentes eletrônicos. Também não obteve sucesso em assuntos ligados à Zona Franca de Manaus, no qual as teses defendidas pela Abinee não tiveram o resultado esperado.

Na articulação da Abinee com o governo, os resultados foram favoráveis, pois a entidade permanentemente foi “escutada” nos seus interesses, e também convidada a participar de iniciativas governamentais para o setor eletroeletrônico, mas, nas decisões finais sobre medidas, estas não foram totalmente favoráveis para o setor.

A análise realizada com técnicas/instrumentos quantitativos também ofereceu alguns conclusões interessantes que apoiam as apresentadas anteriormente. Em primeiro lugar, os resultados são maiores nos assuntos do setor, principalmente para os segmentos de energia elétrica e telecomunicações, em menor escala, na informática. Os componentes eletrônicos não tiveram sucesso quase em nenhuma das solicitações.

Em segundo lugar, os resultados confirmam que, nos assuntos nacionais, a Abinee não obteve resultados significativos.

Em terceiro lugar, nota-se que as prioridades da agenda de interesses da Abinee têm alta equivalência com os resultados alcançados. Esta situação varia em cada gestão. A gestão Freire apresenta o maior nível de equivalência, seguido da gestão de Funari, Paiva e Vellinho. Esta alta equivalência mostra que a ação desenvolvida através dos Padrões de Ação Política foi eficaz, lembrando que a conjuntura política/econômica não foi muito favorável a muitas das demandas da entidade.

Tabela 7
Resultados por áreas de interesse e gestão da Abinee

Áreas	Vellinho	Freire	Funari	Paiva	Total áreas	%
Política	2	3	1	1	7	8,9
Política Industrial	13	17	4	1	35	44,8
Política Econômica	-	2	2	1	5	6,6
Política Com. Ext.	-	1	2	-	3	3,8
Rel. Internacionais	2	1	1	-	4	5,3
Telecomunicações	-	7	-	1	8	10,2
Energia	3	3	3	-	9	11,5
Informática	-	2	2	1	5	6,4
Componentes	-	-	1	1	2	2,5
Total	20	36	16	6	78	100,0

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000. 2001 e 2002.

6 AVALIAÇÃO DA ABINEE

Este capítulo surge da necessidade de desenvolver uma proposta para realizar uma avaliação da Abinee a partir do aproveitamento dos resultados obtidos da análise de conteúdo com técnica/instrumental quantitativo, apresentados na Tabela 1 (para os interesses), Tabela 4 (para os PAP) e Tabela 7 (para os resultados). Esta avaliação será desenvolvida através da construção de três indicadores que relacionam as variáveis estudadas: interesses (INT), Padrões de Ação Política (PAP) e resultados (RR). Os indicadores propostos são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8
Indicadores de avaliação da Abinee

Indicador	Significado	Eficiência	Objetivo
PAP/INT: quantidade dos PAP desenvolvidos para promover cada interesse.	PAP/INT= 2 - Área política. Foram realizados 2 PAP para promover cada interesse na área política.	Valores superiores a 1.	Medir a capacidade da Abinee para desenvolver e implementar PAP.
PAP/RR: quantidade de PAP necessários para obter um resultado.	PAP/RR = 1,3 - Área de Política Industrial. Foram necessários 1,3 PAP para gerar um resultado de Política Industrial.	Valores perto de 1.	Efetividade dos PAP para gerar resultados.
INT/RR: quantidade de interesse que resultou na geração de um resultado.	INT/RR= 3 - Área de Política Industrial. Foram desenvolvidos 3 interesses que resultaram num único resultado de Política Industrial.	Valores abaixo de 1.	Nível de efetividade da elaboração da agenda de interesses.

PAP: Padrões de Ação Política
INT: Interesses
RR: resultados

Na Tabela 9 são apresentados os resultados para cada indicador segundo as áreas de interesses, a partir do qual pode-se obter as seguintes conclusões:

Primeiramente, os resultados do indicador PAP/INT (que mede a capacidade da Abinee para desenvolver e implementar os PAP), mostram que as áreas de política,

telecomunicações, componentes e informática foram as quais a Abinee desenvolveu um maior esforço, através do uso de PAP, para promover os interesses. Enquanto a área de menor esforço foi o comércio exterior. a agenda setorial foi mais promovida que a agenda nacional, mas com uma baixa diferença. A nível geral, a Abinee desenvolveu, em média, 1,20 PAP, o que significa que a entidade implementou, em média, mais de um PAP por cada interesse, demonstrando assim uma capacidade estratégica, tática e operacional para desenvolver múltiplas ações de PAP para a diversidade de áreas de interesse, ou seja, todos os interesses tiveram PAP desenvolvidos de diversas formas, apoiados por de uma estrutura organizacional eficiente e flexível.

Em segundo lugar, indicador PAP/RR (mostra a efetividade dos PAP para lograr resultados ou a quantidade de PAP realizados para lograr um resultado), sendo considerado um bom valor aquele que apresenta valores perto de um, o que significa que foi necessário somente um PAP para lograr um resultado e, conseqüentemente, uma muito boa efetividade dos PAP.

As áreas que se destacaram foram a política industrial, seguida da informática, telecomunicações, energia e política de comércio exterior. A área de componentes eletrônicos apresenta uma alta ineficiência. A agenda setorial apresenta uma boa efetividade dos PAP, enquanto a agenda nacional tem uma alta ineficiência. A nível geral, o setor apresenta um nível médio de eficiência. Isto demonstra que a Abinee realizou um grande esforço por lograr resultados através dos PAP, logrando maiores resultados nos áreas setoriais que nas nacionais.

Em terceiro lugar, o indicador INT/RR (mostra o nível de efetividade da elaboração da agenda de interesses avaliando a relação direta entre os interesses definidos e os resultados alcançados) indica que as áreas de melhor desempenho foram: informática, telecomunicações, política industrial e política, enquanto que a área de componentes eletrônicos apresentou o pior desempenho. Conseqüentemente, a agenda setorial apresenta um melhor desempenho que a agenda nacional e, a nível geral, o setor mostra um nível médio de efetividade.

Analisando a Tabela 10, na qual são apresentados os resultados dos indicadores ao nível de cada gestão da Abinee, pode-se obter as seguintes conclusões:

Em primeiro lugar, o indicador PAP/INT nos indica que a gestão Vellinho e Freire foram as que mais desenvolveram PAP para promover os interesses, sendo a gestão Paiva a de menor desempenho.

Em segundo lugar, o indicador PAP/RR nos indica que a gestão Freire seguido da gestão Vellinho apresenta uma maior efetividade dos PAP implementados com relação aos resultados.

Em terceiro lugar, o indicador INT/RR mostra que os melhores avaliados foram as gestões de Vellinho, Freire e Funari, no sentido que conseguiram que a agenda de interesse se expressa-se em resultados.

6.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, os resultados entregues pelos três indicadores, vêm a confirmar as conclusões obtidas a partir da análise de conteúdo utilizando técnica/instrumental qualitativo.

Em ambas análises, observa-se que a agenda setorial é priorizada em relação à agenda nacional, a qual se manifesta, tanto na forma de estruturar a agenda de interesse, no desenvolvimento dos PAP, como nos resultados obtidos. Isto pode ser explicado porque a influência da Abinee é menor nos assuntos relativos à política, política econômica e de política de comércio exterior, nas quais o Poder Executivo utiliza seu poder autônomo para decidir medidas nestas áreas, além do que o período estudado, 1989-2002, caracterizou-se por um comportamento insular nas decisões governamentais, com pouca influência das entidades empresariais. Esta situação não acontece para os assuntos do setor, no qual a Abinee, como entidade, participa e influi mais diretamente nas medidas realizadas pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Ainda assim, os três indicadores mostram que, em geral, a Abinee apresenta uma boa avaliação da sua atuação, pois tem uma boa efetividade com relação aos resultados alcançados, tanto na estruturação da agenda de interesses como na criação e implementação dos PAP através de uma estrutura organizacional eficiente.

Tabela 9
Avaliação geral da Abinee

Áreas	Interesses (INT)	PAP	Resulta dos (RR)	PAP/INT	INT/RR	PAP/RR
Política	13	27	7	2,08	1,86	3,86
Política Econômica	43	47	5	1,09	8,60	9,40
Política Com. Exterior	14	7	3	0,50	4,67	2,33
Relac. Internacionais	10	12	4	1,20	2,50	3,00
Política Industrial	48	46	35	0,96	1,37	1,31
Telecomunicações	10	17	8	1,70	1,25	2,13
Energia	17	21	9	1,24	1,89	2,33
Informática	6	10	5	1,67	1,20	2,00
Componentes	10	17	2	1,70	5,00	8,50
Total	171	205	78	1,20	2,19	2,63
Agenda Nacional *	80	93	19	1,16	4,21	4,89
Agenda Setorial**	91	112	59	1,23	1,54	1,89

***Agenda Nacional** (Política, Política Econômica, Política Com. Exterior, Relações Internacionais)

****Agenda Setorial** (Política Industrial, Telecomunicações, Energia, Informática, Componentes)

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

Tabela 10
Avaliação da Abinee por gestão

Gestão	Interesses (INT)	PAP	Resultados (RR)	PAP/INT	INT/RR	PAP/RR
Vellino	10	28	20	2,8	0,5	1,4
Freire	52	77	36	1,4	1,4	2,1
Funari	61	33	16	0,5	3,8	2,0
Paiva	48	18	6	0,3	8,0	3,0
Total	171	156	78	0,9	2,2	2,0

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

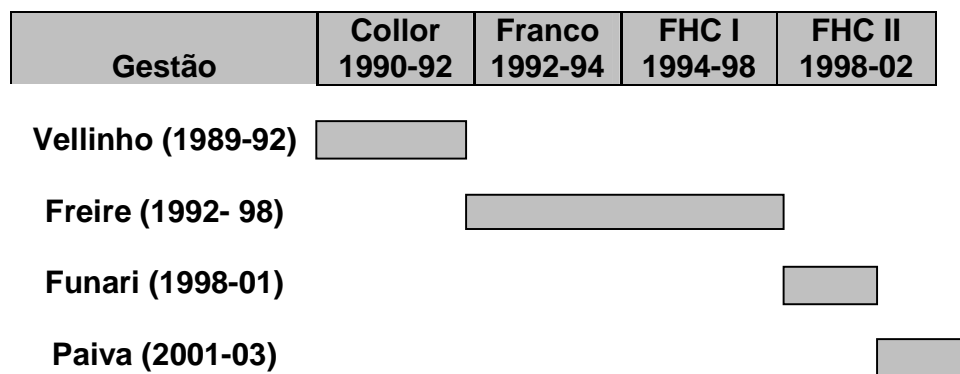
7 ANÁLISE POR GESTÃO DA ABINEE

A seguir será apresentada uma análise das quatro gestões da Abinee que foram realizadas dentro do período de 1989 até 2002.

A análise da gestão dos presidentes da Abinee vai ser mostrada na mesma forma que a apresentada na análise geral do setor: agenda de interesses, Padrões de Ação Política, PAP, e os resultados, de maneira a complementar os capítulos anteriores. Desta forma, analisa-se detalhadamente a forma de atuação de cada uma das gestões da Abinee e realiza-se comparações que surgem entre eles, da ação da Abinee.

Figura 2

Recorte histórico das gestões da Abinee e períodos presidenciais



7.1 GESTÃO DO PRESIDENTE PAULO VELLINHO (1989-1992)

O empresário Paulo D'Arrigo Vellinho, natural de Caxias do Sul, é formado em Química Industrial pela UFRGS. O empresário Paulo Vellinho foi presidente da Springer S.A; da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, e presidente da Abinee no período de 1989 a 1992. Atualmente, ocupa os cargos de presidente do Conselho da Klift Ar Condicionado, de vice-presidente do Grupo Avipal e de diretor-presidente da Paulo Vellinho Consultores Associados, além de exercer o terceiro mandato como membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico.

7.1.1 Estrutura de Interesses da Abinee

Em 1989, o País entra na primeira eleição direta presidencial, sendo eleito Fernando Collor de Melo como Presidente da República para o período de 1990-1994. A política econômica do presidente Collor estava orientada ao controle da inflação através do congelamento dos depósitos bancários e a abertura rápida da economia ao exterior.

A política industrial deste governo rompe com o padrão vigente nos anos 70 e 80 (que visava à expansão da economia), enquanto que esta nova, define, como prioridade, o aumento de produtividade industrial através de competição internacional.

O novo Governo, buscando a abertura da economia ao exterior rapidamente, propõe a mudança na antiga Lei de Informática que, agora (Lei 8.387 de 30/12/91) inclui o Processo Produtivo Básico (PPB) como metodologia para medir o grau de nacionalização dos produtos na Zona Franca de Manaus (ZFM), o qual permite às empresas do setor eletroeletrônico ter acesso aos incentivos fiscais e do crédito nesta região. A Abinee criticou esta mudança nas regras de importação na Zona Franca de Manaus, através da implantação do Processo Produto Básico, PPB, pois o considerava um conceito abstrato e polêmico.

Referente a estas mudanças, o presidente Paulo Vellinho comenta: “Propusemos um plano de liberalização de mercado gradual, a ser realizado em cinco anos, junto com o crescimento econômico. Afinal, os quase quarenta anos de inflação destruíram todas as referências de preços no País. Na prática, não aconteceu a expansão industrial e abriu-se o mercado em apenas dois anos, de uma forma abrupta. Não houve qualquer consideração a respeito da capacidade das indústrias brasileiras competirem com a importação”, diz Vellinho (ABINEE, p. 17, 1998).

Com a abertura comercial da economia, o setor eletroeletrônico teve uma queda de 8,4%, entre 1990-92, sendo os principais afetados, o segmento de componentes eletrônicos com uma baixa de 41%, e de energia com 37%, segundo o Panorama Econômico e Desempenho Setorial de 2006, elaborado pela Abinee (ABINEE, 2006).

Com relação a esta situação, A Abinee reage através de seu presidente Vellinho declarando que: “A história certamente não perdoará o crime que se cometeu contra essa indústria, pois a importação desenfreada de manufaturados eletroeletrônicos, sem qualquer exigência de qualidade, significou queima de dívidas preciosas” (ABINEE, p. 17, 1998).

Em 1991, a Abinee sente a necessidade de dispor de um espaço próprio para discutir os graves problemas econômicos e políticos do País, assim como os desdobramentos no setor eletroeletrônico, para o qual cria o Fórum de Debates Abinee Tec, de cobertura nacional.

Desta forma, a Abinee organiza, em maio de 1991, o I Fórum de Debates ABINEE-TEC 91, o qual teve, como tema principal: “Discutir as bases para preparar as indústrias para a competitividade e globalização”.

Na opinião da Abinee, um dos fatores que pode gerar competitividade no ambiente globalizado é investir na melhoria na qualidade dos produtos, para o qual se propõe que se crie uma entidade certificadora da qualidade que seria chamada, a União Certificadora da Indústria Eletroeletrônica, UCIEE, a qual teria como objetivo avaliar a performance da qualidade dos produtos e serviços produzidos e exportados pela indústria eletroeletrônica, como forma de gerar mais competitividade.

Para lograr isto, a Abinee credencia a UCIEE junto ao Inmetro como entidade certificadora da qualidade e estabelece convênios com diversos órgãos congêneres,

nacionais e internacionais, dentre os quais se destacam: ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; IMQ – Instituto *Del Marchio Di Qualità*; TÜV – *Bayern* da Alemanha; MET *Laboratories* e UL – *Underwrites Laboratories* dos Estados Unidos.

Durante o Fórum de Debates Abinee Tec 91, a Abinee também se manifesta contra a crônica falta de investimentos em infra-estrutura, para a qual elabora o documento “Alerta à Nação” (Anexo 2), no qual identificava o insignificante panorama da energia elétrica e telecomunicações no Brasil (Abinee, 1998), sendo apresentado e entregue para o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, e a ministra da Economia, Dorotéa Werneck.

Por ocasião da apresentação do documento “Alerta à Nação”, no discurso de abertura do primeiro Fórum de Debates Abinee Tec 91, o presidente da Abinee, Paulo Vellinho, destaca o papel estratégico das telecomunicações e energia elétrica, afirmando:

“Nos setores de energia elétrica e telecomunicações, vivemos um panorama difícil e inquietante. Nenhum país se desenvolve sem oferta de energia em níveis suficientes e um sistema de comunicação moderno. Energia elétrica e telefonia são pré-requisitos para qualquer processo de desenvolvimento. O gerenciamento da produção e a agilização dos negócios dependem de um sistema telefônico eficiente e atualizado. É um alerta à Nação para o que ocorrerá muito em breve se não forem tomadas medidas enérgicas, neste momento e sem qualquer adiamento, para enfrentar uma situação que já é grave e tenderá a se tornar caótica nos próximos anos. Não podemos permitir que seja comprometido o futuro do País, na última década do século. O problema existe e é grave. Mas existem, também, soluções. Mais do que uma questão de recursos financeiros, o que tem faltado é vontade política e visão abrangente do presente e do futuro” (ABINEE, 1989, p. 1).

No documento “Alerta à Nação” são apresentados o diagnóstico do setor elétrico e das telecomunicações, em que se destacam: a escassez de recursos atribuídos à Eletrobrás e à Telebrás; a implantação de políticas tarifárias irrealistas e não remuneráveis, e a concessão de privilégios e subsídios que desestimulou a elevação da produtividade das empresas vinculadas à Eletrobrás e à Telebrás.

Frente a este diagnóstico levantado pela entidade, é apresentada uma agenda

de interesses que visa corrigir as distorções apresentadas.

No setor de energia elétrica, a Abinee propõe: agilizar e investir maciçamente no término das usinas hidrelétricas em construção, a implantação de política econômica que recupere a remuneração real do investimento do setor elétrico, maior participação da iniciativa privada e do capital estrangeiro na geração da energia elétrica e a redução do Estado na economia.

Para o setor das telecomunicações, a Abinee propõe: privatização do setor, implantação de sistemas de alta capacidade de tráfego e baixo custo, promoção da formação *joint-ventures* com regras transparentes, precisas e de longo prazo, e, finalmente, a profissionalização e capacitação técnica de gestão do setor (ABINEE, 1989).

Pode-se observar que os dois principais eixos que formam a agenda de interesses para o setor, estão concentrados no aumento dos investimentos em energia e telecomunicações. Para reforçar estas demandas, a Abinee elabora um outro documento chamado “Retrato sem retoques”, no qual demonstra, com base no levantamento de estatísticas, a ineficiência dos bens e serviços gerados pelo sistema estatal brasileiro das telecomunicações (Abinee, 1998).

Com relação ao relacionamento político da Abinee com as autoridades do Governo era bem considerado, logrando uma importante visibilidade política. Isto fica demonstrado com o comentário do ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena: “Na ocasião em que respondi pelo Ministério da Indústria e Comércio, lidei muito com a Abinee, me relacionando com dois de seus presidentes. Comprovei que dentre as entidades empresariais, ela é a mais atuante, competente e moderna. Foi muito importante para o crescimento da indústria eletroeletrônica no Brasil” (Abinee, 1989, p. 18).

Este bom relacionamento permitia à entidade debater com as autoridades governamentais as propostas contidas no documento “Alerta à Nação”, em que se analisavam os críticos problemas identificados no setor, além de apontar alternativas para solucioná-los. No entanto, também a agenda de interesses continha outras demandas, como foi a crítica à política econômica e política industrial do Governo Collor com relação à velocidade da abertura comercial e aos planos econômicos que geravam

recessão e inflação; a redução da intervenção do governo na economia; a participação do setor através de propostas para a Constituinte de 1998 no Congresso; e a crítica à falta de diálogo entre Governo Collor e os empresários industriais.

Desta forma, observa-se que a agenda de interesses da gestão Vellinho ficou centralizada em assuntos de política econômica, política industrial e medidas dirigidas a modernizarem e reativarem os segmentos de telecomunicações e energia elétrica, sem considerar outros segmentos que sofreram fortemente os efeitos das políticas econômica e industrial do Governo Collor, principalmente.

Também pode-se observar que a Abinee buscou formas de superar a falta de diálogo exibido pelo Governo Collor, principalmente em assuntos relativos à velocidade da abertura da economia e a falta de uma política industrial que realmente promovesse a indústria eletroeletrônica. Da mesma forma, a entidade se posicionou a favor da diminuição do Estado na economia, propondo a privatização de áreas estratégicas, como a telecomunicações e a energia elétrica.

No entanto, algumas bandeiras de luta da entidade não tiveram o sucesso esperado, como foi a participação na Constituinte de 1988, na Lei de Informática e na reativação da indústria de componentes eletrônicos e na diminuição da velocidade da abertura da economia. A Abinee mostrou uma capacidade de reagir aos fatos econômicos adversos (crises), através da elaboração de ações estratégicas e táticas, como foram a organização de eventos de cobertura nacional (Fórum de Debates Abinee Tec 91) e documentos institucionais que destacavam a posição da entidade frente a estes fatos.

Da mesma forma, a Abinee teve condições de elaborar uma agenda de interesses real, objetiva e coerente, que estava diretamente ligada à conjuntura econômica, política e industrial, mas que, em alguns casos, não teve os resultados esperados.

Convém destacar o papel do presidente Paulo Vellinho que, representando o grande empresariado nacional, teve condições de criar condições para chegar aos mais altos cargos do País, presidentes da República, ministros, governadores, e tentar sensibilizá-los da realidade do setor eletroeletrônico, logrando que a entidade fosse respeitada pela sua representatividade política.

7.1.2. Padrões de Ação Política (PAP) da Abinee

A análise dos PAP terá dois eixos de apresentação. O primeiro se baseia na análise da Tabela 6, na qual são apresentadas as diversas modalidades de PAP que têm maiores frequências de aplicação, independente dos assuntos tratados e na ordem decrescente. O segundo eixo é apresentado através da Tabela 11, onde são apresentados os principais assuntos debatidos através das modalidades dos PAP.

Analisando a Tabela 6, observa-se que, na gestão do presidente Paulo Vellinho, os PAP mais utilizados foram os de nível tático (encontros, visitas na Abinee, visitas externas), que privilegiavam o contato mais direto e personalizado com as autoridades governamentais. No entanto, também foram realizados PAP de nível estratégico, como os almoços de fim de ano, eventos (Fórum de Debates Abinee Tec 91) e campanhas institucionais (“Contra a Recessão”), que eram de ampla cobertura e permitiam apresentar a agenda de interesses para os associados e altas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo. A conjunção destas duas estratégias permitia à entidade manter uma importante visibilidade política, junto aos associados e poderes políticos e econômicos.

Analisando-se a Tabela 11, pode-se observar que os encontros organizados com as autoridades governamentais e do Legislativo, junto às visitas realizadas na Abinee, foram fóruns de importantes debates de natureza econômica e política, como o caso da necessidade de realizar reformas estruturais, planos de estabilização e muitos outros. Também convém destacar que os debates sobre o setor eletroeletrônico foram importantes para a entidade, pois se logrou debater temas como a reforma da ZFM, o desenho da política industrial, a reativação das telecomunicações e energia, o incentivo à inovação tecnológica, entre outros.

No entanto, a Abinee organizou o primeiro grande fórum de debates de cobertura nacional, como o Fórum Abinee Tec 91, no qual se reuniram todos os empresários do setor e as autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo para conhecer a agenda de interesses da Abinee e as propostas do Governo sobre o setor eletroeletrônico e as políticas econômicas.

Os temas de política econômica e política foram mais intensamente desenvolvidos pelos PAP nas modalidades de encontros, com autoridades do Governo e especialistas e também a vistas externas a autoridades e os eventos (Fórum Abinee Tec).

No tratamento das demandas de setor foram utilizadas as visitas na Abinee, vistas externas e eventos. Isto demonstra que a entidade teve condições de adequar os PAP às demandas específicas de seus interesses, visando desenvolver operacionalmente estes PAP, pois contava com uma estrutura organizacional bastante eficiente e capaz de gerar ações políticas de forma rápida e eficaz.

Esta competência organizacional aliada a uma importante presença política de seu presidente Paulo Vellinho, permitiu desenvolver diversas frentes de ação, tanto a nível nacional, como internacional e setorial, logrando alguns resultados que serão apresentados na seção seguinte. Convém destacar que a figura como empresário relevante (presidente do grupo industrial Springer e presidente da Federação das Industrias do Estado de Rio Grande do Sul) permitia que as diversas ações dos PAP implementadas na sua gestão pudessem ter efetividade, devido ao acesso que ele tinha aos centros de poder político e econômico, principalmente ao Poder Executivo, sendo um interlocutor privilegiado do presidente da República e ministros de Estado.

Tabela 11
Assuntos debatidos através das modalidades dos PAP na gestão do
presidente Paulo Vellinho

TIPOS	ASSUNTOS
Encontros	Parlamentarismo Encontros de candidatos para presidente da Republica Código de defesa do consumidor Reforma tributária Políticas macroeconômicas Avaliação de políticas antiinflacionárias PMES
Visitas na Abinee	Inovação tecnológica (integração empresa e universidade) ZFM (situação atual e propostas) Marcas e patentes Debate sobre organização sindical Financiamento externo Ação do governo através do BNDES
Visitas externas	Cenários macroeconômicos Descongelamento de preços Reformulação da ZFM Tarifas e situação atual do sistema de telecomunicações Seminário sobre infra-estrutura e energia
Almoços	Críticas à PI, saúde e educação Situação atual do setor de energia
Eventos	Fórum Abinee Tec 91: competitividade e globalização.
Campanhas institucionais	“ Não à recessão”.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.1.3 Resultados

A ação da gestão Vellinho através da estruturação de uma agenda de interesses e da implementação dos PAP entregou como resultado um conjunto de ações, segundo

a Tabela 7, relacionado, principalmente, com os assuntos de política industrial, política, relações internacionais e energia.

Na Tabela 12 são apresentadas umas séries de resultados que beneficiaram, direta ou indiretamente, ao setor eletroeletrônico. Analisando estes resultados pode-se notar que estes se concentram na participação de programas governamentais que buscam formar e criar incentivos para a indústria eletroeletrônica, mas que não tiveram os resultados esperados. Foi o caso das câmaras setoriais criadas pelo Governo Collor, que eram fóruns de negociação entre os setores públicos e privados chamados a opinar sobre as formulações e gestão de políticas industriais. No caso da câmara setorial para este setor, os resultados não foram os esperados, sendo que o setor automobilístico foi o que mais sucesso teve (DINIZ & BOSCHI, 1993).

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade, PBQP, foi um instrumento de política industrial criado pelo Governo Collor, no qual a Abinee tentou inserir uma proposta de reativação para os componentes eletrônicos. Uma demanda importante proposta pela Abinee foi solicitar a mudança da Lei de Informática, que criava incentivos para o setor localizado na Zona Franca de Manaus em função do cumprimento do PPB, assim como incentivos para as empresas que estão fora da Zona Franca de Manaus, principalmente as localizadas em São Paulo. Finalmente, o Governo de Collor aprova a Lei 8.248/91 que introduziu grande mudança e substituiu a reserva de mercado assegurada pela Lei 7.232/84, concedendo incentivos fiscais às empresas de informática e automação (exceção do IPI e IR) e também naquelas empresas que cumpram com o PPB (Processo Produtivo Básico)² (FINEP, 2005). Esta decisão foi contrária aos interesses da entidade, pois o que se pretendia era que também fossem oferecidos subsídios para a indústria sediada em São Paulo, de forma a não provocar um êxodo maciço de indústria para a ZFM.

Convém destacar que a gestão do presidente Vellinho enfrentou condições extremamente desfavoráveis para o setor eletroeletrônico (queda de faturamento em 10%, entre 1990 e 1992), e do PIB de 4,4%.

² Processo Produtivo Básico (PPB) define um conjunto mínimo de operações a serem realizadas no país para cada produto de informática e automação, como critério de agregação de valores.

A situação econômica era de crise permanente, com alta inflação e recessão industrial. Os Planos Collor I e II representaram uma maior recessão no setor, pois atingia diretamente a produção do setor, seja através das políticas recessivas como pela abertura comercial, que teve forte impacto nos segmentos de componentes eletrônicos (-27%) e energia (-45%), entre 1990 e 1992.

Outro fator perturbador a nível político foi o *impeachment* realizado contra o presidente Collor, o que levou as entidades empresariais a tomarem uma posição favorável nesta situação, o qual em geral gerou um clima de instabilidade institucional nacional que também tornou mais difícil obter compromissos de apoio por parte do Executivo ao setor eletroeletrônico.

Estas duas situações mostram que não existia um ambiente favorável para escutar as demandas do setor, ainda contando com a importante figura política que representava o presidente Paulo Vellinho expressado no acesso aos principais centros políticos da época, além de ser uma das lideranças empresariais ao nível nacional.

Desta forma, pode-se concluir que a gestão do presidente Vellinho não teve condições de obter grandes resultados, principalmente porque teve que conviver com contínuas crises econômicas que resultaram em recessão e inflação, além de uma instabilidade política no final da sua gestão.

Tabela 12

Principais resultados durante a gestão do presidente Paulo Vellinho

- Participação da Abinee no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), coordenando o subprograma de componentes, do Ministério da Indústria e do Comércio;
- Liberação da monitorização dos produtos de componentes por parte do Ministério da Fazenda, durante o plano de estabilização no Governo Collor;
- Mudança na Zona Franca de Manaus com a implantação do PPB, com participação da Abinee;
- Participação da Abinee na Câmara Setorial do complexo eletroeletrônico, e Câmara Setorial de Bens de Capital, coordenado pelo Ministério da Indústria e do Comércio;
- Participação da Abinee em debates no Congresso Nacional visando sensibilizar os graves problemas que afetavam o setor eletroeletrônico;
- Participação na mudança da Lei de Informática (Lei 7.232/84).

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.2 GESTÃO DO PRESIDENTE NELSON FREIRE (1992-1995, 1995 -1998).

Formado Engenharia Elétrica e Mecânica pela Escola Politécnica da USP, foi professor assistente da cadeira de Mecânica, onde atuou de 1953 a 1958, trabalhando em duas empresas até ingressar na Ecil, na qual de funcionário passou a sócio-diretor, cargo em que se mantém até hoje. Em 1992, é eleito presidente da Abinee para a gestão de 1992-1995 e novamente reeleito para o período 1995-1998.

7.2.1. Estrutura de Interesses da Abinee

Em 1993, a entidade sofreu uma das piores crises internas da sua história, a qual foi causada pelo desacordo entre a presidência da Abinee e as empresas associadas do segmento de imagem e som. Este segmento estava formado por importantes empresas nacionais e internacionais (Arno, Philips, Eletrolux, Semp Toshiba, etc.) que tinham uma alta visibilidade a nível nacional e a nível político.

O problema ocorreu porque a Abinee não aceitava aprovar os projetos que deviam receber subsídios da Suframa para instalar-se na ZFM, pois esta situação debilitava a indústria localizada fora da Zona Franca de Manaus, a qual criava uma desindustrialização no restante do País. As indústrias de imagem e som (televisores, eletrodomésticos), segundo a Abinee, queriam receber apenas os incentivos criados pelo Governo, o que resultou na saída de importantes empresas nacionais do setor de imagem e som da entidade e formaram a Associação Nacional dos Fabricantes Eletro Eletrônicos - Eletros³

Segundo um alto executivo de uma das maiores empresas associadas: “O argumento da Abinee estava correto, mas a perda política foi muito grande, pois perdeu um dos segmentos mais densos em visibilidade política, diminuindo a força da entidade”.

Segundo o diretor superintendente da Abinee, Sr. Dario Bampa, “A Abinee foi

contra que se deslocassem empresas estabelecidas, principalmente em São Paulo, o que gerou uma dissidência e criou-se a Eletros. Para esta entidade era conveniente que ficasse de fora da Abinee”.

Na opinião do presidente Nelson Freire: “A indústria de Manaus não traz independência tecnológica para o Brasil, pois a Zona Franca de Manaus é uma ‘maquiadora”, que vende para o mercado interno e não tem capacidade de exportação”. Esta situação, segundo Freire, provocou a cisão das empresas de imagem e som da Abinee, pois estas queriam continuar aprovando projetos da Suframa, enquanto que a presidência da Abinee, que devia analisar e aprovar previamente para serem apresentados na Suframa, não concordavam com o perfil destes projetos, pois estavam gerando uma desindustrialização das empresas sediadas em São Paulo.

A cisão da Abinee, provocada pela saída das empresas do segmento de imagem e som foi um duro golpe para a entidade, pois perdia um importante setor que tinha uma alta representatividade política e empresarial, gerando uma perda relativa na visibilidade política.

Durante a primeira gestão do presidente Nelson Freire (1992-95) um dos principais interesses promovidos foi a implementação efetiva da UCIEE⁴, pois era considerada uma barreira não tarifária para os produtos importados por causa de abertura comercial do Governo Collor. Também era importante porque permitia criar uma cultura da qualidade com padrões internacionais, visando a atração de concorrentes internacionais, além de permitir uma integração com as demais entidades internacionais eletroeletrônicas.

Como forma de estruturar uma agenda de interesses se realiza, em maio de 1993, o Fórum Abinee Tec 93, que contou com a presença de ministros de Estado e autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo a nível federal e estadual.

No documento apresentado para discussão no Fórum “A Indústria Eletroeletrônica Brasileira Rumo à Internacionalização”, a entidade faz, primeiramente,

³ ELETROS é a entidade que reúne as maiores e mais importantes empresas nacionais, fabricantes de produtos eletrodomésticos e eletrônicos de consumo, como: Arno, Philips, Eletrolux, Semp Toshiba, etc.

⁴ A União Certificadora da Indústria Eletroeletrônica, UCIEE, foi criada em 1992, com o objetivo de certificar os produtos exportados e importados pelo setor. Para lograr isto foram realizados convênios com órgãos certificadores nacionais (ABNT) e internacionais (IMQ, TUV, MET e VL).

um diagnóstico da situação do setor desde a década de 80 até o ano de 1992, e, seguidamente, apresenta as propostas da entidade (Anexo 3).

O diagnóstico do setor mostra que: “Se a década de 80 foi marcada pela deterioração econômica nacional, o mercado internacional caracterizou-se pela intensa produção e comercialização de bens de alta tecnologia. Em conseqüência, os requisitos básicos para as empresas que pretendiam tornarem-se competitivas eram: preço, qualidade e especialização, requisitos estes que parecem caracterizar a minoria das empresas nacionais. Dentre as indústrias avaliadas na pesquisa da Abinee, detectou-se que apenas 15% consideravam seu desempenho produtivo e superior ao da principal concorrente internacional e, apenas 10%, exportavam pelo menos 25% de seu faturamento. Pode-se inferir, assim, que a internacionalização da indústria eletroeletrônica brasileira ainda se encontrava em um estágio inicial de desenvolvimento” (ABINEE, 1993, p. 13).

O documento apresenta, na segunda parte, um conjunto de interesses relativos à política industrial e de comércio exterior, o qual foi resultado de estudos e discussões desenvolvidos durante oito meses por meio de *workshops* com empresários que atuavam nas áreas de informática, bens de capital, bens de consumo, automação industrial e componente eletrônicos.

A Abinee apresenta uma série de propostas que formavam a agenda de interesses, dentre as quais, pode-se destacar as seguintes:

Na política macroeconômica se propõe: promover a estabilidade econômica e a retomada do crescimento; reestruturação do Estado visando concentrar suas atividades em Educação, Saúde e Justiça; retomar os investimentos em infra-estrutura básica; promover atividades para atrair o capital nacional e estrangeiro; flexibilização da remessa de lucros e a reformulação da legislação trabalhista.

Na política de comércio exterior, se solicita que é necessário estabelecer uma política aberta de comércio exterior coerente com a política industrial e com um sistema tarifário adequado; desoneração tributária dos produtos exportados; simplificação do processo de comércio exterior; definir mecanismos de promoção de exportações e estabelecer mecanismos para identificar e coibir práticas desleais de comércio exterior.

Com relação à política industrial, se recomenda: concentrar num único órgão a

responsabilidade de coordenar a política industrial; aprimorar a comunicação entre o Governo e empresários, visando a competitividade das empresas; desonerar os investimentos da carga tributária, visando à modernização das empresas; reformular as políticas educacionais, científicas e tecnológicas, apoiando a cooperação entre as empresas, universidades e centros de pesquisas; promover a normalização dos produtos e processos para melhorar a qualidade e produtividade; aprovar uma legislação sobre propriedade industrial e serviços, visando apoiar a formação de *joint-ventures* para transferência de tecnologia e promover a participação do sistema financeiro em atividades produtivas.

Também são apresentadas propostas para os diversos segmentos. Na informática se propõe dar prioridade a aprovação da Lei do *Software* em tramitação no Congresso Nacional; para os eletrônicos de consumo: proibir a importação de bens reduzindo as quotas de compra; para os componentes eletrônicos: uma política industrial de médio e longo prazo que permita a proteção à indústria nacional e o combate ao contrabando; e, para os bens de capital: uma política de compras do Estado não discriminatória na origem do capital seja nacional ou internacional (ABINEE, 1993, p. 3, 9 e 12).

Pode-se analisar que as demandas continuam concentradas em três áreas: economia, política e industrial. Na primeira, destaca-se a atitude privatista da entidade, no sentido de procurar reduzir a presença do Estado na economia, afetando, desta forma seu papel político. Da mesma maneira, continua-se solicitando uma política industrial mais efetiva, com aumento de produtividade, através da melhoria da qualidade e redução da carga tributária com a participação mais efetiva do setor industrial na formulação da política industrial.

As demandas para os segmentos concentram-se na elaboração de políticas de reativação econômica através do aumento do nível do investimento, além de concentrar uma maior dedicação aos projetos que estão no Poder Legislativo. Isto levou a Abinee a estruturar uma Diretoria de Assuntos Governamentais que se preocupava em acompanhar as leis em tramitação no Congresso, além de apoiar as empresas associadas nos diversos assuntos relacionados ao Poder Executivo, com uma sucursal em Brasília.

Em abril de 1995, é reeleito presidente da Abinee, Nelson Peixoto Freire, para o período 1995-1998.

Segundo o presidente Freire, sua nova gestão era “Dedicada a desenvolver e crescer a indústria eletroeletrônica através de uma maior participação de capital nacional no setor” (ABINEE, 2006). Seu posicionamento mostra um perfil de empresário com forte visão desenvolvimentista e nacionalista, preocupada com o aumento do nível de internacionalização do setor, o qual não ajuda na sua consolidação.

Observa-se que as propostas da Abinee continuam promovendo a estabilidade macroeconômica com desenvolvimento de aumento do investimento em infra-estrutura, mas, também nota-se que se propõe uma reforma do Estado, no sentido de diminuir a presença na economia reduzindo a prestação dos serviços de Saúde, Educação e Justiça. Esta proposta mostra que os empresários industriais procuram um Estado desenvolvimentista mas com baixa inserção sua na economia.

Esta proposta também faz com que o Executivo não a considere importante, pois para ele, o que conta é a estabilização econômica, afetando, desta forma, a comunicação entre este e os empresários, parecendo um “diálogo de surdos”. Esta situação também se mostra na preocupação dos empresários por definir como prioritária a definição de uma política industrial e de comércio exterior, no entanto, o governo de FHC está preocupado em realizar reformas neoliberais, com um retraimento e redução do Estado através da centralização do processo decisório nas políticas econômicas, além da ausência de uma política industrial, o que mostra que os objetivos dos empresários e do governo divergem substancialmente.

No segundo mandato (1995-98), os objetivos desta gestão estão centrados na aprovação da Lei das Telecomunicações, profissionalização e fortalecer economicamente a Abinee e entregar maior experiência internacional aos associados (FREIRE, 2006).

É importante destacar que durante este período analisado (1995-1997), o Governo implantou o plano de estabilização, chamado Plano Real, que permitiu controlar a inflação, mas que teve conseqüências na alta dos juros e sobrevalorização da moeda, além de continuar a abertura econômica, mas que mostrou um Governo com

um isolamento burocrático, que se manifestou pela imposição de políticas implementadas sem debater com a sociedade.

Este plano foi amplamente apoiado econômica e politicamente pela Abinee e demais entidades empresariais. No entanto, a preocupação dos empresários está na falta de políticas que permitam melhorar a competitividade do setor frente às empresas estrangeiras, pelo qual a entidade propõe que se estimule o investimento estrangeiro no setor visando a transferência da tecnologia. O que se queria aproveitar era o processo de internacionalização da economia brasileira através da compra de ativos por parte de grandes multinacionais do setor (principalmente nas telecomunicações, energia e informática).

Em maio de 1995, a Abinee realiza o “Fórum Abinee Tec 95”, contando com as presenças do ministro da Fazenda, Pedro Malan, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta e o governador de São Paulo, Mário Covas. Durante os discursos de abertura do evento, pôde-se identificar que existia sintonia entre a entidade e as autoridades governamentais no que se refere às principais propostas de política industrial e comércio exterior. Alguns exemplos dessa sintonia foram à defesa da flexibilização dos monopólios e a retomada de investimentos na infra-estrutura de telecomunicações, energia e transportes.

Nesse evento é apresentado o documento: “Diretrizes para uma Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior para o Complexo Eletroeletrônico” (Anexo 4).

Este documento é resultado da elaboração conjunta da Abinee com a FEA-USP (Faculdade de Economia e Administração) e a FDTE-USP (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico de Engenharia). Sua primeira versão foi discutida em reuniões realizadas com empresários de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, além de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, em Brasília.

O documento está dividido em duas partes. A primeira contém o “Perfil e Relevância do Complexo Eletroeletrônico”, no qual é realizado o diagnóstico do setor eletroeletrônico. O diagnóstico apresentou que a indústria eletroeletrônica brasileira vem sofrendo, desde meados da década de 80, os percalços decorrentes do

esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e, mais recentemente, do processo abrupto (e não suficientemente planejado) de abertura do mercado. Tais mudanças começaram a ocorrer a partir do final da década de 70 e representaram uma ruptura do ambiente de estabilidade no qual prosperaram até então as principais empresas e economias ocidentais (ABINEE, 1995, p. 5-6).

Na segunda parte, é apresentada a agenda de interesses da entidade, através das “Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de Reforma Tributária, de Inovação Tecnológica e Competitividade” .

As principais recomendações contidas neste documento são as seguintes: concentrar, em um único órgão do governo, a coordenação das ações de política industrial e de comércio exterior em sintonia com o setor produtivo; garantir a estabilidade macroeconômica e o crescimento do País com a elevação do poder de compra da população, reduzindo ou eliminando o Custo Brasil; reformular a estrutura tributária do País e modernizar as relações de capital e trabalho; assegurar a competitividade da indústria eletroeletrônica, nos mercados interno e externo; intensificar os programas de privatização e flexibilizar os monopólios estatais; utilizar o poder de compra do Estado para o fomento da melhoria da qualidade, produtividade e inovação tecnológicas; estimular fusões, parcerias, cooperação tecnológica e a formação de *joint ventures* entre empresas do País e do exterior e estimular as exportações dos produtos do complexo eletroeletrônico (ABINEE, 1995, p. 43).

Também foram apresentadas proposições para os segmentos do setor eletroeletrônico.

Nas Telecomunicações, se sugere: desregular a área de telecomunicações e abrir a exploração de sistemas de telecomunicações a capitais privados.

Para os componentes eletrônicos, se propõe: criar incentivos para a produção de componentes na Zona Franca de Manaus visando formar um complexo industrial integrado, competitivo e duradouro nessa região e ampliando a geração de novos empregos; implementar as recomendações da Comissão Interministerial visando assegurar o cumprimento dos requisitos do Processo Produtivo Básico (PPB), na Zona Franca de Manaus; estender o conceito de PPB com Valor Agregado Zonal para o Mercosul; assegurar, aos fabricantes nacionais de componentes, condições isonômicas

para competir com os fabricantes estrangeiros nos fornecimentos para a Zona Franca, tratando as vendas para essa região como exportações e criar incentivos diferenciados favorecendo a fabricação de dispositivos semicondutores no Brasil.

Para o segmento da informática: flexibilizar a Lei 8.428, incluindo aquisição de tecnologia, montagem de sistemas de informação tecnológica, normalização e registro de patentes como atividades incentivadas; estimular o desenvolvimento da capacitação tecnológica, tratamento tributário de exportações para as vendas de produtos fabricados no Brasil destinados a ZFM; aprovação da nova lei de *software*. Para o segmento de eletrônicos de consumo (eletrodomésticos): estímulos especiais à produção de eletrodomésticos de uso popular; redução do IPI e regular *duty free*, compras pelo Correio e tomar medidas enérgicas contra o *dumping* e o contrabando; para os segmento de equipamentos industriais: abertura dos setores de infra-estrutura para capitais privados, nacionais e estrangeiros.

No segmento de equipamentos de Geração, Transmissão e Distribuição, GTD, se solicita: aprovação da regulamentação da Lei de Concessão de Serviços Públicos; manutenção de tarifas de energia elétrica que remuneram o investimento; implantação de órgão regulador independente; apoio à exportação e ao desenvolvimento tecnológico no setor (ABINEE, 1995, p. 24-27).

Finalmente, o documento da Abinee concluiu que "as indústrias do complexo eletroeletrônico, como fator impulsionador de outros setores industriais, devem permanentemente buscar sua competitividade nacional e internacional, através da produtividade, qualidade e inovação tecnológica, a fim de consolidar seu parque industrial e gerar cada vez mais empregos, aferindo sua produtividade através de índices de produtividade e de reformas de competitividade nacional e internacional" (ABINEE, 1995, p. 44). Desta forma, nota-se que a Abinee privilegia sua ação em demandas específicas para alguns setores que estavam passando por sérias dificuldades.

Em 19 de maio de 1997, se realiza o Fórum Abinee Tec 97, onde é apresentado o documento "A Indústria Elétrica e Eletrônica no Século XXI", para ser debatido (Anexo 5).

Durante o Abinee Tec 97, a Abinee apresentou uma série de demandas muito

similares às definidas nos eventos de 1993 e 1995, reforçando o papel do setor industrial como agente de desenvolvimento, mas solicitando ao Executivo uma série de políticas industriais específicas para os segmentos de componentes, informática, telecomunicações e energia.

O presidente da Abinee, na sua mensagem aos participantes do evento, declarou que “acredita e enfatiza que a educação é o principal fator de competitividade entre as nações no século XXI. Todos os demais fatores de competitividade – a abertura dos mercados, as privatizações, as desregulamentações, etc. – tendem à equalização”.

E finaliza: “É isso que cabe ao Governo dar uma resposta firme e positiva. Os empresários, de sua parte, por meio de associações e entidades, devem se empenhar para aprofundar a articulação com o Governo, no sentido de que sejam criadas normas flexíveis de atração de empresas detentoras de tecnologia. Às associações empresariais cabe, também, promover uma maior articulação entre si, com o objetivo de ampliar o apoio às empresas brasileiras em seu processo de integração aos mercados internacionais, com a criação de pólos de internacionalização” (Abinee, 1997, p.7).

Este documento foi resultado da pesquisa elaborada com base em 700 questionários enviados a seus associados e em 70 entrevistas realizadas com dirigentes de empresas que operam nos sete setores da entidade, realizadas pela FEA-USP, UFSCar e FDTE-USP.

O resultado apresenta uma série de propostas mais significativas, sendo as mais importantes: desenvolver uma indústria de insumos e componentes, a fim de gerar condições de competitividade internacional às empresas montadoras de produtos finais, já instaladas ou que venham a se instalar no País; apoiar e estimular a produção de *software* nacional; criar um conselho de empresário e Governo para identificar as indústrias estratégicas de interesse do País e coordenar as ações necessárias à atração dos investimentos com a finalidade de viabilizar as propostas acima; estimular a implantação, nos pólos, de empresas fabricantes de produtos com tecnologia de ponta, destinando boa parte de sua produção ao mercado externo.

Um ponto que distingue é a proposta da realização do Programa Brasileiro de Educação, PBE, que se propõe: privilegiar a preparação das crianças para a convivência rotineira com as mudanças tecnológicas; integrar o ensino da informática

no ensino básico; estimular a organização de cursos técnicos e profissionalizantes; incentivar a formação de profissionais de nível superior na área de *software*; estabelecer centros de desenvolvimento de *software* regionais, setoriais; criar uma maior integração entre escolas técnicas, universidades e centros de pesquisas.

Da mesma forma, a Abinee continua sugerindo: diminuir o Custo Brasil; realizar a reforma fiscal, tributária e trabalhista; concentrar em um único órgão do Governo a coordenação das ações de política industrial e de comércio exterior, em sintonia com o setor produtivo.

Desta forma, pode-se analisar que a agenda de interesses da Abinee está dirigida, principalmente, a promover a internacionalização do setor, principalmente nas PMES. No entanto, a proposta de uma Política Educacional Brasileira, PEB, da entidade oferece um diferencial com relação à gestão anterior, pois apresenta uma série de proposições dirigidas a aumentar o nível educacional e técnico desde a escola primária até a universidade.

Este fato é importante, pois a entidade mostra uma visão nacional dos problemas sociais: “A educação é o principal fator para competitividade entre as nações do século XXI. É a educação que delimitará as fronteiras que separaram as sociedades habilitadas para usufruir plenamente dos progressos do gênio humano e as que ficaram para trás, amargando uma posição estruturalmente periférica” (Abinee, 2007, p. 7).

Na Tabela 13 é apresentada a agenda de interesses na comparação primeira e segunda gestão Freire, entre as quais nota-se que existem algumas coincidências e diferenças.

Nas coincidências, nas duas gestões as demandas estão dirigidas para a realização de reformas estruturais econômicas, a privatização de setores estratégicos (telecomunicações e energia elétrica) e a implementação de uma política industrial reativadora, participativa e centralizada, apoiada por uma agressiva política de promoção das exportações do setor.

No âmbito das diferenças, estão a reforma do Estado, promoção do investimento externo, participação no Mercosul e Alca e na formulação de uma política educacional.

Também observa-se que a entidade apresenta uma visão nacional e internacional para abordar os problemas, o qual é causado pela transformação

estrutural que acontece nesse período na economia brasileira, onde as reformas neoliberais geram um processo de internacionalização, que acontece após a estabilização gerada pelo Plano Real, que faz mais competitivos os produtos brasileiros, assim como aumenta o investimento externo direto materializado através da compra de importantes ativos em todos os setores industriais da economia e fortemente no setor eletroeletrônico.

No entanto, os industriais do setor continuam enfrentando uma atitude fechada nas decisões do Governo, com muita abertura para a participação dos empresários, pelo qual as entidades não têm muitas possibilidades de pôr suas demandas com maior efetividade. Esta situação conduz aos empresários a centrar seus esforços para aumentar sua representação junto ao Legislativo desenvolvendo ações orientadas a concorrer a postos eletivos, tentando formar uma “bancada empresarial” no Congresso. Também acontece um crescimento das atividades de *lobby* e isto leva às entidades empresariais à implantação de escritórios de representação em Brasília buscando influenciar, direta ou indiretamente, a aprovação dos projetos e medidas.

Desta forma, pode-se concluir que a agenda de interesses da gestão Freire concentrou-se em dois momentos. Na primeira gestão, as demandas priorizavam os assuntos ligados à política, política econômica e política industrial. Na segunda gestão, as demandas prioritárias, em forma decrescente, foram os segmentos de telecomunicações, energia, informática e componentes eletrônicos e, em menor prioridade, os assuntos da área política e internacional (Tabela 1).

Esta mudança de prioridades pode ser explicada pela conjuntura enfrentada. Na primeira gestão Freire (1992-1995), a estabilização da economia é a prioridade do Governo pelo qual a agenda da Abinee também focaliza sua ação nestes temas nacionais por sobre os do setor.

Na segunda gestão Freire (1995-1997), a economia se estabiliza, ainda com várias crises internacionais, com um processo rápido de internacionalização, o qual afeta seriamente o segmento de componentes eletrônicos, informática e energia, o que conduz a entidade a reforçar sua ação política nos interesses de internacionalização, energia e telecomunicações), e a maior proteção e reativação industrial (componentes e informática).

Finalmente pode-se concluir que a gestão do presidente Nelson Freire teve condições de estruturar uma agenda de interesses de acordo com a realidade econômica e política da época, além de integrar as principais demandas do setor.

Tabela 13
Principais interesses na gestão do presidente Nelson Feire

I GESTÃO (1992-95)	II GESTÃO (1998-98)
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar uma agenda ampla para as reformas fiscal, trabalhista e tributária; • Aprovação pelo Congresso da Lei de Concessões do Serviço Público; • Elaborar programa de privatização das estatais; • Elaborar uma política econômica que gere estabilidade econômica com reestruturação do Estado e aumento do investimento em infraestrutura; • Elaborar uma política industrial com coordenação de um único órgão, maior participação dos empresários e ações educacionais e desenvolvimento tecnológico; • Elaborar uma política de comércio exterior com melhor sistema tarifário, diminuição dos impostos a exportação, mais acordos internacionais simplificação do processo exportação e promoção de exportações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica à política econômica de redução do consumo; • Coordenação única da PI e PCE; • Estabilização econômica; • Realização da reforma tributária e trabalhista; • Promover o aumento da qualidade, produtividade e inovação tecnológica através do poder de compra do estado setor; • Realização de parcerias entre empresários nacionais e internacionais; • Realização de cooperação entre a universidade e o setor; • Criar incentivos para aumentar as exportações do setor; • Aumentar a competitividade do setor; • Apoio ao Plano Real; • Apoio ao Governo FHC no plano de privatização das estatais do setor de energia elétrica; • Acabar com o contrabando de produtos eletroeletrônicos; • Aumentar o investimento na produção de energia elétrica; • Realizar a reforma do Estado e a reforma política; • Apoio à criação da UCIEE; • Baixar o Custo Brasil através da diminuição dos gastos de Governo; • Melhorar a infra-estrutura de portos, transportes, comunicações e geração de energia; • Aumentar a participação dos empresários nas decisões do Poder Executivo na formulação de políticas públicas; • Aumentar a isonomia na competitividade no setor; • Apoio na participação do País no Mercosul e formação da Alca.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.2.2. Padrões de Ação Política (PAP) da Abinee

A análise dos PAP terá dois eixos de apresentação. O primeiro se baseia na análise da Tabela 6, na qual são apresentadas as diversas modalidades de PAP que têm maiores frequências de aplicação, independente dos assuntos tratados.

Na gestão de Nelson Freire observa-se que os PAP mais utilizados foram os de nível tático (encontros e visitas na Abinee), que privilegiam o contato mais direto e personalizado com as autoridades governamentais. No entanto, também foram realizados PAP de nível estratégico, como os eventos (Fórum de Debates Abinee Tec 93,95,97 e almoços de fim de ano), que eram de ampla cobertura e que permitiam apresentar a agenda de interesses para os associados e altas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo.

Na Tabela 14 são apresentados os principais assuntos debatidos em cada tipo de PAP, na qual pode-se observar que a atividade desenvolvida nesta gestão foi muito ampla, tanto no número de assuntos debatidos como nas modalidades dos PAP realizados. Os temas defendidos continuam sendo os referentes à realidade política (eleições presidenciais, reforma política, política econômica, Plano real, etc.), enquanto no setor eletroeletrônico são temas recorrentes: a política industrial, linhas de financiamento e ações de revitalização dos setores das telecomunicações (privatização), componentes eletrônicos (revitalização), e informática (a inserção na ZFM) . Da mesma forma, o presidente Freire realiza três eventos do Fórum Abinee Tec, no qual são apresentadas as principais reivindicações do setor, conseguindo dispor de uma visibilidade política importante frente às autoridades econômicas e políticas nacionais.

Na Tabela 14, observa-se que diversas formas de PAP são realizadas. No caso das propostas para os assuntos de âmbito nacional, foram utilizados mais recorrentemente os encontros com personalidades econômicas e políticas, enquanto que, para promover os interesses específicos do setor, foram aplicadas visitas na Abinee, visitas externas, almoços de fim do ano e eventos (Fórum Abinee Tec). Esta forma de atuar da entidade mostra uma estratégia integrada entre os diversos PAP que permitiu dispor de uma presença política, ainda em condições políticas econômicas

adversas, logrando promover a agenda de interesses em múltiplas frentes.

Os resultados obtidos após a implantação dos PAP serão apresentados na seção seguinte.

No entanto, o presidente Freire também sentiu que a Abinee precisava de “reformas” que gerassem uma maior agilidade e eficiência na ação e, desta forma, uma melhor implementação dos PAP de forma a lograr um maior estreitamento junto aos Poderes Executivo e Legislativo e também junto às empresas associadas na Abinee.

Para lograr este objetivo, foram desenvolvidos dois programas de ação: “Repensando Abinee” (dirigido para melhorar a participação dos associados), (Anexo 6) e “Alianças Globais” (dirigido a internacionalizar as PMES do setor), (Anexo 7).

Também foi realizado um processo de reorganização interna que implicou na reestruturação nas funções do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Presidente Executivo e Diretoria Executiva da entidade (Anexo 8)

O Programa Repensando Abinee se propunha a aumentar o número de associados, melhorar a qualidade do atendimento aos associados, aumentar a presença da entidade na mídia nacional e melhorar a visibilidade política.

Para alcançar isto, se propõe implementar estratégias de *marketing* como: a reativação da Revista Abinee para divulgar as atividades das diversas áreas da entidade; aumentar a presença da entidade na mídia impressa através da publicação de artigos, notícias, eventos (ABINEE, 1996, p. 6).

O Programa Alianças Globais demonstrava a nova posição estratégica da entidade frente ao processo de globalização da economia mundial. Este programa procurou abrir para o associado as portas da globalização, no sentido de conquistar novos mercados externos, a capacitação das indústrias para competir internacionalmente e a abertura de oportunidades de negócios, assim como a abertura de novas empresas que possam ser resultados de parcerias industriais nacionais e internacionais.

As principais ações deste programa se traduzem na geração de informações (criar cadastro de empresas associadas que desejem atuar no comércio exterior e identificar mecanismos e programas de entidades brasileiras e estrangeiras que

venham a facilitar a atuação daquelas empresas em nível internacional) e assinatura de acordos e convênios de cooperação tecnológica externos.

Finalmente, pode-se sintetizar que durante as duas gestões Freire foram implementados PAP em forma ampla, tanto nos formatos dos PAP como nos assuntos promovidos (ver tabela 14) e alta frequência (ver Tabela 5), apoiados através de um conjunto de programas internos visando o aprimoramento da Abinee (ver Tabela 14, organização interna) que facilitou a implementação dos PAP.

Tabela 14
Principais assuntos promovidos através das modalidades dos PAP na
gestão do presidente Nelson Freire

PAP	ASSUNTOS
Encontros	PI para o setor automação, telecomunicações, revisão institucional Eleição presidente (debate Gestão) Reforma tributária Qualidade de produtos nos cenários macroeconômicos Políticas de estabilização Avaliação economia Debate sobre implantação do TV a cabo
Visitas na Abinee	PICE Câmaras setoriais ZFM (situação atual e propostas) Investimento no setor Ação do governo através do BNDES Avaliação Plano Real Custo Brasil Definição de políticas públicas, fórum de promoção de exportações, <i>dumping</i> Salvaguardas (PCE) Situação atual do setor de componentes eletrônicos Proposta da entidade para o setor de componentes
Visitas externas	Seminário de qualidade Política de normalização, proposta da entidade para o setor informática Proposta da entidade para o setor de componentes eletrônicos.
Almoços	PI (reformas, modernização) ZFM (propostas) Tamanho do Estado Impunidade e apoio a FHC Reforma tributária e fiscal Avaliação Plano Real (guerra fiscal) Plano Brasília de telecomunicações Apoio para o setor de componentes
Eventos	Fórum Abinee Tec 93 (Internacionalização), 95 (O futuro do setor no século XXI), 97 (Política industrial e tecnológica).
Organização interna	Defesa do consumidor Criação do <i>Ombusman</i> Círculos de qualidade para a informática Programa “Repensando Abinee” Serviços de apoio aos associados Nova estrutura organizacional Programa “Alianças Globais” Pesquisa para os associados para avaliação dos segmentos EE Avaliação Programa “Alianças Globais” Processos de melhoria dos serviços Abinee

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.2.3 Resultados

Durante as duas gestões do presidente Nelson Freire (1992-95;1995-98), aconteceram alguns resultados para o setor eletroeletronico, seja pela ação da entidade através da implementação dos PAP, como pela decisão autônoma dos Poderes Executivo e Legislativo. Em geral, os resultados corresponderam quase a todas as áreas de interesse da entidade, mas podem ser destacadas aquelas que estiveram dentro das áreas de política industrial, telecomunicações, política e energia (Tabela 7).

Analisando a Tabela 15, observa-se que existem alguns resultados que devem ser destacados.

Na gestão do primeiro período (1992-95), podem-se destacar a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações que define as condições para iniciar o processo de privatização deste segmento, que finalizou em 1998. Esta foi uma antiga demanda da entidade que se iniciou em gestões anteriores. No entanto, esta situação conduz a uma desnacionalização deste segmento com a entrada de capital externo, o que muitas vezes conflitava com as propostas nacionalistas dos presidentes da Abinee (Vellinho e Freire).

No segundo mandato (1995-98), a aprovação da Lei de Licitações Públicas foi uma demanda importante que teve como resultado a referida Lei, pois contribuía para revitalizar o setor eletroeletrônico, especialmente componente, energia e telecomunicações, além da nova Lei do Trabalho que flexibilizava as relações trabalhistas. Outros resultados dizem relação a parcerias e projetos junto ao Governo Federal e ações no Poder Legislativo.

No entanto, observa-se que, frente ao grande número dos PAP realizados, os resultados não foram os esperados, os quais podem ter duas causas.

A primeira está relacionada à conjuntura econômica destes dois períodos, que foi uma contínua implantação de planos de estabilização que privilegiavam as políticas monetárias sobre a política industrial, gerando permanentes estados de recessão industrial. O que melhor mostra a indiferença do Governo com o empresariado industrial

de FHC foi a frase do seu ministro da Fazenda, Pedro Malam: “A melhor política industrial é aquela que não é feita”.

A segunda causa pode estar relacionada à figura do presidente Freire que, à diferença do presidente Vellinho, provêm da média empresa no segmento de material elétrico, que não tem muita representatividade empresarial no setor. Este fator é importante no momento de abrir canais de comunicação política com as autoridades governamentais do setor. No entanto, convém destacar que durante esta gestão, foi onde se realizaram múltiplos PAP através de uma Abinee que mostrava uma modernização operacional que permitiu abrir novas frentes, como o apoio à internacionalização do setor, principalmente na PMES, assim como na entidade.

Tabela 15

Principais resultados durante a gestão do presidente Nelson Freire

- Aprovação da Lei 8861/93 que reduz IR e IPI na fabricação de circuitos integrados;
- Realização de parcerias da Abinee com a Unicamp, Sebrae, BNDES, Finep, MCT, ONUDI;
- Criação da Câmara Setorial Eletroeletrônica por indicação da Abinee, visando realizar acordos entre Governo e empresários.
- Aprovação da Lei de Licitações do Serviço Público;
- Participação da Abinee no Senado na discussão da revisão constitucional;
- Aprovação da Lei Geral das Telecomunicações (criação da Agência Nacional das Telecomunicações, Anatel, e do processo de privatização das empresas estatais de telecomunicações) com o apoio da Abinee;
- Proposta de reforma tributária do Governo de FHC (extinção do IPI, ICMS, etc.) com o apoio da Abinee, a qual já tinha uma proposta similar realizada em parceria Abinee/USP/Fipe.
- Aprovação da nova Lei do Trabalho;
- Realização de parcerias entre a Abinee e o Ministério de Ciência e Tecnologia, MCT, para atendimento aos associados da entidade;
- Parceria BNDES e Abinee para novas linhas de financiamento para o setor.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.3 GESTÃO DO PRESIDENTE BENJAMIN FUNARI (1998-2001)

Engenheiro eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA; pós-graduação em Engenharia Eletrônica; Administração Financeira para Executivos, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; ex-diretor e acionista da Indec S/A - Indústria de Equipamentos Elétricos; ex-diretor Superintendente e Acionista da Wes-Ton S/A Equipamentos Elétricos; presidente e sócio da Milfra Indústria Eletrônica Ltda, fabricante de componentes elétricos e eletrônicos. Em abril de 1998 é realizada a eleição para a presidência da ABINEE, sendo eleito, como candidato de consenso, o empresário Benjamim Funari do segmento dos componentes eletrônicos, para a gestão 1998-2001.

7.3.1. Estrutura de interesses da Abinee

O presidente Funari destaca a necessária união dos empresários, buscando criar propostas comuns: “Estamos nos aproximando de entidades congêneres para criar uma agenda comum. Existem vários pontos coincidentes para trabalho conjunto”, e finaliza, “a globalização já não é mais novidade. Mas nunca os seus efeitos ficaram tão claros quanto depois do vendaval provocado pela crise asiática. Precisamos fazer as reformas (tributária, administrativa, etc.) de maneira definitiva. O pacote fiscal lançado recentemente para apagar incêndio, não resolve. Os empresários precisam de regras claras para atuar no cenário altamente competitivo” (ABINEE, 1998, p.23)

O programa de trabalho do novo presidente tem três eixos: orientação para a internacionalização das empresas do setor; profissionalização dos serviços da Abinee e representação política ativa.

Com relação à representação política, a entidade propõe como ações: reforçar a área de ação governamental através do escritório de representação em Brasília; participação no processo das privatizações através da participação no Conselho Consultivo da Anatel (Agência Nacional das Telecomunicações); melhorar o diálogo

com o Governo, aumentar o investimento em pesquisa, implementar a isonomia (igualdades de condições) no tratamento ao setor com relação aos benefícios obtidos pelas empresas concorrentes estrangeiras e, finalmente, representar o setor na Câmara de Comércio Exterior, Camex, do Governo Federal (ABINEE, 1998, p.27).

Com relação à área política, o presidente Benjamim Funari confirma: “Realizamos recentemente diversos encontros com autoridades governamentais, visando defender os legítimos interesses do complexo eletroeletrônico, como é o caso da nova Lei de Informática, cuja definição já está atrasada”.

Com relação à sua participação como membro no Conselho Consultivo da Anatel, destaca: “Encaminhamos propostas para participarmos da especificação técnica no processo de normatização dos produtos. Também estamos criando, na Abinee, um grupo setorial formado pelas novas operadoras das empresas privatizadas”. Convém lembrar que no dia 28 de julho de 1998, o governo de FHC realizou o leilão de privatização da Telebrás. Este fato é de grande importância, pois atinge diretamente as empresas do setor que tiveram que acompanhar a evolução tecnológica permanente.

Nos fóruns de debates criados pelo Governo, se destaca a do Programa Especial de Exportações (PEE), no qual a entidade é gerente setorial das áreas de computadores e acessórios, bens de telecomunicações e bens eletroeletrônicos para indústria. Um dos interesses mais defendidos neste fórum foi a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8248/91, chamada Lei de Informática, visando preservar as conquistas já alcançadas e a viabilização dos novos projetos em andamento dentro do conceito de pólos industriais (ABINEE, 1998).

O presidente Funari também promoveu uma série de interesses através das áreas executivas. A área de Relações Jurídicas propõe: maior liberdade de negociação dos sindicatos; fim do imposto sindical obrigatório e o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho (ABINEE, 1998).

Na área das Relações Internacionais participa das negociações do Mercosul, e, na área das Pequenas e Médias Empresas: oferecer linhas de créditos disponíveis para financiar atividades industriais e exportadoras através de linhas de crédito do Finame/BNDES.

Em maio de 1999 é organizado o “Fórum de Debates Abinee Tec 99”, para o

qual foi elaborado o documento para o debate: “As mudanças de mercado e os instrumentos de competitividade, visando tornar o setor mais competitivo” (Anexo 8).

As principais demandas apresentadas no documento anterior são as seguintes:

1. Prorrogar até 2013 os benefícios estabelecidos pela lei nº 8.248/91 (Lei da Informática);
2. Implementar urgentemente a reforma tributária;
3. Revisão de toda a legislação trabalhista visando a redução dos encargos sociais e trabalhistas.
4. Implementar medidas que visem recuperar o parque industrial de componentes eletrônicos, mediante a atração de investimentos internacionais, com o objetivo de atender o mercado interno e realizar exportações;
5. Isonomia para os equipamentos das telecomunicações e as empresas operadoras de energia elétrica;
6. Aperfeiçoar a linha de financiamento Finame/BNDES;
7. Agilizar a aprovação do estatuto da microempresa em tramitação no Congresso Nacional;
8. Implementar uma política de promoção de exportações de longo prazo;
9. Estimular uma maior integração entre universidades e as empresas visando a realização de pesquisas cooperativas;
10. Intensificar as parcerias entre a Abinee, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Inmetro (ABINEE, 1999).

Pode-se observar que os interesses promovidos estão relacionados com a reforma tributária e trabalhista e nos assuntos do setor, com a extensão, até 2013, dos benefícios da Lei de Informática, como forma de recuperar este segmento atingido pela abertura da economia e a forte desvalorização da moeda, que apresentou uma queda de 40% entre 1998 e 1999.

Da mesma forma, se privilegia a relação com o Congresso para impulsionar a aprovação do Estatuto da Microempresa que pode beneficiar uma grande parte das empresas associadas da Abinee.

Em junho de 2000, foi realizado o “Fórum de Debates Abinee Tec 2000”, com o

tema: “A Energia no século XXI”, voltado para a área de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição). Neste fórum participaram o ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto; o secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce; o deputado Moreira Ferreira, presidente da CNI e primeiro vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, e outras autoridades, fornecendo subsídios para a abertura do grande debate.

O presidente da Abinee, Benjamim Funari, no pronunciamento durante a abertura do evento, declarou: “no segmento de geração de energia, a desvalorização elevou os custos dos projetos das termelétricas a gás e, com isso, pouquíssimos projetos saíram do papel. A privatização das empresas geradoras ficou ‘embolada’ em questões jurídicas, só havendo progressos no caso do Estado de São Paulo”.

“Na distribuição, o impacto da desvalorização do Real foi ainda maior, visto que muitas concessionárias privatizadas tinham financiamentos em dólar. O setor, praticamente, não investiu durante todo o ano passado, restringindo suas compras ao estritamente necessário”.

“Essa redução nos investimentos afetou também o segmento de equipamentos direcionados para a infra-estrutura de energia, cuja performance esteve abaixo das expectativas, contrapondo-se à necessidade do aumento da oferta de energia no País.” Benjamim Funari finaliza:

“Apesar disso, o segmento espera fechar este ano de 2000 com um crescimento de cerca de 6% em função do início da construção de algumas usinas termelétricas e das linhas de transmissão já licitadas” (ABINEE, 2000).

É interessante destacar que as palavras do presidente têm relação com os graves problemas detectados na geração e distribuição de energia elétrica que vieram a produzir a “crise do apagão”, em 2001.

A agenda de interesse apresentada no Fórum Abinee Tec 2000, contempla os seguintes assuntos: ampliar o financiamento por parte do BNDES/Finame; implementar a isonomia de tratamento para o produto nacional em relação aos similares estrangeiros; implementação de uma política de competitividade para a indústria de equipamentos; buscar uma solução para o sistema de aquisições de produtos adotado por algumas concessionárias de energia elétrica (ABINEE, 2000).

Analisando a Tabela 15 na qual estão apresentados os principais interesses nesta gestão, pode-se observar que a gestão do presidente Benjamim Funari foi uma continuação das principais ações iniciadas na gestão Freire.

Os principais eixos de ação da gestão Funari estão relacionados com a continuação do processo de internacionalização do setor, oferecendo aos empresários apoio e instrumentos operacionais para enfrentar a concorrência externa e aumenta o nível de exportação.

Este foi desenvolvido através da reativação e intensificação do Programa Alianças Globais (criado na gestão Freire), cujos resultados foram importantes, aumentando o número de operações de exportação e importação e de parcerias internacionais.

Outro objetivo foi à continuação da profissionalização da Abinee, buscando aumentar a eficiência organizacional, (iniciada na gestão Freire, com o Programa Repensando a Abinee), o qual se manifestou através de uma reestruturação da diretoria e dos órgãos executivos da entidade.

O terceiro eixo de ação da gestão Funari foi realizar uma representação política mais efetiva, no sentido de melhorar a comunicação com os Poderes Executivo e Legislativo através da participação nos órgãos executivos (conselhos e câmaras) e defender os interesses, principalmente na privatização das telecomunicações e no debate sobre a Lei de Informática. Desta forma, o presidente Freire procura desenvolver uma maior profissionalização da entidade, através de uma reorganização interna que resultou, na área ação política, na criação da Diretoria de Ação Governamental, que é a continuação da Diretoria de Ação Parlamentar criada no final dos anos 80, complementado com uma série de ações que visam a melhoria dos serviços prestados para os associados (acompanhamento de processo administrativos no Executivo e de projetos no Legislativo, contato com autoridades, etc.) realizados pelo escritório de representação sediado em Brasília.

Finalmente, a agenda de interesses durante a gestão do presidente Funari apresentou uma maior preocupação por demandas nas áreas de política industrial, política econômica, energia, componentes eletrônicos, comércio exterior, relações

internacionais e assuntos políticos (Tabela 1), mostrando uma importante diversidade de temas tratados que permitiram gerar uma série de PAP, que serão apresentados na seção seguinte.

Tabela 16

Principais interesses da gestão do presidente Benjamim Funari

- Orientar a entidade para a economia global, profissionalização da entidade e fortalecer a representatividade política visando formular uma PI;
- Implementar reforma tributária, fiscal e previdenciária;
- Apoio ao Legislativo nas reformas;
- Controle do contrabando e subfaturamento;
- Isonomia com relação à concorrência internacional;
- Prioridades do uso de produtos nacionais de telecomunicações;
- Prioridades do uso de produtos nacionais de telecomunicações e energia;
- Estabelecer critérios para a concessão de financiamento e uso do crédito na exportação;
- Renovação da Lei de Informática até 2013;
- Definição de uma política industrial que promova a isonomia industrial, aumente o emprego, a competitividade, as exportações da PMES, e o investimento;
- Considerar o setor sensível nas negociações da Alca;
- Aumento do financiamento para as indústrias de energia;
- Maiores linhas de financiamento para a indústria de equipamentos industriais do setor;
- Ausência de uma política industrial para a indústria de equipamentos.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.3.2. Padrões de Ação Política (PAP) da Abinee

A análise dos PAP terá dois eixos de apresentação. O primeiro se baseia na análise da Tabela 6, na qual são apresentadas as diversas modalidades de PAP que têm maiores freqüências de aplicação, independente dos assuntos tratados.

Na gestão do presidente Funari, observa-se que os PAP mais utilizados foram os de nível tático (encontros, vistas na Abinee), que privilegiam o contato mais direto e personalizado com as autoridades governamentais. No entanto, também foram realizados PAP de nível estratégico, como os almoços de fim do ano e eventos (Fórum Abinee Tec 99 e 2000, 19ª Feira Internacional da Indústria Elétrica e Eletrônica), elaboração de documentos institucionais e campanhas institucionais (“Uso e reciclagem de baterias de carros”), principalmente (Tabela 6), que eram de ampla cobertura e que permitiam apresentar a agenda de interesses para os associados e altas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo.

A Tabela 17 apresenta os assuntos de interesse defendidos pela Abinee através dos PAP, a qual mostra que se mantém a tendência detectada nas gestões Freire, onde os assuntos de interesse nacionais e setoriais são debatidos através de encontros, enquanto nas visitas externas, visitas na Abinee, e eventos estão concentrados o debate de assuntos dos segmentos eletroeletrônicos, priorizando o segmento de componentes eletrônicos (reativação), informática (Lei de Informática) e a política industrial e financiamentos. Nos almoços de fim do ano são apresentados temas tanto nacionais como setoriais.

Pode-se observar que as modalidades dos PAP, encontros e visitas na entidade foram utilizadas para debater múltiplos temas, desde as realidades política e econômica como do próprio setor. Isto demonstra uma estratégia dirigida de privilegiar o debate com autoridades que têm poder de decidir referente aos segmentos com maiores problemas como são os componentes eletrônicos e a informática, além de poder promover uma política industrial real e integrada.

Outro fator a ser destacado é a diversidade de assuntos realizados através dos PAP, o que mostra uma eficiência na implementação de múltiplos PAP tentando abordá-los em diversas frentes.

Com relação a estratégia usada para dar maior eficiência a ação da Abinee e lograr implementar os diversos PAP analisados anteriormente, foi proposto três objetivos: a internacionalização das empresas do setor, a profissionalização dos serviços da Abinee e uma representação política mais ativa.

Para lograr o primeiro objetivo, foi revitalizado o Programa Alianças Globais, criado na gestão Freire, no qual a Abinee participa sistematicamente das reuniões de negociação de acordos comerciais (Alca, Aladi, Mercosul), além de integrar o Programa Especial de Exportações (PEE), no qual a entidade é responsável pelos segmentos de computadores e acessórios, bens de telecomunicações e bens eletroeletrônicos para indústria, sendo o presidente da Abinee o gerente setorial destas três áreas.

Para lograr o segundo objetivo, foram realizadas uma série de ações visando a profissionalização dos serviços da Abinee, através de uma reestruturação organizacional, o que implicou: criação do cargo de vice-presidente executivo; transformação do conselho superior em conselho consultivo; a contratação de assessores profissionais para apoiar as áreas, finalmente, definição de novas funções para as seguintes diretorias: Diretoria de Ação Governamental (dedicada ao relacionamento com os poderes públicos e acompanhar os projetos no Congresso Nacional; Diretoria de Alianças Globais (gerenciar o programa Alianças Globais); Diretoria de Economia (elaboração do diagnósticos sobre a política econômica e seus efeitos no setor eletroeletrônico); Diretoria Jurídica e Relações de Consumo (atende a área tributária, trabalhista e relações de consumo); Diretoria da Pequena e Média Empresa (apoio às pequenas e médias empresas); Diretoria de Relações Internacionais (realizar acordos internacionais (de comércio e o apoio à participação em feiras mundiais) e a Diretoria de Tecnologia e Política Industrial: (normatização de produtos em organismos internacionais).

Finalmente, para lograr dispor de uma representação política mais ativa foram realizadas uma série de ações, das quais pode-se destacar:

- Reforçar a diretoria de ação governamental e o escritório de representação em

Brasília;

- Participação no processo das privatizações através da participação no Conselho Consultivo da Anatel (Agência das Telecomunicações). Outro debate importante foi a defesa da extensão dos benefícios, desde 2009 até 2013, da Lei de Informática durante o segundo Governo FHC;
- Dinamizar o diálogo com o Governo visando sensibilizá-lo com relação a aumentar o valor agregado dos produtos, o aumento do investimento em pesquisa e a qualidade dos produtos.
- Debater com o Governo a falta de isonomia no tratamento do setor com relação aos benefícios obtidos pelas empresas concorrentes estrangeiras;
- Representar o setor na Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Governo Federal. (ABINEE, 2000).

Com relação à área política, o presidente Benjamim Funari confirma: “Realizamos recentemente diversos encontros com autoridades governamentais, visando defender os legítimos interesses do complexo eletroeletrônico, como é o caso da nova Lei de Informática, cuja definição já está atrasada” (ABINEE, 1998, p.25).

Com relação à sua participação como membro no Conselho Consultivo da Anatel, destaca: “Encaminhamos propostas para participarmos da especificação técnica no processo de normatização dos produtos. Também estamos criando, na Abinee, um grupo setorial formado pelas novas operadoras das empresas privatizadas” (ABINEE, 1998, p.25).

Outras medidas foram realizadas, dentre as quais pode-se destacar: a realização de convênios e parcerias com centros de pesquisas (CTI, Centro Tecnológico para Informática, BNDES); estimular a participação das empresas associadas em feiras e seminários internacionais; organização das empresas do segmento de componentes eletrônicos; lançamento da Revista Abinee e realização da campanha institucional sobre cuidados na manipulação de baterias de carros, entre outras (ABINEE, 1998).

Tabela 17

Principais assuntos promovidos através das modalidades dos PAP na gestão do presidente Benjamim Funari

PAP	ASSUNTOS
Encontros	Política industrial para o setor automação, telecomunicações, microeletrônica. Debate sobre políticas macroeconômicas Cenários macroeconômicos Apoio as PMES Parlamentarismo Encontros presidenciais eleições 1994. Revisão institucional Cenário eleitoral Código de Defesa do Consumidor Reforma tributária Qualidade de produtos Debate sobre implantação da TV a cabo Privatização das empresas telecomunicações Situação atual do sistema energia Fontes alternativas de energia Inclusão digital na informática Proposta da entidade para o setor componente eletrônicos
Visitas Abinee	Inovação tecnológica (integração empresa e universidade) Debate sobre a política de comércio exterior e industrial no governo Collor. Avaliação das câmaras setoriais Situação atual e propostas ZFM Marcas e patentes Investimento no setor eletroeletrônico Situação atual do setor componente eletrônicos Proposta da entidade para o setor componente eletrônicos Debate sobre organização sindical Debate sobre financiamento externo Ação do governo através do BNDES Avaliação Pano Real Custo Brasil Definição de políticas públicas Fórum de promoção de exportações Debate sobre <i>dumping</i> e salvaguardas.
Visitas externas	Zona Franca de Manaus, ZFM Seminário de qualidade Política de normatização Situação atual do sistema telecomunicações Seminário sobre infra-estrutura de energia Proposta da entidade para o setor informática Proposta da entidade para o setor de componente eletrônicos Cenários macroeconômicos e o descongelamento de preços no governo Collor
Almoços	Política Industrial: reformas, modernização. Críticas a PI, saúde e educação. Propostas sobre a ZFM Tamanho do Estado Impunidade e apoio a FHC Reforma tributária e fiscal

	Plano Brasília de telecomunicações Situação atual do setor energia Avaliação Plano Real (guerra fiscal) Apoio para o setor componentes eletrônicos
Eventos	Fórum Abinee Tec 99 (competitividade do setor), 2000 (energia do futuro).
Campanha institucional	“ Não à recessão” “Orientação para as baterias reciclagem de baterias”
Organização interna	Criação escritório em Brasília Criação da UCIEE Defesa do consumidor, <i>Ombudsman</i> Círculos de qualidade para área de informática Programa “Repensando Abinee” Serviços de apoio aos associados Nova estrutura organizacional Programa “Alianças Globais” Pesquisa para os associados para avaliação dos segmentos Avaliação Programa “Alianças Globais” Processos de melhoria dos serviços Abinee Criação “Espaço Abinee” para associados Criação Área do Meio Ambiente

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.3.3 Resultados

Analisando a Tabela 7, observa-se que foram logrados resultados nas áreas de: política industrial, energia, informática, política econômica e de comércio exterior.

Analisando a Tabela 18, onde são apresentados os principais resultados, é possível destacar: a aprovação da Lei de Informática que estende os benefícios até 2013 para este setor que foi resultado de uma importante participação da entidade com os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, o que foi fundamental para lograr este resultado.

Outro sucesso importante foi a participação da entidade no Fórum de Competitividade⁵, coordenado pelo Ministério da Indústria e do Comércio, que tinha como objetivo solucionar problemas específicos (“gargalos”), do setor, assim como a realização de um diagnóstico visando elaborar um plano de reativação e proteção para alguns segmentos que enfrentavam sérias dificuldades. Esta ação resultou na realização de um estudo, financiado pelo BNDES, para identificar as condições necessárias para a captação de investimento estrangeiro para a indústria de componente e semicondutores (BNDES, 2004).

Na opinião do senhor Anderson Jorge Filho, assessor de Coordenação, “o Fórum de Competitividade foi criado para resolver problemas específicos (“gargalos”) , mas quando se chegava ao problema estrutural, que era a elaboração de uma política de semicondutores, a resposta foi tímida e ficava “no papel”. E conclui: “a grande oportunidade de poder ter uma indústria de semicondutores instalada no País, ocorre agora com a implantação da TV digital, a qual precisará da fabricação de semicondutores nacionais”.

Esta visão também é compartilhada pelo diretor superintendente executivo da Abinee, senhor Dario Bompa, o qual manifesta que “o Brasil não pode adotar o sistema de TV digital sem que haja contrapartida muito bem negociada, pois é uma grande oportunidade para o setor de componentes”.

⁵ O Fórum de Competitividade permitiu ser um espaço para solucionar gargalos do setor, mais também resultou na definição de uma proposta elaborada pela Abinee, para atração de investimentos na área de semicondutores.

Desta forma, pode-se destacar que segundo a opinião dos entrevistados, o setor de componentes ainda é uma bandeira da Abinee, que não tem tido o sucesso esperado mas que precisa do apoio governamental para realizar a reativação e que o projeto de TV digital oferece as condições de realizar este objetivo.

Tabela 17

Principais resultados durante a gestão do Presidente Benjamin Funari

- Aprovação da extensão dos benefícios até 2013 da Lei de Informática. A Abinee participou das discussões apoiando esta Lei;
- Parcerias com a Sebrae e o BNDES (posto avançado de atendimento na Abinee);
- Participar no Fórum de Competitividade de setor eletroeletrônico, do MDIC;
- Participação no Programa Especial de Exportação (PEE) do MDIC;
- Apoio ao Plano Plurianual do Governo de FHC;
- Apoio ao Programa “Luz no Campo” do Governo de FHC.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

Convém lembrar que o presidente Funari era um empresário do segmento dos componentes eletrônicos, pelo qual um dos principais interesses foi a de tentar lograr uma ação efetiva do Governo para reativar e proteger este segmento, mas não teve o sucesso esperado. Isto pode ter sido causado também pela conjuntura econômica e financeira adversa, onde as prioridades do Governo eram incentivar o investimento estrangeiro em lugar de apoiar políticas industriais, pelo qual os resultados foram menores em comparação aos esforços desenvolvidos através dos PAP realizados.

7.4 GESTÃO DO PRESIDENTE CARLOS DE PAIVA LOPES (2001-2002

7.5)

No dia 23 de abril de 2001, assume como novo presidente da Abinee, Carlos de Paiva Lopes, para a gestão 2001-2003. Engenheiro eletrônico graduado pelo ITA, foi vice-presidente e presidente da Telefônica de São Paulo, Telesp, (1979-1985), diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (1985-1987) e presidente da Embratel (1990-1992). Presidente do Conselho de Administração da Ericsson Telecomunicações S/A (1993-1996). Como presidente da Abinee foi membro do Conselho Consultivo da Anatel. Ao falecer, em 2005, ocupava a posição de membro do Conselho de Administração da Abrafix, membro da Fiesp, da Associação Comercial de São Paulo, conselheiro da ADVB (Associação dos Dirigentes de Venda) e membro do Conselho Consultivo da Telebrasil.

7.4.1. Estrutura de Interesses da Abinee

No ato de solenidade da posse do presidente Paiva Lopes, participaram diversas autoridades como os ministros da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, das Comunicações; os governadores de São Paulo; presidentes da CMI, Fiesp, Fiemg; deputados federais e os ex-presidentes da Abinee.

O novo presidente, Carlos de Paiva Lopes, em seu discurso de posse explicou seus principais objetivos: “Entre as prioridades defendidas pela nova gestão estão a intensificação do trabalho junto aos poderes constituídos, para que a voz do setor continue sendo ouvida e a busca da integração com as entidades representativas do setor produtivo visando a construção de soluções” (Abinee, 2001).

A agenda proposta para este mandato é a seguinte:

- Combate à concorrência desleal, empreendida pela importação ilegal de produtos e pelo subfaturamento;
- Certificação de produtos e sistemas;

- Expansão das exportações e substituição competitiva das importações;
- Atendimento personalizado às empresas de pequeno e médio porte;
- Desenvolvimento do projeto de feiras e seminários;
- Participação no Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva do Complexo Eletrônico;
- Representação do setor nas negociações internacionais, como Alca, Mercosul e Comunidade Européia;
- Interação com universidades e instituições de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico” (ABINEE, 2001).

Para a Abinee, o ano de 2001 foi importante, pois se estava discutindo as questões relativas à participação do Brasil na Alca. A posição da Abinee foi a de um tratamento de setor sensível para os produtos eletrônicos. Esta proposta solicitava um período mais longo para a redução temporária, visando oferecer ao setor melhores condições de competitividade.

No entanto, a posição do Governo nas negociações da Alca foi totalmente contrária à Abinee, pois preferiu aplicar um “choque de competitividade”, no sentido de antecipar a redução da TEC (Tarifa Externa Comum) dos produtos de telecomunicações, informática e seus componentes eletrônicos, o qual foi um resultado adverso, pois segundo a Abinee, a antecipação da redução da TEC contraria outros dispositivos que visa o aumento da competitividade da indústria estabelecida no País, como é o caso da Lei de Informática e do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Eletroeletrônico.

Outro interesse promovido por esta gestão foi sensibilizar ao governo que o segmento de componentes era o maior responsável pelo *déficit* da balança comercial do setor eletroeletrônico (US\$ 7,4 bilhões, em 2000), pelo qual a Abinee procura medidas urgentes que possibilitem a substituição competitiva de importações neste setor. No entanto, o Governo acena com a promessa de compensação para a queda das alíquotas e estímulos para a produção de componentes, tanto na atração de novos investimentos externos quanto aos fabricantes locais. No entanto, estas propostas não se transformam em medidas efetivas, representando um resultado adverso para a

entidade.

No dia 21 de maio de 2001, a Abinee realiza o Fórum Debates Abinee Tec 2001, com o tema: “A competitividade da Indústria Eletroeletrônica”. Este evento contou com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tapia (Anexo 10).

O presidente da Abinee destaca no discurso de abertura, “Que o mercado de bens eletroeletrônicos passará dos atuais 4,2% do PIB para níveis superiores a 10%, nos próximos 20 anos. Mas é preciso modernizar o parque industrial, elevar o valor agregado dos produtos e os índices de qualidade, para o qual é pré-requisito contar com uma indústria de componentes forte e competitiva” (ABINEE, 2001). Como se pode ver, esta gestão define como um objetivo importante o fortalecimento desta indústria.

As principais demandas da entidade apresentadas no evento foram as seguintes:

- Ampliação e modernização do parque industrial, elevação do valor agregado e melhoria da qualidade através de investimentos em pesquisa e formação profissional;
- Reconstrução da indústria de componentes eletrônicos, destruída na década dos 90;
- Redução do *déficit* comercial do segmento de componentes, que alcança a US\$ 6 bilhões (60% do total de importações do setor eletroeletrônico), através do aumento das exportações e a substituição competitiva das importações;
- Atração de empresas internacionais para produzir componentes eletrônicos, criando condições alfandegárias eficientes, financiamento competitivo e estabilidade nas regras do jogo;
- Flexibilização da legislação trabalhista;
- Realização da reforma tributária;
- Isonomia no tratamento da relação com os concorrentes do exterior (ABINEE, 2001).

A Abinee propõe que as reformas tributárias e do judiciário solicitadas também sejam discutidas, mas a entidade percebe que no Congresso não existe clima e interesse para promover estas reformas.

Em 2001, o Brasil sofre a crise no fornecimento de energia e a posição do Governo é criar um plano emergencial que inclui um pacote de investimentos de US\$

32 bilhões, que permitirá retomar 21 projetos hidrelétricos e a instalação de quinze usinas termelétricas.

A Abinee apóia este plano, mas exige mais clareza em alguns pontos, como é o caso em relação aos custos do gás (dólar), pois os baixos preços da energia sempre foram um fator de competitividade para a indústria” (ABINEE, 2001).

A crise energética foi visualizada na gestão Funari, quando da realização do Fórum Abinee Tec 99, no qual se alertava da difícil situação do segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No entanto, o resultado foi a “crise do apagão”, durante a qual a Abinee assumiu um papel de referência nacional participando em debates, oferecendo propostas ao Governo e mostrando à sociedade a relevância de investir na modernidade do setor, com o qual logrou uma alta visibilidade política o que permitiu desenvolver e apoiar sua agenda geral de interesses.

Durante 2001, a entidade teve uma grande atividade em duas áreas: relações internacionais e meio ambiente.

O Departamento de Relações Internacionais da entidade participou levantando propostas entre os associados para serem encaminhadas para a Câmara de Gestão do Comércio Exterior (órgão do Governo responsável pela melhoria das condições para promover as exportações através da agilização e desburocratização dos processos de exportação). Também participou nas negociações dos acordos comerciais da Alca, do Mercosul com a União Européia, a África do Sul, com a Comunidade Andina (Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela).

Na área de meio ambiente, propõe a realização de procedimentos diferenciados para o gerenciamento dos respectivos resíduos nos aparelhos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e seus componentes, onde a responsabilidade sobre o gerenciamento desses resíduos deve ser compartilhada por todos os agentes da cadeia de valor do produto e o poder público (ABINEE, 2001).

No dia 18 de março de 2002, a entidade realiza o Fórum Abinee Tec 2002, cujo tema principal foi “Contribuição do Setor Elétrico para o Desenvolvimento do Brasil”. Como convidados principais estavam o ministro das Minas e Energia, José Jorge Vasconcelos; o ministro do MDIC, Sérgio Amaral e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (Anexo 11).

A agenda de interesse apresentada durante este evento foi sintetizada nos seguintes assuntos:

1. Aperfeiçoar as linhas de financiamento através do BNDES/Finame;
2. Melhorar a isonomia no produto nacional;
3. Criar mecanismos de defesa da indústria de equipamentos;
4. Elaborar uma política de competitividade para a indústria de equipamentos;
5. Melhorar o sistema de aquisições de produtos de competitividade para a indústria de equipamentos (ABINEE, 2002).

A Abinee também participa da fundação da “Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica – Protec”, criada em 20 de fevereiro de 2002, com objetivo de conscientizar e mobilizar o setor produtivo e a sociedade na criação e aprimoramento de políticas de incentivo à inovação tecnológica para a competitividade (ABINEE, 2002, p. 55).

Por ocasião da realização de eleições presidenciais, a Abinee promoveu um debate com os candidatos, em maio de 2002, e apresentou o documento “Política de Desenvolvimento para o Complexo Eletroeletrônico” (Anexo 12), na qual defende:

- A implantação do sistema de TV digital que permita a implantação no Brasil de empresas fabricantes de bens finais e de componentes voltados para a área da TV digital definindo condições privilegiadas com respeito às negociações dos *royalties* e para transferência de tecnologia.
- Na área de energia, solicita definição de órgãos com responsabilidades claras para poder implementar as decisões relativas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Comprometimento com as metas do Programa Luz no Campo, para que até 2005 todos os domicílios rurais estejam eletrificados.
- Na área de informática se propõe aperfeiçoar o PPB da Lei de Informática e da Zona Franca de Manaus, concedendo benefícios diferenciados aos fabricantes que priorizem o uso de componentes, partes e peças produzidas no Brasil.
- Para financiamentos, reforçar a atuação do BNDES como agente promotor do desenvolvimento, mediante a criação de linhas de financiamentos equivalentes às existentes no mercado internacional para a ampliação e implantação de empresas

no País;

- Promover uma ação firme dos órgãos públicos de fiscalização para combater a comercialização de produtos falsificados e demais práticas desleais de comércio;
- Com relação às propostas para o Brasil, se destaca que “se deve resgatar a dívida social, reduzindo os sinais de pobreza, melhorando a empregabilidade e aperfeiçoar a Saúde e Educação;
- Como desafios para o próximo Governo, se identificam questões importantes como a reforma tributária, definição de uma política industrial, expansão das exportações e a substituição competitiva das importações, endividamentos externo e interno do País, o Risco Brasil e descontrole cambial (ABINEE, 2002, p.5).

Pode-se analisar que os interesses promovidos na gestão do presidente Paiva se focalizam em duas áreas. A primeira tenta continuar o debate sobre a necessidade de realização de reformas estruturais na economia (reforma tributária, fiscal, trabalhista, política), definição de uma política industrial especialmente para o setor de componentes, e a modernização através de investimento no setor elétrico (caso do “apagão” acontecido em 2002). No aspecto político, a Abinee se destacou por apoiar politicamente o governo de FHC e de apresentar um conjunto de medidas para os candidatos à presidência da República. Cabe destacar que nesta gestão foi criada a Diretoria do Meio Ambiente, mostrando que a Abinee estava acompanhando as novas necessidades a que o setor deverá responder.

7.4.2. Padrões de Ação Política (PAP) da Abinee

A análise dos PAP terá dois eixos de apresentação. O primeiro se baseia na análise da Tabela 6, na qual são apresentadas as diversas modalidades de PAP que têm maiores freqüências de aplicação, independente dos assuntos tratados e na ordem decrescente.

Durante a gestão do presidente Paiva observa-se que os PAP mais utilizados foram os de nível tático (encontros), que privilegiam o contato mais direto e personalizado com as autoridades governamentais. No entanto, também foram realizados PAP de nível estratégico, como os eventos (Fórum Abinee Tec 2001, 2002; 20ª Feira Internacional da Indústria Elétrica e Eletrônica; Congresso Internacional de Energia Elétrica e Feira Telexpo 2002), que eram de ampla cobertura que permitiam apresentar a agenda de interesses para os associados e altas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo.

Na Tabela 19 são apresentados os principais assuntos defendidos através das diversas modalidades de PAP. Pode-se observar que os assuntos mais debatidos, principalmente através dos encontros, foram os temas políticos (eleição presidencial) e no setor eletroeletrônico (reativação da indústria de componentes eletrônicos, medidas para superar a crise de energia elétrica e a privatização das telecomunicações), os quais foram apresentados e debatidos com autoridades governamentais durante o Fórum Abinee Tec 2001 e 2002.

Tabela 19
Principais assuntos debatidos através das modalidades dos PAP na gestão do presidente Carlos Paiva

PAP	ASSUNTOS
Encontros	Debate dos candidatos à Presidência da República (2002) Situação atual do sistema telecomunicações Código de Defesa do Consumidor Situação atual do setor energia Inclusão digital informática Proposta para reativar a indústria de componentes eletrônicos Implantação da TV digital Zona Franca de Manaus Financiamento do BNDES.
Eventos	Fórum Abinee Tec 2001 (competitividade) e 2002 (setor elétrico).
Organização interna	Criação Área do Meio Ambiente

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

Como ações internas foi criada a área de meio ambiente, visando implementar medidas para os resíduos provenientes de produtos eletroeletrônicos, e a participação da Abinee como conselheira no Protec (Fundação Brasileira Pró- Inovação Tecnológica) visando a conscientização do setor produtivo de políticas de incentivo para a inovação tecnológica.

A ação da Abinee, através dos PAP, foi concentrada na realização de grandes eventos e na elaboração de documentos institucionais sobre o diagnóstico da economia e do setor que continham um conjunto de propostas relativas à TV digital, componentes eletrônicos, energia elétrica, Zona Franca de Manaus e financiamento do BNDES.

Desta forma, os PAP desenvolvidos permitiram manter uma visibilidade política e empresarial importante, principalmente por causa das crises elétricas acontecidas em 2002, que abriu um espaço na mídia e nas relações com o Poder Executivo que a Abinee aproveitou apresentando propostas para os órgãos técnicos responsáveis pela gestão do setor elétrico.

Esta presença na mídia também permitiu dispor de uma importante visibilidade política durante o processo de eleições presidenciais, que se manifestou na realização de um debate com todos os candidatos a presidente, no qual se conseguiu que estes pudessem apresentar suas propostas tanto para o País como para o setor eletroeletrônico.

Estes dois fatos mostram que a Abinee teve uma visibilidade política destacada devido ao desenvolvimento de variadas formas de PAP durante a gestão do presidente Carlos Paiva, ainda que os resultados não foram os esperados, como será apresentado na seção seguinte.

7.4.3 Resultados

Durante a gestão Paiva foi possível obter alguns resultados, seja pela ação da entidade, ou como decisão autônoma dos Poderes Executivo e Legislativo.

Pode-se observar na Tabela 7 que os resultados corresponderam às seguintes áreas de interesse: política, política industrial, econômica e de comércio exterior, e os segmentos de telecomunicações, informática e componentes eletrônicos, mas apresentando uma baixa participação.

Na Tabela 20 são apresentados os principais resultados obtidos nesta gestão.

Como resultados importantes é possível observar a participação da entidade em órgãos do governo de gestão (Câmara de Exportação, Fórum da Competitividade). No Fórum da Competitividade foi elaborado um primeiro estudo para a indústria de componentes que mostrou ser necessário contar com investimentos externos nesta área, principalmente para semicondutores. Foi realizado, por consultores internacionais, um outro estudo que levantou as condições necessárias para desenvolver políticas de atração de capital externo para a instalação de uma indústria de semicondutores no País. No entanto, após estes estudos, o Governo não implementou as medidas necessárias para materializar esta questão, ficando nas boas intenções, mas sem resultados concretos.

Convém destacar que o presidente Paiva é o primeiro executivo do setor das telecomunicações que assume a presidência, sendo que todos os anteriores eram empresários do setor. Este fato é importante porque mostra uma profissionalização da presidência da Abinee, que pode facilitar o acesso ao Governo, principalmente nos níveis executivos governamentais. A partir desta gestão, a Abinee continua com presidentes executivos na presidência, o que tem permitido manter uma presença política importante nos Poderes Executivo e Legislativo.

Tabela 20

Principais resultados durante a gestão do presidente Carlos Paiva

- Estudos realizados pelo Governo para desenvolver políticas de atração e desenvolvimento da indústria de componentes (semicondutores);
- Medidas para reduzir o custo de matérias primas para a indústria de componentes e aumentar a competitividade;
- Parceria com o Banco do Brasil, para financiamento na compra de equipamentos para reduzir o consumo de energia;
- Participação da Câmara de Gestão para a exportação, do MDIC, visando criar uma plataforma de exportação;
- Posição do assessor econômico do Governo Lula, Guido Mantega: diminuição do déficit comercial do setor através da substituição competitiva das importações, redução da carga tributária e custos financeiros, linhas de crédito do BNDES, manutenção das taxas de exportação, equalizar a carga fiscal entre produto importado e nacional, diminuição dos custos de transporte, aumento das exportações, diminuir a burocratização, crédito barato, trazer empresas de semicondutores do exterior com apoio do MDIC e Ministério da Fazenda.

Fonte: Notícias Abinee (1989 -1991), Informativo Abinee (1991 - 1993), Jornal Abinee (1993 - 1998), Revista Abinee (1989 - 2002), Fórum Abinee Tec 93, 95, 97, 99, 2000, 01 e 02.

7.4.4 Considerações Finais

A análise realizada das gestões da Abinee que compreendem o período estudado (1989-2002) permitiu ter uma visão mais detalhada das ações por ela desenvolvidas, seja ao nível da agenda de interesses, dos PAP desenvolvidos e dos resultados acontecidos durante as diversas gestões.

Podemos observar que as gestões apresentavam um perfil com forte presença do presidente da entidade, seja nas ações internas (com programas de aprimoramento da organização) como externas (visitas, posicionamento institucional, encontros, etc.) com forte presença também na mídia institucional (jornais, revista, informativo Abinee) e nacional (TV, jornais, etc).

O perfil dos presidentes da Abinee apresentou diferenças importantes, como foi o caso do presidente Paulo Vellinho, ligado à grande empresa nacional e que apresentava um importante “sobrenome empresarial”. Já os presidentes Nelson Freire e Benjamim Funari vinham de médias empresas que representavam segmentos menores, como os componentes eletrônicos. Finalmente, o presidente Carlos Paiva, que tem sua origem como um alto executivo da área das telecomunicações.

No entanto, ainda que os quatro presidentes apresentassem perfis diferentes, tinham em comum a integração de suas agendas de interesses, pois tiveram uma continuidade nas demandas defendidas pela Abinee, assim como nos Padrões de Ação Política implementados. Um fator que foi reconhecido através das entrevistas foi que todos apresentavam três características em comum: idealistas, nacionalistas e desenvolvimentistas. Idealistas, pois buscavam novas formas de integrar a indústria eletroeletrônica na internacional. Eram também nacionalistas, porque buscavam benefícios especiais para a indústria nacional, mesmo que na Abinee estivessem representadas indústrias internacionais. E desenvolvimentistas, afinal procuravam promover o desenvolvimento sustentável do setor eletroeletrônico.

CONCLUSÃO

Com relação à Abinee, primeiramente foi possível comprovar que a caracterização apresentada pela literatura analisada, com respeito à estrutura de representação de interesses, coincide com a realidade apresentada pela Abinee, no sentido desta apresentar dualidade (Abinee e o SINAEES - SP - Sindicato da Indústria de Aparelhos Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo).

Em segundo lugar, a Abinee é uma entidade que reúne a maioria das empresas que operam no setor eletroeletrônico, reunindo atualmente quase 600 empresas de todos os portes, nacionais como internacionais, como podemos observar no Anexo 13, que apresenta uma listagem das empresas associadas em 2006.

A Abinee, como objeto de estudo desta pesquisa, assume relevância por duas razões. Primeiramente, através da revisão da literatura pudemos observar que existem poucos trabalhos que estudam as associações empresariais industriais, sendo mais freqüente o estudo das entidades corporativas industriais (FIESP, CNI, etc.). Em segundo lugar, a relevância também é mostrada pela pesquisa consultada durante este trabalho (DINIZ & BOSCHI, 2004), que mostra que as associações empresariais industriais apresentam uma ação mais efetiva, na defesa de seus interesses, que as entidades corporativas (federações, sindicatos).

Com relação à agenda de interesses defendida pela Abinee, pôde-se comprovar que esta teve uma ampla cobertura, pois considerava interesses nacionais (agenda nacional) e do setor (agenda setorial). Através das análises das quatro gestões da Abinee, foi possível observar que a agenda nacional foi mais prioritária que a setorial durante a gestão do presidente Paulo Vellinho, enquanto que nas três gestões seguintes, a agenda setorial foi mais importante que a nacional. O fato da estrutura da agenda de interesses se de ampla cobertura, permitiu que a Abinee apresentasse uma importante presença política junto aos Poderes Executivo e Legislativo.

Com relação aos Padrões de Ação Política, PAP, A Abinee desenvolveu e implementou um conjunto de formatos (encontros, visitas externas, visitas na Abinee, documentos institucionais, eventos, como almoço de confraternização, campanhas institucionais, programas de desenvolvimento interno e avaliação da atividade

macroeconômica e do setor eletroeletrônico) que permitem mostrar uma atuação no nível estratégico e tático, que se orientou para a promoção de uma agenda de interesses de amplo espectro, que inclui desde assuntos nacionais (principalmente econômicos e políticos) e assuntos do próprio setor eletroeletrônico (política industrial, comércio exterior, etc.). Esta multiplicidade de ações dos PAP foi lograda pelo esforço realizado, durante todas as gestões da Abinee, na busca do aprimoramento do funcionamento da estrutura organizacional.

Em terceiro lugar, foi observado que em todas as gestões da Abinee foram implementados quase todos os formatos dos PAP, com frequências diversas, como se demonstrou através da análise usando técnicas/instrumental quantitativas em cada uma das gestões.

Com relação aos resultados que beneficiaram ou não ao setor eletroeletrônico, foi possível comprovar que tiveram alguns que foram favoráveis e outros não tão favoráveis às demandas da Abinee.

Primeiramente, dentre os resultados favoráveis, pode-se destacar as leis aprovadas nas áreas das telecomunicações, informática e energia elétrica, que permitiram regularizar estes setores, assim como promover um maior grau de inovação tecnológica e maior competitividade, além de obter um resultado político/econômico altamente almejado pelo setor: a redução da ação do Estado na economia através das privatizações das telecomunicações e energia elétrica.

Em segundo lugar, dentre os resultados não tão favoráveis, pode-se identificar a impossibilidade da Abinee de sensibilizar o Governo para implementar medidas de reativação real do segmento dos componentes eletrônicos, o qual era uma demanda já apresentada desde os anos 80 até hoje, pois para a entidade este segmento é altamente estratégico para o desenvolvimento tecnológico do setor eletroeletrônico. Outro resultado foi a impossibilidade de obter que o Governo tivesse uma política industrial com coordenação única e integrada para o setor. Estas situações foram influenciadas pela atitude insular do Governo, no sentido de ter uma pouca abertura para escutar e receber as demandas da entidade, gerando, muitas vezes, decisões em forma autônoma e independente. Isto se demonstra pelas políticas econômicas implementadas no período estudado, 1989-2002, as quais privilegiaram medidas de

estabilidade monetária e fiscal em detrimento de políticas de desenvolvimento industrial.

No entanto, em termos gerais, pode-se afirmar que os resultados alcançados pela ação política da Abinee, foram satisfatórios, o que foi também comprovado na avaliação realizada da ação da Abinee através de um conjunto de indicadores apresentados no capítulo 6.

Estes resultados se devem, por um lado, à equivalência detectada entre as prioridades da agenda de interesses com os resultados obtidos, o qual pode ser explicado pela ação eficaz da implementação de um conjunto de Padrões de Ação Política.

Desta forma, pode-se concluir que a ação política de uma entidade empresarial como da Abinee pode assumir níveis de eficácia quando esta dispor de uma agenda de interesses ampla, realista, flexível e continuada, promovida através de um conjunto de Padrões de Ação Política com ampla cobertura e operacionalmente eficientes, sustentado através de uma organização moderna e eficiente.

Finalmente, termina-se destacando que este trabalho pode ser considerado como o início de uma pesquisa mais abrangente, na qual cabem assuntos como: representatividade, visibilidade política, além de outros assuntos para a Abinee ou outra entidade empresarial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON Patrícia. **Câmaras setoriais: histórico e acordos firmados – 1991/95.** Texto para discussão n°667, IPEA, Rio de Janeiro, setembro 1999.

ANDRADA Leonardo. **Empresariado industrial e estratégias para o desenvolvimento: O IEDI no governo de Lula.** XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

BOSCHI, Renato. **Elites industriais e democracia.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BIANCHI, Álvaro. Crise de representação empresarial: O surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, 16, p.123-142, jun. 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresariado industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil.** 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Las elites empresariais em América Latina.** Em elites e desarrollo en America latina, S.M. Lipse e A..E. Solaf . Paidos, 1972.

COSTA, Paulo R. N. **Empresariado e institucionalidade democrática: Idéias e valores políticos.** 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política, Unicamp, Campinas, 2006.

COSTA, Paulo R. N. **Empresários, regime político e democracia: Brasil, anos de 1990.** **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 20, N°57, Fevereiro 2005.

COSTA, Paulo R. N. **Empresários industriais e o Estado no Brasil do século passado.** **Revista de Sociologia Política.** N°15, Curitiba, Nov. 2000.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. **As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90.** Em empresa, empresários e sociedade, org. A.M. Kirschner e E. Gomes. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1999.

_____. A busca de um novo modelo econômico: padrões alternativos de articulação público-privado. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 14, P. 7-28, jun 2000 (b).

_____. **Empresariado, estado e desenvolvimento**: nova tendência no linear do novo milênio. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. **Globalização do setor privado no Brasil nos anos 90**. 2000/2001.

_____. **Empresariado e estratégias de desenvolvimento**. Artigo apresentado no XXVI anual da ANPOCS, Caxambu, outubro, 2002.

_____. **Os empresários e o Poder Legislativo no Brasil Contemporâneo**. Trabalho apresentado no XXIV encontro anual da AMPOCS, Petrópolis, RJ, 23 a 26 outubro de 2000 (a).

_____. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

_____. **Articulação dos atores na implementação da política industrial**: a experiência das câmaras setoriais – retrocesso ou avanço na transição para um novo modelo? Nota técnica. Estado e Competitividade da Indústria Brasileira, MCT, FINEP. Campinas, 1993.

_____. **Reformas econômicas, elites empresariais e democracia no Brasil**. Texto apresentado no *workshop* Empresas e Empresários II, UFF, out 2000.

DULCI, Otavio. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FIGUEIREDO Angelina & LIMONGI Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES Eduardo & GUIMARÃES Fabrícia. **O Brasil em reformas e o corporativismo em transição**: um estudo sobre os PNBE (Pensamento das Bases Empresariais). Em empresa, empresários e sociedade. Org. A.M. Kirschner e E. Gomes. Rio de Janeiro: Sette Letras 1999, p. 20-36.

GODINHO, Inácio. **A estratégia de um revés**. Estado e associações empresariais em Minas. Minas Gerais: UFFJF, 1997.

KIRSCHNER, Ana Maria. **Empresas brasileiras dos anos 90: sucesso e mudança de mentalidade?** Em empresa, empresários e sociedade. Org. A.M. Kirschner & E. Gomes. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 20-36.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MANCUSO, Wagner. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: Empresários e Política no Brasil contemporâneo.** Tese de doutorado em Ciência Política, USP, 2004.

LEOPOLDI Maria Antonieta. **Política e interesses: associações industriais, a política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHUMPETER Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** ed. Nova Cultural, em Os economistas. São Paulo, 1985

DOCUMENTOS

- ABINEE. **Fórum Abinee**. Documento interno, São Paulo, 1978.
- ABINEE, **Democracia e iniciativa privada**. Documento interno, Curitiba, 1984.
- ABINEE, **Política Nacional de Informática**. Documento interno, Brasília, 1984.
- ABINEE, **Confiança no Brasil**. Documento interno, São Paulo, 1984.
- ABINEE, **Democracia e iniciativa privada**. Documento interno, Curitiba, 1984.
- ABINEE, **Pronunciamento de posse do Dr. Paulo Vellinho na presidência da ABINEE/SINAEES**, São Paulo, 13/04/1989.
- ABINEE, **II Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica**. São Paulo, novembro de 1978.
- ABINEE, **III Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica**. São Paulo, novembro de 1981.
- ABINEE, **IV Congresso Brasileiro da Indústria Elétrica e Eletrônica**. São Paulo, novembro de 1985.
- ABINEE. **Alerta à Nação**. Documento interno. São Paulo, 1989.
- ABINEE. **Alianças Globais**. Documento interno. São Paulo, 1997.
- ABINEE. **Proposta de reestruturação da Abinee**. Documento interno. São Paulo, 1996.
- ABINEE, **Panorama econômico e desempenho setorial 1999, 2002**. São Paulo, 1999 e 2002.
- ABINEE. **Repensando a Abinee**. Documento interno. São Paulo, 1996.
- ABINEE. **A indústria eletroeletrônica brasileira rumo à internacionalização**. Fórum Abinee Tec 93. São Paulo, 1993.
- ABINEE. **Diretrizes para uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o complexo eletroeletrônico**. Fórum Abinee Tec 95. São Paulo, 1995.
- ABINEE. **A indústria elétrica e eletrônica no século XXI**. Fórum Abinee Tec 97. São Paulo, 1997.
- ABINEE. **Notícias Abinee**, nº 1 a 22, São Paulo, janeiro 1989 a outubro 1991.
- ABINEE. **Informativo Abinee**, nº 1 a 47, São Paulo, julho 1991 a julho 1993.
- ABINEE. **Jornal Abinee**, nº 1 a 43, São Paulo, agosto 1993 a junho 1998.

ABINEE. **Revista Abinee**, nº 1 a 21, São Paulo, agosto 1989 a dezembro 2002.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 93. A indústria eletroeletrônica brasileira rumo à internacionalização**. São Paulo, maio 1993.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 95. Diretrizes para uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para o complexo eletroeletrônico**. São Paulo, maio 1995.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 97. A indústria elétrica e eletrônica no século XXI**. São Paulo, maio 1997.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 99. As mudanças de mercado e os instrumentos de competitividade**. São Paulo, maio 1999.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 2000. A energia no século XXI**. São Paulo, maio e junho 2000.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 2001. A competitividade da indústria eletrônica**. São Paulo, maio 2001.

ABINEE. **Fórum Abinee Tec 2002. Contribuição do setor elétrico para o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo, março 2002.

BNDES. **Estratégia para uma indústria de circuitos integrados no Brasil**.

BNDES Setorial. Rio de Janeiro, n. 19, p. 3-22, março 2004.

IEDI. **Agenda para o projeto de desenvolvimento industrial, proposta IEDI**. São Paulo: 1998.

_____. **A política de desenvolvimento industrial: o que é e o que representa para o Brasil**. São Paulo, 2004.

FINEP. **Relatório Setorial Preliminar**. 19/03/2003.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resultados da Lei de Informática: uma avaliação**. Secretaria de Política de Informática e Tecnologia. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Estudos das competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das Zonas de Livre Comércio**. Brasília, 2002.

ENTREVISTADOS

Sr. Nelson Freire, Presidente da Abinee (1992-1998).

Sr. Dario Bompa, Diretor Superintendente da Abinee.

Sr. Anderson Jorge Filho, Assessor de Coordenação.

Sr. José Carlos de Oliveira, Assessoria de Imprensa.

Sr. Emídio Maciel Madruga, Departamento de Marketing.

Sr. Décio da Silva, Diretor Presidente da Weg.

ANEXOS

1. Anexo 1 - Faturamento da Abinee (1990-2004)
2. Anexo 2 - Documento “Alerta à Nação”
3. Anexo 3 - Propostas da Abinee apresentadas no Fórum ABINEE TEC 93
4. Anexo 4 - Propostas da Abinee apresentadas no Fórum ABINEE TEC 95
5. Anexo 5 - Propostas da Abinee apresentadas no Fórum ABINEE TEC 97
6. Anexo 6 - Programa “Repensando Abinee”
7. Anexo 7 - Programa “Alianças Globais
8. Anexo 8 – Proposta de reestruturação da Abinee
9. Anexo 9 - Propostas da Abinee apresentadas no Fórum ABINEE TEC 99
10. Anexo 10 - Pronunciamento do Presidente da Abinee durante o Fórum ABINEE TEC 2001
11. Anexo 11 - Pronunciamento do Presidente da Abinee durante o Fórum ABINEE TEC 2002
12. Anexo 12 - Documento: “Políticas de desenvolvimento para o complexo eletroeletrônico” (2002)
13. Anexo 13 - Relação das empresas associadas na Abinee em 2006.